OS DESAFIOS DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

EM TEMPOS DE CRISE E PANDEMIA NO ESTADO DO PARÁ

Organização: Cilene Sebastiana da Conceção Braga
Laura Michele Serrão Lima Gomes
Patrícia Nayara de Seixas Negrão
Ediane Moura Jorge

E-Book

OS DESAFIOS DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS
EM TEMPOS DE CRISE E PANDEMIA NO ESTADO DO PARÁ

Organização

Cilene Sebastiana da Conceição Braga

Laura Michele Serrão Lima Gomes

Patrícia Nayara de Seixas Negrão

Ediane Moura Jorge

Projeto Gráfico, Artes, Diagramação e Capa:

Cecília Alves Amorim

Colaboração

Revisão: Raissa Santos

Arte: Eraldo Eric Almeida Ferreira e Eraldo Paulino

Dados Estatísticos: Welson de Sousa Cardoso

Auxilidar de Dados Estatísticos: Luã Gustavo das Neves Oliveira

Gráficos: Alex Conceição dos Santos e Andrew Miranda

Copyrigth © 2023 dos autores
Todos os direitos desta edição reservados à
CRESS 1ª Região - PA

ISBN 978-65-980312-0-6 (Ebook)
1ª Edição 2023

Projeto Gráfico, Artes, Diagramação e Capa:
Cecília Alves Amorim

Colaboração
Revisão: Raissa Santos
Arte: Eraldo Eric Almeida Ferreira e Eraldo Paulino
Dados estatísticos: Luã Gustavo das Neves Oliveira
Auxiliar de Dados estatísticos: Welson de Sousa Cardoso
Gráficos: Alex Conceição dos Santos e Andrew Miranda

CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) – 1ª Região
Endereço: Tv.Mauriti, 2786 - Marco
Cep : 66.093-180
Belém-Pará
Telefones: 91 32280898 / 91 32461918
Email(s): tesouraria@cress-pa.org.br
secretaria@cress-pa.org.br
fiscalizacao@cress-pa.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

D442

Os desafios das/os assistentes sociais em tempos de crise e pandemia no Estado do Pará / vários autores, organizado por Cilene Sebastiana da Conceição Braga; Laura Michele Serrão Lima Gomes; Patrícia Nayara de Seixas Negrão; Ediane Moura Jorge – Belém – PA: CRESS; UFPA; PPGSS, 2023.

24000 kb; PDF
180f. il.

Bibliografia
ISBN: 978-65-980312-0-6

1.Serviço Social (Pará). 2. Crise – pandemia. 3. Direitos sociais. 4. Assistentes sociais. 5. Universidade Federal do Pará. 6. CRESS 1ª Região. I. Braga, Cilene Sebastiana da Conceição (Org.). II. Título.

CDD 362.1
CDU364.4

Elaborado por Camila de Cássia Brito - CRB-2/1486

Índice para catálogo sistemático:
1.Serviço Social: Profissão 360
2. Serviço Social : Assistência 361

ALERTA DE INTERATIVIDADE!

Este E-Book foi desenvolvido pensando em melhorar a experiência das leitoras e dos leitores. Ao ver os ícones abaixo ao longo do conteúdo, você pode clicar, porque este é um livro eletrônico interativo.

Hiperlink: Os sumários que disponibilizamos são interativos. Ao ver esse ícone, saiba que você pode clicar e ser direciona-da/o diretamente para o conteúdo de seu interesse.

Voltar ao Sumário: Para facilitar sua vida, ao longo desta publicação disponibilizamos esta ferramenta, que permite à leitora e ao leitor retornar ao sumário. Assim podemos te ajudar a "folhear este livro eletrônico.

Pesquisadoras/es:

Adriana de Azevedo Mathis – Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com pós-doutorado na Freie Universität de Berlin/ Alemanha. Professora Associada, nível IV, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e da Graduação em Serviço Social da UFPA. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de pesquisa: Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS).

Ana Gabriela Chermont de Oliveira – Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Carla Rafaela Lemos Sales – Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui mestrado em Serviço Social pela UFPA, com área de concentração em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento; e graduação em Serviço Social pela UFPA. Professora Adjunta, nível I, da Faculdade de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS).

Cilene Sebastiana da Conceição Braga – Possui graduação em Bacharelado em Serviço Social pela Universidade da Amazônia (1997), especialização em Política Social pela Universidade Federal do Pará (1998), mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília (2002), doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (2013) e Pós-doutorado em Política Social pelo Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE/Portugal. Já atuou como Presidente dos Conselheiros de Serviço Social do Distrito Federal e do Estado do Pará. Integra o grupo de Estudos TRADHUSS - Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social da UFPA e também integra a Rede de Pesquisa Família e Política Social - REFAPS. É professora adjunta do curso de graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (desde 2014).

Danielli da Silva Cecim – Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) no ano de 2013. Especialista em Infância, Família e Políticas Sociais na Amazônia (UFPA, 2015). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Pesquisadora no Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/UFPA). Servidora da UFPA, lotada na Faculdade de Serviço Social (FASS) do Campus Belém. Atualmente coordena o Projeto de Extensão "Infância em Tela na Universidade e na Comunidade".

David William Queiroz Paixão – Formado em Técnico em Orientação Comunitária com título de Educador Social, Bacharel em Serviço Social pela Universi-

dade Federal do Pará - UFPA, atuou como Bolsista de Iniciação Científica/CNPq do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia - GEPSS, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS/UFPA. É residente em saúde (HUJBB/UFPA).

Ediane Moura Jorge – É assistente social (UFPA, 2002). É especialista em Trabalho Social com Famílias e Comunidades (UVA, 2011). Possui mestrado em Serviço Social (PPGSS/UFPA, 2016). É doutoranda do curso de Serviço Social (PPGSS/UFPA, 2020). Atuou como conselheira do CRESS 1ª Região Pará (2014, 2015, 2017). É bolsista da CAPES (2020). É pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS/PPGSS/UFPA). É colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social do Marajó (GESS-Marajó/UFPA/BREVES).

Eliane da Silva Pinto – Assistente Social formada pela Universidade da Amazônia - UNAMA (2012 - 2015). Especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia -FIBRA (2016 - 2017). Especialista (na Modalidade Residência Multiprofissional em Saúde) em Atenção à Saúde do Idoso na Universidade Federal do Pará - UFPA (2019 - 2021), mestranda em Serviço Social na Universidade Federal do Pará. Pesquisadora do Grupo de pesquisa GEPSS vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).

Ethiene da Purificação dos Anjos Santos – Assistente Social, formada pela Universidade Federal do Pará (2017), com graduação sanduíche (intercâmbio) em Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação vinculada à Universidade de Coimbra (Portugal). Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (2021), com período sanduíche na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS).

Evelyn Ferreira Monteiro – Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Francisco dos Santos Neto – Assistente Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará (SEAP). Graduado pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS-PPGSS/

UFPA). Coordenador e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade Estácio do Pará (FAP). Gerente dos Cursos de Formação Continuada em Serviço Social e Direitos Sociais da EMANCIPA.

Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo – Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Pesquisadora no Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS-PPGSS/UFPA). Foi bolsista de Iniciação Cientifica (PIBIC) no período de 2019-2020 e de Extensão (PIBEX) no período de 2020-2021.

Laura Michele Serrão Lima Gomes – Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2019 - em andamento). Possui mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2012-2014) e graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2002-2007). Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, atuando no Programa de Assistência Estudantil. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS), na linha de pesquisa Serviço Social e Trabalho na Amazônia, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA).

Patrícia Nayara de Seixas Negrão – Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA - Turma de 2023). Assessora Especial no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) - 1ª Região (desde dez/2019). Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS/PPGSS/UFPA).

Reinaldo Nobre Pontes – Assistente Social (UFPA, 1984), é doutor em Sociologia pela Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Sociologia 1 (2007), mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993), especialista em Metodologia do Serviço Social (UFA) e Criança e adolescente (PUC-SP). Atualmente é professor Associado 2 da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotado no Instituto de Ciências Sociais Aplicada, atuando na Faculdade de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (mestrado/doutorado), do qual foi coordenador no período de junho de 2019 a dezembro de 2021 e vice-coordenador de junho de 2017 a junho de 2019. Lidera o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS) cadastrado no diretório de grupos de pesquisa com projetos financiados pelo CNPQ. Foi vice-presidente (Regional Norte) e presidente da ABEPSS (1997-1998). Atualmente é Professor Visitante Senior (bolsa CAPES) no Instituto Superior Miguel Torga em Coimbra-Portugal (ISMT) (2022-2023).

Roselene de Souza Portela – Assistente Social, Docente Adjunto III da Universidade Federal do Pará. Mestra em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA (2005), Doutora em Ciências Socioambientais pelo NAEA/UFPA (2011). Coordenou o Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), no período de fevereiro de 2013 a abril de 2014. Foi vice-diretora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará (FASS/ICSA/UFPA), nos anos de 2017-2018. Atualmente, é docente da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA).

Silvana Alves da Silva – Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (2021). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2017). Atualmente, é integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS). Foi monitora (bolsista) do projeto de monitoria Estudos das bases teórico-metodológicas dos textos fundamentais de Serviço Social. Foi bolsista no Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Urbano na área das comunidades Duas irmãs e Parque Vitória no bairro da Pratinha.

Welson de Sousa Cardoso – Doutor em Ciências Socioambientais (2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Estatístico, Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará (2009). Especialista em Estatística pela Universidade Federal do Pará em Cooperação Interinstitucional com a Universidade de São Paulo (1997). Professor Adjunto na Faculdade de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. Pesquisador CNPQ.

Conselheiras/os:

Gestão "Não se render, nem recuar: o CRESS em todo lugar!" (2020/2023)

Presidenta: Olga Myrla Tabaranã Silva – Assistente Social graduada pela Universidade da Amazônia (2008-2011). Especialista em Família e Políticas Públicas pela Universidade da Amazônia (2012). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2013-2015). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2018-2022). Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS-UFPA). Trabalha na Secretaria Municipal de Saúde de Belém e na Fundação Papa João XXIII. Professora da Emancipa Formação em Direitos Sociais. Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (2020-2023).

Vice-presidenta: David Vieira da Rosa – Educador Social, atuante no Movimento popular, com ênfase nas áreas de criança, adolescente e família. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade da Amazônia - UNAMA/PA (2008). Especialista em Políticas Públicas e Serviço Social pela UFPA (2010). Atualmente é coordenador de linha de ação da Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - APACC, e coordenador do Projeto de Fortalecimento organizativo do Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará.

1ª Secretária: Débora Raimunda Ribeiro Costa – Assistente Social do Instituto de Previdência dos servidores públicos do Município de Belém (IPMB), graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2011), especialização lato sensu na modalidade Residência Multiprofissional em Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança pela Universidade Estadual do Pará (UEPA, 2014), especialização stricto sensu em Serviço Social e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2017). Conselheira do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/PA 1ª REGIÃO) - gestão 2020/2023 na condição de 1º secretária.

2ª Secretária: Larissa Tuane Lima do Nascimento – Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA - 2017). Especialista em Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (Residência Multiprofissional em Saúde) na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará e Universidade do Estado do Pará (FSCMP/UEPA - 2018/2020). Especialista em Saúde Pública pela FIOCRUZ e Universidade do Estado do Pará (UEPA - 2021). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN - 2021).

1ª Tesoureira: Edite de Nazaré Barbosa Vilhena – Assistente Social formada

pela UNAMA em 1996, servidora concursada do Governo do Estado do Amapá, da Secretaria do Estado da Saúde do Amapá. Ex- Agente Fiscal do CRESS 24° Região em 2002/2003, atualmente trabalha na Casa de Apoio do Amapá em Belém, acolhendo os usuários do SUS/AP.

2ª Tesoureira: Rejianne Cristine Pinheiro da Silva – Graduanda do curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade Federal do Pará, bolsista de Iniciação Cientifica da Pesquisa intitulada: Grandes Projetos Urbanos e Relações de Trabalho no âmbito do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, em Belém (PA), sob a orientação da Professora Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz, vinculado a PIBIC/PARD.

Conselheira Fiscal: Rita Giselle Silva Dias – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade da Amazônia (2011), especialista em Arteterapia pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia (2013). Atualmente é educadora social da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA).

Conselheira Fiscal: Maria José Chagas Torres – Assistente social graduada pela UFPA, especialista em Políticas Governamentais para a Infância, Juventude e Família, aposentada. Atuou profissionalmente na FASEPA, FUNPAPA e Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Conselheira do CRESS Pará, gestão 2020-2023, atuando como coordenadora da Comissão Permanente de Ética.

Conselheira Fiscal: Laura Rosa Pinto de Almeida – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (1997). Atualmente é analista do seguro social - Serviço Social do Instituto Social de Seguro Social.

1ª Suplente: Luiza Helena Progênio de Santana – Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas (UFPA). Especialista em Parâmetros e Protocolos do Trabalho da/o Assistente Social na Saúde (Faculdade do Maciço do Baturité). Assistente social na SESPA/4º CRS e no HEMOPA/Capanema.

2ª Suplente: Glenda Giordana da Silva de Oliveira – Assistente Social - CRESS/PA nº 10689. Conselheira 3° Suplente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 1° Região - Gestão 2020-2023, Coordenadora da Comissão de Formação Profissional e do Grupo de Trabalho (GT) da Educação. Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), Referência Técnica do Serviço Social Escolar na Coordenação Integrada de Educação e Saúde (CINES/SEMEC). Supervisora de Campo em Serviço Social na área da Educação Básica. Especialista em Serviço Social, Seguridade e Políticas Públicas (Lato Sensu), pela Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA) - Polo Belém/PA. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Participante como

colaboradora técnica voluntária do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA.

3ª Suplente: Doriete Barbosa Oliveira – Assistente social pela Universidade Luterana do Brasil/ULBRA. Especialista em Violência Doméstica.

4ª Suplente: Luana Julia Rodrigues – Assistente social, atualmente lotada na Equipe Técnica da Proteção Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social de Parauapebas - PA.

5ª Suplente: Josiane Coelho de Amorim – Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (2006). Especialista em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos pela Universidade do Paraná - UNOPAR.

Apresentação

Cilene Sebastiana da Conceição Braga
Olga Myrla Tabaranã Silva

O livro "Os Desafios das/os Assistentes Sociais em Tempos de Crise e Pandemia no Estado do Pará" foi idealizado em um contexto marcado por uma crise econômica e sanitária mundial. Nele reunimos trabalhos e reflexões de docentes e pesquisadores do programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará e conselheiras/os do Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Pará (1ª Região).

O próprio título da proposta de investigação traz como elemento analítico a disputa de projetos societários em uma realidade marcada pelo alto índice de desigualdade social e pelo pior que a sociedade brasileira tem, a tradição do conservadorismo, alto índice de concentração de renda, exploração das riquezas minerais da nossa região amazônica e uma classe trabalhadora sofrendo os impactos das decisões tomadas por um governo que mantém um projeto societário que defende a manutenção dessas condições, além da expansão e fortalecimento do capitalismo.

Com a negação da ciência e redução de gastos com políticas sociais, a realidade brasileira apresentou inúmeras fragilidades no enfrentamento da pandemia no país, em especial na realidade Amazônica. No estado do Pará, as condições para enfrentar a doença apresentavam-se mais desafiadoras, já que a população é composta por ribeirinhos, quilombolas, indígenas e demais trabalhadores/as que para ter acesso ao atendimento de saúde têm que enfrentar grandes distâncias geográficas.

Esses desafios acompanharam vários profissionais que lidaram com o atendimento da população mais fragilizada no que tange ao acesso de políticas públicas. Os/as Assistentes Sociais destacaram-se nesse processo porque tiveram que lidar com situações complexas em função de atuar em diversos espaços ocupacionais como saúde, Assistência Social, entre outros.

Antes da pandemia, os profissionais de Serviço Social já enfrentavam di-

versas limitações nos espaços ocupacionais. Na Universidade Federal do Pará, no campo da extensão, o Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS) desenvolveu ações de capacitação continuada em 2019, alcançando mais de 100 profissionais de Serviço Social que atuam na região metropolitana de Belém e outros municípios do Estado do Pará. Essa experiência resultou, por parte dos profissionais, inúmeras reflexões sobre os desafios enfrentados cotidianamente no que tange às condições e relações de trabalho precarizadas, assim como, os impactos vividos nas diversas áreas de Políticas Sociais, em especial, a Assistência Social e a Saúde, em função da redução de gastos, o que cria tensões no campo da política social e na efetivação dos direitos sociais.

Nas atividades de pesquisa observam-se diversas fragilidades no campo da formação profissional no que diz respeito à compreensão das dimensões teórico-metodológica e ético-política, o que resulta na dificuldade de apreender o debate da relação teoria-prática no campo do Serviço Social. O tecnicismo presente no cotidiano profissional, o pragmatismo, a ausência de conhecimento do real significado do projeto ético-político e das diretrizes legais que permeiam o Serviço Social colocam a profissão frente a um conjunto de fragilidades no interior das Instituições/espaços sócio-ocupacionais dos Assistentes Sociais na região. E este foi um dos motivadores da iniciativa da pesquisa por parte do CRESS 1ª Região tendo em vista a complexidade que o trabalho profissional vem tomando, bem como, os desafios apresentados cotidianamente à profissão.

Essas fragilidades evidenciadas nas pesquisas dos grupos da Universidade Federal do Pará (UFPA), Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS) e Grupo de Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS), demandam dos Assistentes Sociais intervenções fundamentadas nos campos teórico, metodológico e político para o enfrentamento das adversidades particulares do contexto neoliberal brasileiro. O Estado brasileiro apresenta prioridades pautadas nos interesses do mercado em detrimento dos da classe trabalhadora. O atendimento das necessidades humanas é colocado em segundo plano, as prioridades do capital e os lucros colocam-se acima de qualquer outra demanda.

O enxugamento do Estado e o aumento da barbárie são problematizações pontuadas por vários autores e se apresentam no contexto neoliberal desde a década de 1970 no mundo (MÉSZÁROS, 2013). No Brasil, o neoliberalismo se manifesta nas contradições presentes na efetivação da política social e no que Behring (2003) denomina contrarreforma do Estado, que envolve a desestruturação do Estado e a perda dos direitos sociais. Após o golpe de 2016, esse processo aumentou, especialmente com as diretrizes assumidas no governo Bolsonaro.

O cenário marcado por esse conjunto de restrições no campo dos direitos e o aumento da barbárie colocou o Brasil em um cenário muito delicado em 2020, momento em que o mundo passou a enfrentar a pandemia da COVID-19. O grande número de mortes, os medos e os desafios colocados aos profissionais se manifestaram no campo acadêmico, social, do trabalho e, consequentemente, nos conselhos de classe.

Diante disso, o Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região foi indagado sobre a necessidade de conhecer a realidade dos Assistentes Sociais no Pará diante da pandemia. Frente a esses desafios, um grupo de docentes do curso de pós-graduação em Serviço Social da UFPA manifestou interesse em contribuir com a categoria profissional, realizando junto com o referido conselho uma investigação sobre as condições e relações de trabalho desses profissionais no Estado do Pará.

O Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região, juntamente aos pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, propuseram a construção de um projeto de pesquisa coordenado pela Professora Cilene Sebastiana da Conceição Braga, com a participação das Professoras Adriana de Azevedo Mathis, Roselene de Souza Portela, Professores Reinaldo Nobre Pontes e Welson de Sousa Cardoso. Além da referida coordenadora e docentes, participaram da elaboração do projeto de investigação, a pesquisadora Ediane Moura Jorge e a professora e conselheira Christiane Pimentel e Silva.

Destaca-se que o formulário de pesquisa e a organização dos processos investigativos ocorreram de forma colegiada e com a participação de conselhei-

ros e pesquisadores da UFPA, além das/dos docentes mencionados acima. Contribuíram com a pesquisa os/as conselheiras: Olga Myrla Tabaranã Silva, Débora Raimunda Ribeira Costa, Larissa Tuane Lima do Nascimento, Glenda Giordana da Silva de Oliveira, Rita Giselle da Silva Dias, Luana Julia Rodrigues, Josiane Coelho de Amorim, Maria José Chagas Torres, e a assessora do CRESS, Assistente Social Patrícia Nayara de Seixas Negrão. Quanto as/aos pesquisadoras/es do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, participaram: Carla Rafaela Lemos Sales, Danielli da Silva Cecim, David William Queiroz Paixão, Ediane Moura Jorge, Eliane da Silva Pinto, Ethiene da Purificação dos Anjos Santos, Francisco dos Santos Neto, Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Karina Camille Marques Cezar, Laura Michele Serrão Lima Gomes, Silvana Alves da Silva. Também pontuamos que essa iniciativa é vinculada ao projeto de pesquisa aprovado no Edital Universal/2018 do CNPQ intitulado "A Realidade da Formação e do Trabalho Profissional do(da) Assistente Social no Estado do Pará", que está em processo de implementação pela equipe do GEPSS e é coordenado pelo professor Reinaldo Nobre Pontes.

Os docentes e pesquisadoras/es inseridos nesta investigação fazem parte dos seguintes grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS-UFPA): Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (GPPUMA), que somaram esforços valiosos para a construção e finalização desta pesquisa.

Destaca-se a campanha realizada para alcançar o número necessário de respostas que garantisse a validação da pesquisa. Foi mais de um ano de divulgação e mobilização para o alcance da meta. A pesquisa teve como objetivo geral: identificar e analisar as relações do exercício profissional dos assistentes sociais do Estado do Pará em tempos de pandemia/COVID-19; e como específicos: 1 - Identificar as condições de trabalho dos Assistentes Sociais tendo como parâmetro a Resolução CFESS n° 493/2006; 2 - Mapear os municípios com maior índice de óbitos em função da COVID-19 e realizar estudo socioeconômico so-

bre eles; 3 - Verificar quais os desafios e limites apresentados pela categoria no que diz respeito às Instituições/espaços ocupacionais; 4 - Traçar o perfil socio-profissional dos(as) assistentes sociais ativos no estado do Pará; 5 - Levantar as demandas apresentadas pelos usuários aos Assistentes Sociais em tempos de pandemia; e, 6 - Levantar o perfil dos assistentes sociais no que tange à formação profissional (tempo de formado, universidade pública ou privada, presencial ou a distância).

Ressalta-se que no contexto de pandemia em 2020, com o avanço do neoconservadorismo no Brasil, bem como regressão de direitos sociais, foi imprescindível conhecer os desafios e avanços da intervenção profissional nessa conjuntura. Diante disso, colocamos as seguintes questões orientadoras desse projeto de investigação: Quais as condições de trabalho do Assistente Social na região metropolitana de Belém e nos municípios do Pará em tempos de pandemia? Quais os desafios diante da situação de pandemia? Como as Instituições que empregam Assistentes Sociais responderam às demandas apresentadas pelos usuários e quais foram essas demandas?

A pesquisa foi de grande relevância para a produção do conhecimento no Serviço Social do Pará, por trazer três focos: a importância de pensar o exercício profissional na pandemia; o de contribuir com a produção acadêmica no programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará; e, o de subsidiar as ações de orientação e fiscalização do CRESS-PA, como: elaboração de oficinas, seminários, fiscalizações, entre outras.

Este livro está dividido em duas partes: na primeira, apresenta cinco capítulos referentes às análises dos achados; e, na segunda parte, apresenta o relatório com os resultados da pesquisa e a descrição dos dados.

A primeira parte traz: Ana Gabriela Chermont de Oliveira, Evelyn Ferreira Monteiro, Eliane da Silva Pinto, Roselene de Souza Portela e Welson de Sousa Cardoso que apresentam o perfil das Assistentes Sociais que chefiam famílias no Estado do Pará, a partir dos dados da referida pesquisa. Os resultados mostraram que esse segmento é composto majoritariamente por mulheres negras, que compõem significativamente arranjos de chefia familiar, com baixas remunerações e que se encontram inseridas profissionalmente, sobretudo, na área

da Assistência Social.

Daniele Cecim, Reinaldo Nobre Pontes e Glenda Giordana da Silva de Oliveira, Silvana Alves da Silva e David William Queiroz Paixão, refletem sobre o estágio supervisionado em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19, que ocorreu no Brasil em um período dominado pela influência ultraneoliberal, que fragmenta e focaliza as políticas sociais, conjuntura esta acentuada por estarmos sob um governo de extrema-direita. O resultado da pesquisa revelou que a pandemia gerou impactos no desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social em decorrência da suspensão de atividades presenciais em alguns espaços sócio-ocupacionais, assim como pela ausência de condições de segurança para os/as profissionais.

Ediane Moura Jorge, Olga Myrla Tabaranã Silva, Francisco dos Santos Neto e Débora Raimunda Ribeira Costa realizam uma análise teórica da atualidade do debate de Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Serviço Social. Analisam a formação profissional em Serviço Social, em tempos de Capital Especulativo, e observam que as evidências demostram uma latente dificuldade de compreensão do que seja a Instrumentalidade do Serviço Social pelas/os profissionais. Os instrumentos do Serviço Social se confundem com o acervo teórico-metodológico, o que pode dificultar as mediações dos processos de trabalho do cotidiano de assistentes sociais.

Laura Michele Serrão Lima Gomes, Carla Rafaela Lemos Sales, Adriana de Azevedo Mathis realizam uma análise das relações e condições de trabalho dos Assistentes sociais e, entre os principais resultados, apresenta-se o alto percentual de desemprego, a precarização do trabalho efetivadas por meio de cargas horárias extensas e exaustivas, baixos salários, duplo vínculo de trabalho, além de requisições institucionais que não estão dentro das competências e atribuições específicas, em uma relação de força desigual.

Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Patrícia Nayara de Seixas Negrão, Larissa Tuane Lima do Nascimento e Josiane Coelho de Amorim trazem as demandas apresentadas pelas/pelos assistentes sociais no Estado do Pará durante o período de pandemia. Os resultados mostraram que as principais demandas apresentadas aos profissionais de Servi-

ço Social, em contexto pandêmico, foram: a procura por serviços socioassistenciais e violência contra idosos.

Durante a investigação também foi realizada pesquisa bibliográfica que culminou na publicação de um artigo publicado na revista Políticas Públicas do programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão. A publicação contou com a participação de Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Ediane Moura Jorge, Lais Ribeiro Gama e Mickaely de Lima Gomes. Este artigo expos os resultados parciais da referida pesquisa a partir do levantamento da literatura pertinente ao tema produzida por Assistentes Sociais e publicada em periódicos. Ele apresentou dados acerca do número de infectados pela Covid-19 na região Amazônica, especificamente no Estado do Pará. O artigo exibe breves reflexões sobre a realidade socioeconômica na pandemia na Região Amazônica e no Estado do Pará, e as principais problematizações em termos de ausência de direitos sociais e desafios para o (a) Assistente Social. Os resultados mostraram que os (as) assistentes sociais enfrentaram o medo, a insegurança e o deterioramento das condições de trabalho no enfrentamento da pandemia.

Os resultados da pesquisa acima publicada, levantada em periódicos, vieram ao encontro dos resultados das respostas dadas pelos assistentes sociais ao preencherem o formulário da pesquisa. Foram entrevistadas/os 312 assistentes sociais durante a pandemia do Covid-19, no período de 2020 a 2022, utilizando questionário através da plataforma digital google forms. A amostra inicial calculada foi de 400 entrevistas, com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%.

Os principais resultados evidenciam que os/as Assistentes Sociais em sua maioria são compostos por mulheres, mais de 50% chefiam famílias e estão inseridos em espaços ocupacionais que se adequam a lei de 30 horas semanais, todavia, muitos apresentam situação de precarização do trabalho, assim como salários baixos. Durante a pandemia, o medo e as condições de trabalho não foram adequados no sentido de garantir maior segurança ao trabalho. As principais demandas apresentadas foram aumento de pobreza e da violência, principalmente, com idosos.

Essa pesquisa só foi possível de ser efetivada em função da participação

dos assistentes sociais que contribuíram preenchendo o questionário, a elas/es nosso agradecimento.

Agradecemos também ao apoio recebido da Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, por meio dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS) e o Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais (GPPUMA) e à toda equipe de conselheiras/os, trabalhadoras/es do CRESS 1ª Região.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 22

PARTE 1 29

Capítulo 1 - ASSISTENTES SOCIAIS E CHEFIA FAMILIAR FEMININA: notas introdutórias sobre análise de gênero e raça no estado do Pará.

Autoras/res: Ana Gabriela Chermont de Oliveira, Evelyn Ferreira Monteiro, Eliane da Silva Pinto, Roselene de Souza Portela e Welson de Sousa Cardoso. 30

Capítulo 2 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desafios à formação profissional em tempos de pandemia.

Autoras/res: Danielli da Silva Cecim, Reinaldo Nobre Pontes e Glenda Giordana da Silva de Oliveira, Silvana Alves da Silva e David William Queiroz Paixão. 46

Capítulo 3 - PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: assistentes Sociais no Pará, uma análise sobre a formação profissional e os fundamentos do Serviço Social na Amazônia.

Autoras/res: Ediane Moura Jorge, Olga Myrla Tabaranã Silva, Francisco dos Santos Neto e Débora Raimunda Ribeiro Costa 61

Capítulo 4 - SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: exercício socioprofissional no Pará/Brasil.

Autoras: Laura Michele Serrão Lima Gomes, Carla Rafaela Lemos Sales e Adriana de Azevedo Mathis 77

Capítulo 5 - AS DEMANDAS DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Autoras: Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Patrícia Nayara de Seixas Negrão, Larissa Tuane Lima do Nascimento e Josiane Coelho de Amorim 99

PARTE 2 117

RELATÓRIO RESULTADOS DA PESQUISA "PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DO PARÁ/ AMAZÔNIA LEGAL".

Autoras/res: Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Welson de Sousa Cardoso, Patrícia Nayara de Seixas Negrão, Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Laura Michele Serrão Lima Gomes e Ethiene da Purificação dos Anjos Santos. 118

Retornar ao Sumário

PREFÁCIO

Potyara Amazoneida P. Pereira

Esta é uma publicação coletiva cujo título já anuncia o teor de sua substância complexa, multideterminada, interrelacional, e, portanto, não linear. Trata-se, pois, de uma Coletânea de conteúdo dialeticamente contraditório, permeado por disputas de projetos societários e disjuntivas ideológico-políticas referentes ao exercício profissional contemporâneo do Serviço Social.

Tal conteúdo privilegia, geográfica e analiticamente, um contexto particular – a Amazônia brasileira, em sua configuração ampliada em termos político-legais (Amazônia legal)[1] – atingido pela Pandemia da COVID 19 que se abateu sobre a humanidade, a partir de dezembro de 2019, e pelas implicações desse flagelo para o trabalho das/os assistentes sociais do Estado do Pará. Logo, as reflexões nele contidas, produzidas conjuntamente por docentes pesquisadoras/es do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA) e assistentes sociais membras/os do Conselho Regional do Serviço Social (CRESS) da 1ª Região, carrega a marca e o peso de uma dupla crise global de repercussões catastróficas, a saber: aquela que engloba e integra a interminável crise estrutural e sistêmica do capital, explicitada em fins dos anos 1970 e agudizada a partir de 2008, e a crise sanitária, ainda em curso, desencadeada pela COVID 19.

A confluência e a imbricação desses dois eventos críticos não poderiam ser mais funestas para um mundo já dominado pela lógica neodireitista da rentabilidade econômica privada – tributária da fusão ou mistura (melting pot) dos aspectos mais radicais do neoliberalismo econômico e do neoconservadorismo político – que sacrifica a legítima satisfação das necessidades humanas no altar do mercado. E mais, depreda, inconsequentemente, o meio ambiente ao ponto de produzir a hoje tão temida mudança climática promotora do "mais abrangente e ameaçador de todos os limites planetários desta nova idade [geológi-

1 A Amazônia legal engloba 8 (oito) Estados brasileiros – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins – e parte do Estado do Maranhão, representando 59% do território nacional.

ca] do Antropoceno" (GOUGH, 2017, p. 1), com a qual a Pandemia da COVID 19 guarda estreita relação.

Junto a isso, o aumento e a forma assumida pela desigualdade social da atualidade diferenciam-se dos arranjos capitalistas conhecidos de divisão estrutural entre ricos e pobres, colocando o destino de uma imensa maioria populacional nas mãos de uma ínfima minoria superprivilegiada, ultra influente e profundamente antidemocrática. Isso significa que a vigorante doutrina neodireitista, de índole individualista-possessiva, gananciosa e fundamentalista de mercado, associada a concepções retrógradas e preconceituosas nos âmbitos da família, da religião, da cultura, da ciência e dos avanços civilizatórios, continua em alta e alheia a qualquer senso de justiça social. Como pontua Rothkopf (2008), os mercados e seus fiéis apoiadores não têm consciência de justiça e equidade; e, mais cedo ou mais tarde, deixarão à deriva da proteção social as pessoas doentes, sem formação profissional, idosas, enfim, inúteis para a ordem social dominante. Sendo assim, o que move os mercados atuais é a busca de eficiência para consolidar uma nova elite global em franca ascensão e fazer valer os seus projetos de poder político às expensas da soberania dos Estados e das nações. E tudo isso se ancora na falsa promessa de instituir em um mundo conturbado e ferozmente competitivo a disseminação global da paz e do progresso sob a batuta estabilizadora da invisível racionalidade liberal-burguesa.

Para se ter uma ideia da peculiaridade perversa da desigualdade social em voga, veja-se a predominância das seguintes tendências: tanto a pobreza relativa quanto a absoluta mundializaram-se, tornando-se visíveis e perturbadoras até nas cidades vitrines do planeta. E, em que pese a melhora econômica de muitas regiões, o mundo como um todo tornou-se menos igual do que era antes, inclusive há poucas décadas. Ademais, não existem hoje apenas disparidades abissais entre países, mas também no interior de cada um deles, mesmo nos mais carentes.

Conforme Rothkopf (2008), nações como o Japão, os Estados Unidos e a maioria das que fazem parte da União Europeia são, em média, mais de cem vezes mais ricas do que as equiparadas à Etiópia, ao Haiti e ao Nepal. Há cem anos a taxa do PIB entre os países abastados e os pauperizados era cerca de 9 para 1.

Contudo, nos anos recentes, a taxa, por exemplo, entre Luxemburgo, tido como o mais rico em termos de renda per capita, e Guiné-Bissau, o mais pobre, é de 267 para 1. Esse chocante distanciamento traz à baila o fenômeno da formação de uma fabulosa concentração de riqueza em meio a uma calamitosa generalização da pobreza, confirmado pelo fato de que cerca de mil indivíduos que compõem a chamada superclasse, ou seja, o topo do topo dos bilionários da Terra, detêm, somados, uma riqueza maior do que a reservada aos 2,5 bilhões de pessoas mais desvalidas do globo.

Para completar esse quadro de iniquidades sociais, e como já mencionado, a concentração de bens e riqueza também se dá no interior de cada país, incluindo os do chamado Terceiro e Quarto Mundos. Para indicar apenas um exemplo, atente-se ao caso do Chile, na América Latina, visto ter sido este o primeiro país a ser submetido à experiência neoliberal que transformou, desde os anos 1970, os mercados internacionais. A partir dessa experiência, a estratificação da sociedade chilena apresenta, segundo Rothkopf (2008, p. 80), o seguinte perfil: grosso modo, nela existem os pobres e a classe operária; "os bens postos e educados [identificados como ricos] que estão produzindo o milagre chileno"; e, por fim, um restrito segmento populacional situado no cume dos "negócios que colhem recompensas enormemente desproporcionais desse milagre".

Perante esse quadro, cabe indagar: como fica a proteção social cuja principal missão seria, em tese, a de concretizar direitos de cidadania social conquistados por movimentos democráticos desde fins do século XIX? Fica – dir-se-ia em reforço ao sentimento implícito nos diferentes textos desta Coletânea – em desdita. Isso porque, quando não se ressignificou como flexisegurança (flexisegurity), ou medida compulsória de ativação de desempregados para um mercado de trabalho flexível, em nome da ideologia do workfare (bem-estar em troca de trabalho) (ABRAHAMSON, 2009) – tal como aconteceu em países de proteção social avançada, como os escandinavos – ela se abastardou ou feneceu. Em seu lugar, ganharam vez e proliferaram as denominadas políticas darwinistas sociais, cujo preceito, instituído no século XIX, pelo filósofo- biólogo-antropólogo liberal clássico Herbert Spencer, pontifica e justifica obscenas desigualdades sociais como naturais. Ou melhor, abona uma concepção que vê a classe social

dominante como merecedora de privilégios por ser mais evoluída e adaptável ao progresso do que a classe dominada. Consequentemente, os involuídos e não adaptáveis devem ser induzidos a sobreviver pelo próprio labor (dispêndio puro de energia) e nunca por meio de intervenção social pública garantida pelo Estado; ou, então, serem deixados a sua própria sorte, o que estimula o macabro ensejo capitalista de legitimação da morte, ou do extermínio de seres humanos inúteis para o sistema, hoje denominado necropolítica, praticada seja pela ação, seja pela inação intencionais dos governantes. Daí a pertinência atual, mormente no Brasil negligenciador da Pandemia causadora de mais de 700 (setecentos) mil óbitos, da proverbial afirmação de Thomas Dye (1972): a política é, também, não ação quando resulta do que os governantes escolhem não fazer.

Esse é o panorama mundial que, com as devidas particularidades, constitui o pano de fundo para a real compreensão dos ataques e ameaças sofridos pela Amazônia brasileira – unidade empírica de análise desta obra; panorama este que, pela sua gravidade, desafia e interpela a todos. Afinal, ignorá-los, implica sérios riscos e consequências de natureza prática, política e moral para civilizações pautadas por princípios e valores humanitários e democráticos.

A meu juízo, esta publicação inscreve-se no propósito de desnudar e publicizar esses riscos e consequências, assim como de abraçar o compromisso de não subestimar a realidade e nem silenciar sobre as limitações que profissões, como o Serviço Social, enfrentam nestes tempos trágicos regidos pela ética egocêntrica e hedonista, contrária à ética eudaimônica da solidariedade social.

Sua contribuição, por pequena que seja diante da magnitude da problemática a decifrar e a enfrentar, reside, em grande parte, na determinação de suas/seus autoras/es de atualizar e repensar o exercício profissional do Serviço Social em movimento; fortalecer espaços institucionais de pesquisa e produção de conhecimento, como os Programas de Pós-Graduação universitários, em parcerias com integrantes de Conselhos profissionais; e subsidiar ações em benefício da sociedade, especialmente da amazônida.

Por fim, para encerrar, parabenizo a todas/os as/os envolvidas/os nesse empreendimento intelectual e político indubitavelmente atual, relevante e pertinente. E, em adição, gostaria de agradecer a oportunidade de aqui me expres-

sar não só como prefaciadora, mas também como lídima paraense/marajoara, ex-aluna e ex-professora (auxiliar e assistente) na cadeira de pesquisa da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, na qual forjei as bases para prosseguir, na Universidade de Brasília (UnB), na carreira docente até o seu último degrau.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, Peter. O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa: emprego e proteção social na Dinamarca. Rev. SER Social, v. 11, n. 25 (2009) PPGPS, UnB. Brasília/DF.

DYE, Thomas R. Models of politics: some help in thinking about public policy. In: DYE, Thomas. Understanding public policy. New Jersey: Prentice Hall, 1972.

GOUGH, Ian. Heat, greed and human needs: climate change, capitalism and sustainable wellbeing. UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2017.

ROTHKOPF, David. Superclasses: a elite que influencia a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

Retornar ao Sumário

PARTE 1

PARTE 1

Capítulos

1 – ASSISTENTES SOCIAIS E CHEFIA FAMILIAR FEMININA: Notas introdutórias sobre análise de gênero e raça no estado do Pará.

Autoras/res: Ana Gabriela Chermont de Oliveira, Evelyn Ferreira Monteiro, Eliane da Silva Pinto, Roselene de Souza Portela e Welson de Sousa Cardoso.

2 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: Desafios à formação profissional em tempos de pandemia.

Autoras/res: Danielli da Silva Cecim, Reinaldo Nobre Pontes e Glenda Giordana da Silva de Oliveira, Silvana Alves da Silva e David William Queiroz Paixão.

3 – PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: Assistentes Sociais no Pará, uma análise sobre a formação profissional e os fundamentos do Serviço Social na Amazônia.

Autoras/res: Ediane Moura Jorge, Olga Myrla Tabaranã Silva, Francisco dos Santos Neto e Débora Raimunda Ribeiro Costa.

4 – SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: Exercício socioprofissional no Pará/Brasil.

Autoras: Laura Michele Serrão Lima Gomes, Carla Rafaela Lemos Sales e Adriana de Azevedo Mathis.

5 – AS DEMANDAS DAS/DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO PARÁ EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Autoras: Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Patrícia Nayara de Seixas Negrão, Larissa Tuane Lima do Nascimento e Josiane Coelho de Amorim.

PARTE 2

RELATÓRIO DESCRITIVO: Projetos Societários em Tempos de Pandemia no Estado do Pará.

Autoras/res: Cilene Sebastiana da Conceição Braga, Welson de Sousa Cardoso, Patrícia Nayara de Seixas Negrão, Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo, Laura Michele Serrão Lima Gomes e Ethiene da Purificação dos Anjos Santos.

Retornar ao Sumário

CAPÍTULO 1

ASSISTENTES SOCIAIS E CHEFIA FAMILIAR FEMININA: notas introdutórias sobre análise de gênero e raça no estado do Pará

Ana Gabriela Chermont de Oliveira
Evelyn Ferreira Monteiro
Eliane da Silva Pinto
Roselene de Souza Portela
Welson de Sousa Cardoso

1 - INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988 e da alteração do Código Civil em 2003, as questões relacionadas às configurações de famílias monoparentais femininas e a chefia familiar feminina se tornaram temas relevantes de pesquisas, particularmente, na área das ciências sociais e políticas sociais.

Como evidencia Babiuk (2015), a partir do século XX, o termo "famílias monoparentais" têm assumido destaque em estudos acadêmicos, principalmente, no âmbito das análises de gênero pelas Ciências Sociais, em decorrência da intensificação da atuação do movimento feminista.

Nos últimos anos, observa-se um aumento significativo de famílias chefiadas por mulheres em todo o Brasil. Principalmente entre as mulheres pobres, negras e periféricas que constituem o segmento privilegiado nos programas, projetos e ações vinculados às políticas sociais. Na maioria das vezes, essas mulheres extremamente fragilizadas, dos pontos de vista econômico, social e subjetivo, são atendidas por profissionais de Serviço Social que atuam na área da assistência social.

É importante evidenciar que esses profissionais de Serviço Social são majoritariamente compostos por mulheres, que vivenciam, também, os efeitos dessas mudanças que ocorrem na sociedade, pois estão inseridas nessa estrutura patriarcal e na divisão sexual do trabalho.

Geralmente quando se aborda a questão de gênero, o enfoque gira em torno apenas dos/as usuários/as atendidos/as pelos/as profissionais, e a realidade das Assistentes Sociais são ocultadas e distanciadas do debate. Portanto, as

discussões de gênero no Serviço Social não devem se limitar apenas à realidade das usuárias atendidas, mas também das profissionais que, por serem mulheres, vivenciam uma gama de situações marcadas pelas assimetrias de sexo.

Diante do que foi dito, este trabalho tem como objetivo traçar um perfil dessas mulheres, Assistentes Sociais, que se encontram em condição de chefia familiar, e que vivem no seu cotidiano situações perpassadas pelas categorias de gênero, raça/etnia e classe, buscando identificar as suas condições de vida e trabalho. Segundo Cisne e Santos (2018), questões de gênero, raça/etnia e classe são indissociáveis em qualquer análise sobre o fenômeno.

Na pesquisa foram utilizados, como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico e a análise de dados quantitativos. A pesquisa quantitativa foi desenvolvida com base em dados resultantes da pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal", que foi realizada nos anos de 2020 até 2022. Também contou com a parceria do Conselho Regional de Serviço Social da 1ª Região (CRESS). A pesquisa é vinculada aos grupos de pesquisa GPPUMA/UFPA, TRADHUSS/UFPA e GEPSS/UFPA[2], pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Pará.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro momento, introdução com a apresentação de objetivos e metodologia; no segundo e terceiro momento são realizadas análises acerca da divisão sexual do trabalho no contexto das relações capitalistas; no quarto momento, a particularidade da divisão sexual do trabalho e o Serviço Social em território paraense; no quinto momento, a apresentação dos resultados da pesquisa; e, por último, as considerações finais.

2 - DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

Para compreender a divisão sexual do trabalho, parte-se do pressuposto que as relações sociais capitalistas supõem relações de exploração e dominação entre classes sociais e, por conseguinte, relações sociais marcadas por divisões sociais de classe, gênero e raça. Essas determinações, próprias da dinâmica capitalista, são extremamente funcionais à reprodução do sistema como um todo.

Destarte, parte-se da concepção marxista que aponta o trabalho da classe trabalhadora como uma peça central na engrenagem do processo de acumu-

2 Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia – GPPUMA; Grupo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social – TRADHUSS; Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional – GEPSS.

lação capitalista. Como também se baseia no estudo da Teoria da Reprodução Social, das feministas marxistas, para afirmar que o "trabalho reprodutivo", entendido como "trabalho doméstico", desenvolvido pelas mulheres ao longo dos séculos, tem sido responsável pela manutenção e revitalização do sistema de produção de mercadorias.

Dessa maneira, como afirma Federici (2019), a análise do trabalho doméstico apresenta-se como fator importante na definição da exploração das mulheres no capitalismo. Para a autora, "obrigar o Estado a pagar um 'salário social' ou uma 'renda garantida', a fim de assegurar a nossa reprodução, continua a ser um objetivo político essencial, posto que o Estado tem mantido como refém grande parte das riquezas que produzimos" (FEDERICI, 2019, p. 33).

Ainda, ao longo dos últimos séculos, como demonstra Federici (2019, p. 50), o trabalho feminino fora de casa, "o segundo trabalho, não só aumenta nossa exploração como reproduz simplesmente o nosso papel de diversas formas". Dessa maneira, "conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuir ainda menos tempo e energia para lutar contra ambos" (FEDERICI, 2019, p. 69).

Nesse contexto, importa sinalizar que a presença do Estado é fundamental na organização e distribuição da divisão sexual do trabalho. Neste debate, evidenciam-se os trabalhos exercidos por mulheres no mercado, trabalho produtivo/reprodutivo e o trabalho doméstico, realizado no interior da casa. O primeiro tipo de trabalho remete à discussão de trabalho produtivo, gerador de lucro para o capital; e o segundo tipo de trabalho, trabalho doméstico, considerado como trabalho improdutivo, ocultado pelo sistema capitalista. Ambos os trabalhos são funcionais à manutenção e reprodução do sistema, configurando na atualidade um cenário de disparidades sociais relacionadas a desigualdades entre gêneros, raça/etnia e desmantelamento da proteção social.

O debate apresentado pelos movimentos feministas e grupos antirracistas sobre a divisão sexual e racial do trabalho evidencia expressões marcadas pela categoria de exploração, na medida em que a discussão retira o foco do mercado produtivo e abre caminhos para discussões sobre a economia pautada em trabalhos não remunerados reprodutivos, dito "Economia Feminista". Nesse sentido, é possível reconhecer que é "necessário trazer para o centro do debate e para uma nova abordagem da economia a sustentabilidade de vida, e não a centralidade no mercado" (CARLOTO, 2020, p. 51).

Nesta análise é possível verificar que o sistema de divisão do trabalho tem outros caminhos, expressões por assim dizer, que estruturam, regulam e permitem a reprodução do acúmulo de capital, e como este benefício se dá em detrimento da supressão da proteção social das mulheres.

Ao reconhecer como peça fundamental desta reprodução capitalista, a

exploração da classe trabalhadora em detrimento do trabalho doméstico feminino não remunerado, mulheres-mães que assumem este papel, já naturalizado na sociedade, retiram a sobrecarga de homens ou companheiros para que estes possam ocupar o mercado formal e informal do trabalho.

No cenário atual, é possível verificar avanços no que diz respeito à inserção das mulheres no mercado de trabalho, como demonstra "o aumento sistemático da força de trabalho feminina no Brasil [...] decorrente de mudanças demográficas, sociais, culturais políticas e econômicas" (NASCIMENTO, 2016, p. 127). Também é considerável o crescimento significativo de mulheres economicamente ativas no Brasil, mesmo que, em configurações de ocupação de atividades domésticas, busquem obter uma renda independente.

No entanto, o registro das conquistas sociais das mulheres no mercado de trabalho, identificadas em leis, não representam necessariamente direitos sociais equânimes. Dentro desta tendência capitalista e diante das análises citadas até aqui, é possível observar que problemas sociais históricos como o avanço neoliberal, desmonte das políticas assistenciais, aplicação de programas e serviços sociais que centralizam a família e realizam o repasse de responsabilidades públicas de proteção social em detrimento do bem-estar das mulheres, apresentam-se na realidade como obstáculo para as mesmas em conciliar formação, espaço no mercado produtivo e trabalho de cuidado familiar.

Conforme as autoras Mathis, Braga e Amaro (2020), é possível identificar na atualidade diversas expressões da questão social, apontadas como problemas e/ou desafios, como desigualdade entre sexos, renda, amplos índices de novos arranjos familiares, como famílias chefiadas por mulheres, com ou sem cônjuge e em situação de vulnerabilidade econômica, bem como o aumento da jornada de trabalho doméstico não remunerado de mulheres-mães em paralelo com jornadas de trabalhos parcial e/ou precarizadas.

Diante das alterações ocorridas nas relações sociais na contemporaneidade, derivadas da reformulação política do capital nos anos de 1970, tais fenômenos sociais têm desencadeado nos grupos familiares e na sociedade uma nova referência de matricialidade sociofamiliar, alterando as dinâmicas para o provimento de víveres, renda e cuidados.

Apesar das mudanças políticas que modificaram significativamente o papel da mulher na contemporaneidade – tais como a instituição do princípio da igualdade na Constituição brasileira e, posteriormente, a alteração do Código Civil em 2003, que passou a defender a integridade do corpo, direito ao nome e privacidade –, estas não perpassam sobre as concepções a respeito das vulnerabilidades socioeconômicas e a divisão sexual do trabalho estabelecidas neste movimento em conjunto com a instituição do Estado neoliberal, sendo na atualidade decisivas no pauperismo dos novos arranjos familiares e na transformação

da mão de obra feminina em uma das mais baratas e precarizadas do mercado de trabalho.

3 - DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO: Notas sobre gênero

Nas palavras de Saffioti (1987), o sistema patriarcal e o racismo surgiram antes do capitalismo e, dessa maneira, interferem na divisão sexual do trabalho. Com o surgimento do sistema capitalista há uma junção entre esses três sistemas de exploração, que a autora conceitua como sendo um único sistema de "dominação-exploração" denominado "patriarcado-racismo-capitalismo".

De acordo com Saffioti (1987, p. 63), tal sistema "[...] beneficia, em primeiro lugar, o homem rico, branco e adultos. Em segundo plano, na ordem dos beneficiados, vem a mulher rica, branca e adulta". Sendo assim, na divisão sexual e racial do trabalho são expressas as relações de poder entre mulheres brancas e mulheres negras, visto que há um processo histórico de desigualdade racial no Brasil (SAFFIOTI, 1987).

Nesse sentido, percebe-se que o capital incorporou sistemas que já existiam para estabelecer uma organização social e obter diferentes formas de exploração/opressão que garantem a produção e reprodução do sistema capitalista. Com base nisso, a sociedade capitalista utiliza as particularidades da classe com a finalidade "de hierarquizar as atividades e assim ampliar a exploração/opressão entre homens e mulheres e entre mulheres brancas e mulheres negras" (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 3).

Cisne (2016) parte da concepção que a classe não é homogênea, mas possui "raça/etnia" e "sexo", sinalizando que o fenômeno da divisão social e sexual do trabalho precisa ser analisado sob uma ótica "racializada", pois assim como a classe, as mulheres não são homogeneizadas, mas possuem uma dimensão racial, apesar de todas sofrerem as implicações do sistema patriarcal.

Ainda, como evidenciam Cisne e Santos (2018, p. 31), "as relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro", assim, o sistema capitalista imprime uma dinâmica de exploração e subalternização sobre as mulheres e negros/as, com base em seus interesses para obtenção da força de trabalho. Desse modo, a partir da divisão sexual e racial, o capital se apropria das dimensões que perpassam a classe trabalhadora, buscando garantir sua produção e reprodução.

A título de ilustração, Cisne (2016), baseando-se em pesquisas do IPEA, cita que, em uma escala, os homens brancos possuem os melhores rendimentos – apesar, de possuírem uma jornada de trabalho menor –, estes são seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

Esses indicativos são fundamentais para compreendermos os efeitos da

divisão sexual e racial do trabalho, apontando que existe "[...] uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe" (CISNE, 2016, p. 27), em que a exploração capitalista incide mais sobre a mulher do que o homem, especialmente as mulheres negras, realçando que "entre as próprias mulheres essa exploração também ganha faces particulares" (CISNE, 2016, p. 29).

4 PARTICULARIDADE DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL EM TERRITÓRIO PARAENSE

O Serviço Social, conforme seu projeto ético-político, é comprometido com a emancipação humana e justiça social. Deste modo, faz-se necessário refletir sobre as contradições que coadunam as relações sociais e conflitos presentes. Sendo assim, a divisão sexual do trabalho e relações entre gêneros não estão exclusas; e exprimem opressões e explorações que necessitam desta reflexão, assim, a divisão sexual do trabalho imbricada nas relações sociais deve ser objeto de intervenção do Serviço Social, uma vez que são relações antagônicas.

Contudo, o Serviço Social está incluído no processo de aplicação do projeto da classe burguesa e, portanto, capitalista. Baracho (2021) afirma que a presença do pensamento pós-moderno está relacionada a uma tendência que reaviva heranças conservadoras, influenciando na ação política e profissional. Isto exige do Assistente Social que se utilize de mediações que permitam abrir novas possibilidades aos usuários e que não ultrapassem os limites institucionais.

Os levantamentos realizados pela autora supracitada demonstram que, apesar das desigualdades advindas das relações antagônicas já citadas neste estudo, das categorias raça e gênero, o Serviço Social, diante da ocupação em cargos de comando na política de assistência social, tem a "[..] presença do sexo feminino na ocupação majoritária do cargo gestor das secretarias municipais da Política de Assistência Social no Estado do Pará" (BARACHO, 2021, p. 242).

Conforme Baracho (2021), a presença de mulheres e Assistentes Sociais de forma majoritária em cargos de comando são uma sinalização de que o sexo feminino tem ocupado espaços na esfera política. Portanto, evidencia-se a importância de se realizar estudos reflexivos e críticos a respeito, dentro da perspectiva do feminismo marxista e da perspectiva que compreende a divisão sociossexual do trabalho, em que se adequam aos direcionamentos teóricos coerentes e necessários para a compreensão das configurações da sociedade capitalista.

As discussões que se apresentaram no diálogo entre Estado capitalista e Política Social, como articulações presentes neste entendimento,

> contribuem de maneira significativa para a compreensão referente a um campo que expressa conhecimento, planejamento e intervenção e uma área que demanda ação e a inserção social de uma profissão (BARACHO, 2021, p. 244).

Com isto, leva-se a reflexão de como se dá a mediação entre a aplicação das políticas assistenciais, os limites institucionais com a formação profissional e o trabalho do Assistente Social, para a ação dentro do projeto ético-político, assim como para a execução de um projeto emancipatório para mulheres dentro e fora do Serviço Social, no qual estas estão sujeitas a velhas dicotomias entre produção e reprodução do trabalho feminino e as relações sociais de gênero. A partir dessas análises, buscaremos analisar os resultados apresentados na pesquisa, que será tratada no próximo item.

5 ANÁLISE DA PESQUISA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS PARAENSES

Macedo (2008, p. 389) aponta que "falar em chefia feminina significa entender que, atualmente, essa é uma situação vivenciada por mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e, em especial, aquelas residentes nos grandes centros urbanos". Há que se reconhecer que, na contemporaneidade, em relação ao mundo do trabalho e categorias de gênero no Brasil, muito ainda precisa ser alterado, pois quando se trata sobre a ocupação da mulher no mercado produtivo ainda se mantém a divisão entre espaços para homens e mulheres.

O espaço de trabalho doméstico não se distancia das atividades exercidas no trabalho produtivo com vínculo empregatício, restando às mulheres uma dupla jornada de trabalho, pois, como ressaltam Bruschini e Ricoldi (2009, p. 96), "hoje é possível afirmar que qualquer análise sobre o trabalho feminino, procurando romper velhas dicotomias, estará atenta à articulação entre produção e reprodução, assim como às relações sociais de gênero".

Assim, foram realizadas análises com base nos dados da pesquisa "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal", cuja investigação partiu da aplicação de formulário voltado para os/as Assistentes Sociais do estado do Pará. Essa pesquisa contou com 310 respondentes e, destes, foram analisadas as particularidades e o perfil das mulheres Assistentes Sociais que são chefes de famílias no Estado.

Ao se analisar os dados, foram verificados que dos/as Assistentes Sociais pesquisados/as, as mulheres são, em números, a maioria no que se diz respeito à liderança da chefia familiar, o que representa, de acordo com os dados do IPEA, já citado, a crescente presença das mulheres no mercado economicamente ativo; cerca de 90% dos/as profissionais pesquisados/as correspondem às mulheres, conforme os números apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo da Identidade de Gênero e de Chefia familiar.

Feminino (Total)	Masculino (Total)	Chefia Familiar Feminina (Total %)	Chefia Familiar Masculina (Total %)
90%	10%	30%	2,9%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

Perante os dados, observa-se que há uma presença marcante de mulheres compondo a categoria profissional de Serviço Social no estado do Pará. Destas profissionais Assistentes Sociais, 30% se encontram à frente da chefia familiar, contrastando com os homens, que correspondem somente a 2,9% desse público. Os demais participantes que correspondem aos 67,1% não se encontram em configurações de chefia familiar, possuindo outra pessoa de referência com maior renda no lar.

Conforme Babiuk (2017, p. 5):

> As mulheres chefes de famílias podem estar inseridas em diversas configurações familiares, contudo, elas são a referência da família e principal provedora. As chamadas chefes de família podem contar com a renda de outros componentes da família e com a presença do cônjuge, cujo fato as diferencia daquelas que são chefes de família monoparental feminina, as quais não contam com a presença do cônjuge/companheiro ou da presença masculina no lar e provê a família com única renda.

Nesse sentido, de acordo com os dados da pesquisa, as Assistentes Sociais no estado do Pará possuem diversas configurações familiares, do percentual que compõe chefia familiar feminina (Tabela 1), 66% das profissionais possuem filhos. E, conforme a análise da Tabela 2, percebe-se que 42,8% das Assistentes Sociais não possuem cônjuge, estas, então, se encontram inseridas em arranjos de famílias monoparentais. Entretanto, a chefia familiar não é definida pela ausência do cônjuge nessa pesquisa, mas essa é uma importante dimensão que deve ser analisada.

Tabela 2 – Quantitativo do Estado Civil Feminino.

Estado Civil (Feminino)	Total (%)
Solteira	42,86%
Casada	34,52%
Divorciada	11,90%
União Estável	8,33%
Marital	1,19%
Separada	1,19%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

As autoras Freitas, Braga e Barros (2012, p. 56) afirmam que "pensar em famílias significa pensar uma realidade em constante transformação". Nesse sentido, salientam que as famílias brasileiras têm se modificado, fazendo com que as coabitações crescessem no país. Conforme a Tabela 3, os índices demonstram que em sua maioria as profissionais habitam junto a sua família, podendo ser a mulher a responsável pela família, e a referência com maior rendimento dentro do domicílio.

Tabela 3 – Dados sobre o compartilhamento da Moradia das Assistentes Sociais que chefiam a família no Pará.

Condições de Moradia	Total (%)
Moro com minha família	73,81%
Moro só	16,67%
Duas famílias coabitam no mesmo espaço	5,95%
Moro com amigos	2,38%
Mais de duas famílias coabitam no mesmo espaço	1,19%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

Ao se verificar as famílias, aproximadamente 74% das pesquisadas moram com sua família, sendo que 16,67% residem sozinhas e 5,95% coabitam com mais uma família, como apresenta a tabela 3. Na atualidade, deve-se considerar que modelos de família são plurais; e ao se debruçar sobre estudos e aplicação destes na realidade é necessário se ater aos seguintes fatos: territorialidade, contexto social, econômico e temporal. Ao apresentar Leser de Mello (2002), Carloto (2005) chama a atenção para concepções abstratas de família e da necessidade de cautela nos estudos com ela.

A concepção de chefia familiar não se apoia em uma única definição; ela abre o leque para a possibilidade de a chefia ser composta pelo membro familiar com a maior renda no domicílio. Bem como famílias monoparentais femininas que na atualidade apresentam em suas configurações a chefia familiar, a qual restringe as funções de provedora e cuidadora a uma única pessoa, a mulher.

> Segundo dados do PNAD – 1990 (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), [...] dentre os trabalhadores que desenvolvem atividades em seu próprio domicílio, 82,2% são mulheres, indicando que as oportunidades de multiplicar suas atividades são restritas à possibilidade de compatibilização entre os limites do espaço e as atividades domésticas (CARLOTO, 2005, p. 2).

Ao citar Butto (1978, p. 72), Carloto (2005, p. 2) afirma que "domicílios chefiados por mulheres têm, em média, uma renda menor não porque têm mais crianças ou menos adultos, mas porque a/o chefe do domicílio, sendo uma mulher, ganha menos". Conforme a autora supracitada explica, fenômenos como este estão ligados a famílias mais empobrecidas.

As relações de gênero não se limitam apenas no âmbito familiar das profissionais pesquisadas, mas também implicam nas condições de trabalho, pois o Serviço Social é uma profissão historicamente inserida na divisão sociossexual do trabalho, que foi subalternizada por ser associada ao feminino e possui "como uma das principais implicações um baixo status social e baixos salários" (CISNE; SANTOS, 2018, p. 198).

Segundo os dados da pesquisa, 68,75% dos profissionais do público feminino trabalham em média 30 horas semanais; 23,75% trabalham 40 horas semanais; e pouco menos de 3,75% trabalham 20 horas semanais.

O nível salarial mínimo das profissionais pesquisadas demonstra evidências que cerca de 60% das Assistentes Sociais estão em níveis salariais de no máximo 3 salários-mínimos; em contrapartida, dos 40% restantes, somente 11,25% das Assistentes Sociais recebem mais de 8 salários-mínimos, conforme a tabela 4.

Tabela 4 – Dados sobre o Nível Salarial das Mulheres Chefes de Família no Pará.

Nível Salarial	Total (%)
Mais de 1 e 2 salários-mínimos	30%
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	30%
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	16,25%
Mais de 5 a 8 salários-mínimos	12,5%
Mais de 8 salários-mínimos	11,25%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

Oliveira e Rodrigues (2018) argumentam que mulheres no mercado produtivo se deparam com um sistema que mantêm para elas condições precárias e baixos salários, ainda que estas estejam em um cargo de comando em relação ao homem, e apresentem formação superior. Esta condição se agrava ao se verificar níveis salariais entre mulheres brancas e negras, tendo em vista que as mulheres negras recebem um valor inferior ao de mulheres brancas.

Para Nogueira e Passos (2020, p. 1), "quando tratamos da divisão sociossexual do trabalho – sem racializar as relações sociais – estamos fragmentando a análise, homogeneizando as mulheres e colocando-as nas mesmas condições". Assim, é de suma importância a análise da racialidade para a compreensão das particularidades em que vivem as mulheres Assistentes Sociais Chefes de Família no estado do Pará.

A partir da análise da tabela 5, a seguir, confere-se que 81,2% dos/as respondentes se autodeclaram pardos/as ou negros/as. Como visto na tabela 1, há a presença marcante de mulheres, então ao se analisar os dados das tabelas citadas, pode-se observar que eles apresentam que estas categorias, no estado do Pará, possuem um perfil de gênero e raça: sendo em maioria Mulheres Negras.

Tabela 5 – Quantitativo de Etnia/Raça

Etnia/Raça	Total (%)
Amarela	0,65%
Branca/o	17,15%
Parda/o	69,60%
Preta/o	11,65%
Indígena	0,65%
Brasileira/a	0,32%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

As profissionais de Serviço Social no Pará, além de comporem famílias chefiadas por mulheres, também possuem uma especificidade em relação às áreas de atuação que estão inseridas. Conforme os índices da tabela 6, 42,5% das profissionais chefes de família se encontram concentradas na área de Assistência Social, sendo este o eixo de maior concentração dos/as Assistentes Sociais pesquisados/as.

Tabela 6 – Dados sobre as áreas de atuação que as mulheres chefes de família estão inseridas.

Área(s) de Atuação	Total (%)
Assistência Social	42,5%
Saúde	23,75%
Sistema de Justiça	7,5%
Educação	6,25%
Saúde e Educação	3,75%
Assistência Estudantil	0,8%
Previdência Social	0,8%

Fonte: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" (GPPUMA, TRADHUSS e GEPSS) - 2020 a 2022.

Estes dados nos demonstram que, no que tange à política de assistência social no estado do Pará, há um aumento considerável na busca por profissionais formados e capacitados para esta área de atuação, bem como o surgimento de órgãos gestores para aplicação da referida política. Baracho (2021) ainda ressalta, com destaque à presença de profissionais, de como as/os Assistentes Sociais lideram o percentual de trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no contexto nacional.

> [...] tende a significar, não apenas, um avanço no sentido do fazer técnico que passa a se requisitar na atuação nesta Política Social confi-

> gurada com o SUAS, mas também, conduziu a pensar sobre o perfil de profissionais que têm ocupado cargos de secretárias/os na gestão municipal da Assistência Social (BARACHO, 2021, p. 241).

Segundo Carloto e Mariano (2010, p. 68), "a mulher é o sujeito na política de assistência social, seja na gestão e execução, seja como beneficiária", por conta das relações de gênero. Evidencia-se que o profissional de "Serviço Social, desde sua emergência na sociedade brasileira em meados da década de 1930, desenvolveu ações direcionadas às famílias da classe trabalhadora" (BERTELLI; MOSER, 2018, p. 18), mesmo após o movimento de reconceituação, as políticas de assistência ainda são direcionadas à família, especificamente para as mulheres (CARLOTO; MARIANO, 2010). Assim, conforme os dados apresentados anteriormente, torna-se um paradoxo, pois, assim como as políticas sociais são voltadas majoritariamente para as mulheres, a categoria profissional que atende é formada por Assistentes Sociais do sexo feminino.

Quanto há debates em torno de questões de família e divisão sexual do trabalho, as Assistentes Sociais não ganham protagonismo. Entretanto, é necessário reconhecer que os profissionais Assistentes Sociais compõem a classe trabalhadora e são vinculados às questões de gênero e raça.

Nesse sentido, os indicativos apresentados tiveram a intenção de evidenciar as particularidades da categoria profissional no estado do Pará, fazendo uma análise sobre suas condições familiares e de trabalho, permitindo elucidar como estão inseridas neste projeto social do estado capitalista e o quanto este fenômeno é determinante na esfera privada destas profissionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a presença majoritária de mulheres na profissão é um reflexo das relações de gênero que atravessam o Serviço Social desde a sua gênese, sendo esta uma profissão inserida na divisão sexual do trabalho. Entende-se que, neste processo de relações antagonistas, a atuação dos/as profissionais se torna elementar para o cumprimento do projeto ético-político do Serviço Social.

No entanto, essas profissionais mulheres, em diversos momentos históricos, também estão inseridas em contexto de desvalorização social, desvalorização racial, desvalorização salarial, com condições precárias de trabalho e que muitas vezes não são nem inseridas em serviços e benefícios pelas políticas so-

ciais.

Assim, utilizamos os dados da pesquisa "*Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal*" para trazer uma discussão sobre esses contextos. Por meio dos dados desta pesquisa notou-se que há uma presença majoritária de mulheres na profissão no estado do Pará.

Realizou-se um recorte de chefia familiar, que constatou que há um contraste com o público masculino. Neste recorte, 90% das pesquisadas são chefes de famílias, além disso, em torno de 74% das pesquisadas moram com sua família e 66% destas profissionais possuem filhos, além de remunerações baixas que estão em média de até 3 salários-mínimos.

Em síntese, há pouco alcance de políticas assistenciais para outras esferas sociais, bem como pouca alteração social a respeito de direitos sociais equânimes, uma vez que se pode observar que a mulher, e neste caso a mulher-mãe-profissional, está à frente da chefia familiar. Desta forma, o trabalho de cuidados com membros familiares ainda se encontra em um processo de empobrecimento e ampliação da carga de trabalho profissional e doméstica.

Ressalta-se que não estamos excluídos das implicações do sistema capitalista. Assim é necessário não só que as práticas profissionais se mantenham em consonância com o projeto ético-político, mas que se obtenha um entendimento sócio-histórico da profissão, para uma compreensão crítica sobre a divisão sexual do trabalho, a qual resulta nas condições de explorações e opressões que refletem nas mulheres que compõem a profissão.

Dessa maneira, os indicativos apresentados tiveram essa intenção, de evidenciar as particularidades da categoria profissional no estado do Pará, fazendo uma análise sobre suas condições familiares e de trabalho.

REFERÊNCIAS

BABIUK, Graciele Alves. Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

_____. Famílias monoparentais femininas, raça e o programa bolsa família no Distrito Federal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2., 2017, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2017.

BARACHO, Gessyca Anne da Silva. **Do Gênero à Gênese da Política de Assistência Social:** análise das ações desenvolvidas por gestoras com Formação em Serviço Social no Pará. 2021. 333f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém (PA), 2021.

BERTELLI, Edilane; MOSER, Liliane. Que Família é esta? Mosaico de diferenças, contradições, discriminações. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 17-33, 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina A; RICOLDI, Arlene Marinez. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Caderno de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 93-123, jan./abr. 2009.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2006.

_____. Cuidados, produção e reprodução social: uma abordagem a partir da economia feminista. In: TEIXEIRA, Solange Maria; CARLOTO, Cássia Maria (org.). **Família, Cuidado e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2020.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, maio/ago. 2010.

CISNE, Maria. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil. São Paulo: Cortez,**

2016.

CISNE, Maria; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social. São Paulo: Cortez, 2018.**

FEDERICI, Silvia. **O ponto Zero da Revolução:** Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FREITAS, Rita de C**ássia** Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, N**ívia** Valença. Política social, famílias e gênero: temas em discussão. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 2, p. 111-126, jul./dez. 2012.

MACEDO, Maria dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MATHIS, Adriana de Azevedo; BRAGA, Cilene Sebastiana da Conceição; AMARO, Maria Inês. Políticas sociais direcionadas às famílias com chefia feminina: Um estudo da literatura no Brasil e em Portugal. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 1-10, jan./jun. 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa mostra tendência de crescimento na participação do brasileiro no mercado de trabalho.** Brasil: IPEA, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34752. Acesso em: 2 jun. 2022.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. A "feminização" do desemprego nos polos "desenvolvimentistas" do Pará. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 8, n. 1, p. 126-139, abril, 2016.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: Considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno C R H**, Salvador, v. 33, p. 1-9, 2020.

OLIVEIRA, Paola Antunes; RODRIGUES, Marcielly Mendes. O papel da mulher na divisão sexual e social do trabalho. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, n. Especial, p. 45-58, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

Retornar ao Sumário

CAPÍTULO 2

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: desafios à formação profissional em tempos de pandemia

Danielli da Silva Cecim
Reinaldo Nobre Pontes
David Willian Paixão Queiroz
Glenda Giordana da Silva de Oliveira
Silvana Alves da Silva

1 - INTRODUÇÃO

O debate sobre formação profissional, tão caro à categoria dos/as assistentes sociais, exige-nos o esforço de pensar a realidade e suas contradições, além dos desafios postos à consolidação de um processo formativo qualificado e crítico, tal como defendem as entidades de representação e os instrumentos normativos-legais construídos historicamente pela categoria.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo abordar a temática da formação profissional em Serviço Social, focando o debate sobre os desafios de materializar o estágio supervisionado da forma como é defendido pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS e pela Resolução nº. 533 de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio, em uma conjuntura marcada pela agudização das expressões da questão social, tal como se colocou para a sociedade o período da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), em seu ponto mais alto.

Para tanto, este processo investigativo apoia-se na concepção de que a totalidade concreta se materializa histórica e dialeticamente, buscando compreender o movimento do objeto, o que pressupõe a reconstrução, no nível da razão, do modo de ser do ser social (NETTO, 1989). Reconhecendo, ainda, que apesar da adoção dessa perspectiva, não se tem a pretensão de esgotar o objeto, pois se fará apenas uma primeira aproximação ao mesmo. Assim, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, evidenciam-se, nas sessões que se seguem, os parâmetros teórico-normativos para a realização do Está-

gio Supervisionado em Serviço Social estabelecidos pelo conjunto das entidades representativas da profissão, sobretudo, durante o período pandêmico.

O trabalho se propõe a analisar, de forma introdutória, os dados sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais e a realização do estágio supervisionado em Serviço Social apontados pelo relatório da pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do/a Assistente Social do Pará/Amazônia Legal", que foi resultado de parceria realizada entre o Conselho Regional de Serviço Social / 1ª Região e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), por meio dos Grupos de Pesquisas: "Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Política Social e Formação Profissional" (GEPSS), "Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social" (TRADHUSS) e "Grupo de Pesquisa em Políticas Urbanas e Movimentos Sociais" (GPPUMA).

A discussão sobre temáticas que abordem os impactos da pandemia do Covid-19 na formação e trabalho do/a assistente social passam a ser fomentadas, tendo em mente que esse é um debate que passa a ser solicitado pela categoria desde o início de março de 2020, período de emergência deste cenário. Para tanto, faz-se necessária a compreensão de que esse momento acaba por escancarar as contradições já existentes, principalmente, no que se refere ao processo formativo de assistentes sociais.

Assim, pensar em estágio supervisionado em uma época de crise sanitária e social expõe a necessidade desse processo se desenvolver no sentindo de proporcionar ao/à discente-estagiário/a o reforço de suas potencialidades, o estímulo à criatividade, e a possibilidade de articulação e encadeamento da realidade vivenciada com as disciplinas e os conteúdos ministrados (CASTRO; FERREIRA, 2017).

Espera-se que esse escrito possa contribuir com a discussão do estágio supervisionado em Serviço Social e os desafios de o materializar de forma qualitativa e crítica, em um período que aumentou consideravelmente as tensões que demandam a intervenção de assistentes sociais frente às contradições que se apresentam como manifestações da questão social e que se agudizaram hodiernamente (PEREIRA; CRONEMBERGER, 2020).

Portanto, abordar essa temática se transmuta em uma tarefa desafiante, haja vista que estudos ainda estão sendo produzidos, e que muitos elementos ainda estão emergindo da realidade para a reflexão. Assim, importa mencionar a relevância desse debate também na defesa de um processo formativo de qualidade, levando em conta que a conjuntura solicita um profissional que tenha uma perspectiva crítica de atuação e que esteja comprometido com os interesses da classe trabalhadora.

2 - TRABALHO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM UMA CONJUNTURA DE CRISE SANITÁRIA E SOCIAL

A eclosão do Novo Coronavírus, em meio à profunda crise estrutural do capital, contribuiu com a acentuação exponencial de seus traços sistêmicos em andamento, articulando em uma totalidade contraditória suas dimensões econômica, política, social e sanitária (RAICHELIS; ARREGUI, 2021). À vista disso, no Brasil, muitos alertas se fizeram no sentido de que a depressão econômica e social seria inevitável, considerando que o país estava sob a liderança de um governo que se movia em um terreno fértil para a aceleração das políticas ultraconservadoras e ultraneoliberais e que acabou contribuindo sobremaneira para o desmonte dos direitos conquistados pela classe trabalhadora brasileira (CASTILHO; LEMOS, 2021).

Tal realidade, atravessada por desafios e tensionamento, gerou mudanças significativas em diversas áreas profissionais, inclusive, repercutindo no processo de formação e trabalho do/a assistente social, tendo em vista a consideração do Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que se reproduz por ser socialmente necessária (IAMAMOTO, 2018).

No pico da pandemia, algumas inflexões do mundo do trabalho se acentuaram, bem como novas requisições se fizeram presentes e solicitaram do/a assistente social redesenhar suas rotinas para atender às necessidades que o momento exigia e, principalmente, resguardar a proteção dos profissionais da linha de frente no combate ao novo coronavírus. É fundamental, desta forma, a compreensão das mudanças que ocorreram no cotidiano não só do profissional de Serviço Social, como no do usuário das ações e serviços públicos, que contribuíram para o surgimento de demandas no sentido do medo de adoecer e morrer, de perder os meios de subsistência, a separação dos entes queridos, a impotência perante a pandemia, conflitos no trabalho, entre outros fatores (BRAGA et al, 2020). Nesse sentido, Iamamoto (2018) refere que as atividades desenvolvidas pelo/a assistente social sofrem por conta de um vetor de demandas:

> As *necessidades dos usuários*, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, transformam-se em demandas profissionais, reelaboradas na ótica dos empregadores, no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa a atividade profissional (IAMAMOTO, 2018, p. 23, grifo do autor).

Na área educacional, por meio da portaria nº. 544, de 16 de junho de 2020, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia do Covid-19. Muitas instituições de ensino tiveram, desta forma,

suas atividades presenciais suspensas, adotando, em alguns casos, a modalidade de ensino remota, o que acabou por impor aos/às profissionais a adoção de novas metodologias, o uso de plataformas digitais e equipamentos, assim como a elaboração de estratégias para a realização de atividades teórico-práticas.

Essas medidas geraram amplo debate na sociedade e comunidade acadêmica, pois passaram a destacar as fragilidades que perpassam essa modalidade de ensino, que acaba por dificultar a qualidade do processo formativo – tal como já destacava o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em cartilha intitulada "Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social – volume 2", publicada em 2014 –, bem como escancara a desigualdade social e digital, quando evidencia que uma parcela significativa da população brasileira vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica não tendo acesso à internet, nem a aparelhos eletrônicos como computador e celular.

Em nota publicada pela ABEPSS em 2020, reforçou-se ainda o debate de que as condições para o Ensino Remoto Emergencial (ERE) não deveriam ser reduzidas ao acesso à rede de internet e à disponibilidade de aparelhos de telefonia móvel e/ou demais equipamentos, sendo necessário "considerar todos os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica" (ABEPSS, 2020, p. 04).

Assim, é de fundamental importância para a compreensão desse debate, apreender e destacar o caráter histórico e a determinação social da pandemia da Covid-19, tendo em vista "a racionalidade e o caráter destrutivo da sociabilidade capitalista contemporânea, inclusive na sua mediação com o meio ambiente, e na configuração como a Covid-19 se espraiou mundialmente, agudizando as desigualdades sociais existentes" (SOARES et al, 2021, p. 120).

A ausência do Estado em meio a essa situação também deve ser pontuada, haja vista ter-se observado que a ofensiva neoliberal não conseguiu responder às necessidades da população em tempos de pandemia. Todavia, no Brasil, a ausência de ações combativas ao novo coronavírus foi maior que em muitos países, uma vez que o presidente Jair Bolsonaro, enquanto representante dos interesses neoliberais e da extrema direita, tentou "constantemente terceirizar a responsabilidade de proteção contra o vírus aos próprios indivíduos" (FONSECA; SILVA, 2020, p. 64).

Verifica-se, assim, uma oposição do discurso do presidente Jair Bolsonaro com as orientações da comunidade científica mundial que alertaram sobre a necessidade de distanciamento social como forma de prevenção mais eficaz, no primeiro momento, para a não disseminação da Covid-19, em decorrência da inexistência de medicação e/ou vacina para o combate ao vírus, na ocasião.

Para Bravo e Matos (2018), é neste cenário de contradições que se faz

> necessário não retroceder ante os obstáculos que se apresentam na atualidade, nem desconsiderar que existe uma série de pequenas, mas não menos essenciais, atividades e alternativas a serem desenvolvidas pelo/a assistente social diante dessa conjuntura. É imprescindível enfatizar que as respostas profissionais dos/das assistentes sociais frente a todas essas mudanças, que vêm ocorrendo em diferentes aspectos e com variadas facetas, devem implicar em "conhecimento teórico-metodológico, nas habilidades e competência técnico-operativa e na direção ético-política construída pela categoria. A prática política crítica é substancial para a direção crítica do projeto ético-político da profissão frente à realidade social" (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2016, p. 134).

Desta forma, a categoria tem como missão mobilizar-se em torno da defesa do que a profissão a duras penas conseguiu como avanço para o Serviço Social. Para além da leitura das normativas da profissão como as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Lei de Regulamentação da Profissão e Código de Ética do/da assistente social de 1993, os/as profissionais devem buscar estar conectados/as a debates e discussões, dentro das lutas e movimentações em defesa do projeto de sociedade e de formação que é defendido hegemonicamente pelo conjunto dos/das assistentes sociais. Assim, almejando, cada dia mais, romper com o conservadorismo e com práticas que caracterizam um Serviço Social que não se refere ao perfil profissional que defendemos, ou seja, guiando-se para um exercício profissional que seja articulado e condizente com uma formação profissional de qualidade.

> Um processo formativo desqualificado relaciona-se com a desvalorização profissional e consequentemente reconfiguração do perfil profissional na medida em que um graduado em Serviço Social, formado com frágil embasamento teórico-metodológico, técnico-interventivo e ético-político, não tem possibilidades efetivas de se contrapor, por meio de estratégias profissionais cotidianas, ao perfil contemporâneo da política social brasileira: focalista, minimalista, residual, não concebida como direito universal, mas de ação focal nos/as mais "empobrecidos/as", sem a garantia de um padrão civilizatório digno para toda a população, mas claramente concebida para "aliviar pobreza" (CFESS, 2014, p. 34).

O estágio supervisionado, tendo lugar central na luta em defesa da formação profissional, passa, desta forma, a exigir da categoria atenção para o projeto de precarização do processo formativo, precipuamente no período da pandemia da Covid-19, no seu momento mais elevado, haja vista os diversos

questionamentos que estiveram e estão presentes na realidade.

3 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DO COVID-19

O estágio supervisionado é "uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática" (ABEPSS, 1996, p. 19). Neste sentido, o estágio supervisionado se constitui enquanto atividade privilegiada para o processo de formação profissional, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, assim como reflexões sobre o cotidiano profissional, devendo estar associado à supervisão acadêmica e de campo para sua efetivação.

Ortiz (2014) afirma que o estágio supervisionado tem lugar de relevância na formação profissional em Serviço Social e não deve ser entendido apenas como um complemento ou uma exigência do processo formativo. Sendo importante a incorporação, por parte dos atores envolvidos nesse processo (supervisores/as acadêmicos/as e de campo e discente-estagiário/a), na luta pela garantia de um estágio e supervisão de qualidade, considerando a conjuntura de privatização das políticas públicas e de precarização do trabalho.

Considerando tal aspecto e primando pela defesa do Serviço Social, do ensino superior de qualidade e das medidas necessárias para o enfrentamento à crise sanitária, a ABEPSS publicou nota em parceria com demais entidades de representação da categoria se manifestando em favor da suspensão das atividades de estágio supervisionado em Serviço Social por considerar que naquela ocasião não se apresentavam "condições para sua realização com qualidade, cumprindo os requisitos formativos e designações normativas, em condições de segurança para discentes, docentes e profissionais" (ABEPSS, 2020, p. 03).

Também, em março de 2021 o CFESS publicou reflexões e orientações político-normativas para a supervisão de estágio no período da pandemia, dispondo sobre as responsabilidades das coordenações de estágio e dos assistentes sociais dos espaços sócio-ocupacionais onde o estágio supervisionado era realizado, cabendo às coordenações de estágio e assistentes sociais vinculadas aos serviços, a decisão sobre:

> A realização da atividade de supervisão de estágio e, consequentemente, sobre o acesso ao estágio, a ser balizada pela lógica do direito

> e do respeito à autonomia profissional. É de responsabilidade de coordenadoras/res e supervisoras/res verificarem e avaliarem se o campo de estágio tem as condições adequadas e necessárias à sua realização (CFESS, 2021, p. 8-9).

O documento dispunha, ainda, que a avaliação sobre a pertinência da realização da supervisão de estágio deveria considerar as especificidades e condições de cada modalidade de trabalho, considerando a Resolução CFESS nº 493/2006, que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do/a assistente social e as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). No que refere especificamente à supervisão de estágio na modalidade remota, o CFESS colocou como uma possibilidade desde que não comprometesse a relação dialógica entre usuários/as e profissionais, bem como fossem respeitados o direito ao sigilo e ao atendimento de qualidade (CFESS, 2021).

Apesar dos documentos apresentados e da manifestação das entidades de representação da categoria, o fato é que não houve consenso da categoria profissional quanto à realização, ou não, do estágio no período remoto. Algumas instituições optaram pela suspensão desse componente curricular, outras adotaram estratégias para a creditação da carga horária de estágio, entre outras iniciativas.

Colaborando com esse debate, entre 2020 e 2022, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), por meio do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), em parceira com o CRESS 1ª Região/PA, desenvolveu a pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/Amazônia legal", tendo como objetivo identificar e analisar as relações do exercício profissional de assistentes sociais do Estado em tempos de pandemia do Covid-19.

A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de formulário eletrônico disponibilizado no site do Conselho Regional, contendo perguntas abertas e fechadas e abrangendo questões relativas ao perfil profissional e as condições de vida e trabalho dos profissionais na pandemia. Ao todo, 312 assistentes sociais participaram da pesquisa. Contudo, para a organização dos dados referentes às condições de vida e trabalho, foram considerados apenas 178 respondentes, os quais estavam dentro do critério de inclusão elencado a partir dos objetivos da pesquisa, ou seja, profissionais que estão ou estavam em exercício durante o período pandêmico.

Desta forma, apresentam-se, a seguir, alguns dados extraídos do relatório desta pesquisa com vistas a fomentar discussão sobre estágio supervisiona-

do em Serviço Social durante o período pandêmico, levando em consideração as condições de trabalho dos/as assistentes sociais supervisores de estágio e o processo formativo dos/as discentes-estagiários/as.

3.1 - Condições de Trabalho dos/as Assistentes Sociais em exercício na Pandemia

Quanto aos tipos de vínculos de trabalho, 80 dos/as entrevistados/as possuem vínculo estatutário (44,94%), via RJU, 55 são temporários públicos (30,90%) e 22 (12,36%) possuem como vínculo a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Os demais vínculos empregatícios acumulam 19 respostas dos profissionais (10,67%), enquanto 02 não responderam à questão (1,12%). Infere-se, portanto, uma realidade alinhada às tendências gerais do mundo do trabalho, em seu processo de fragmentação e desregulamentação, ao ponto que menos da metade destes profissionais possuem vínculos estáveis junto às instituições públicas ou privadas onde exercem a profissão.

Em relação a modalidade de trabalho na pandemia, 104 responderam que tiveram manutenção do trabalho presencial (58,43%), 41 relataram estar na modalidade presencialmente em regime de rodízio (23,03%) e 29 desenvolveram suas atividades de forma remota (16,29%), enquanto 04 (2,25%) acumulam outros regimes de trabalho, o que expõe que a maioria dos/as profissionais em exercício durante a pandemia estavam na linha de frente nos diversos equipamentos sociais. O que corrobora com o dado de 104 destes profissionais (58,43%) terem se afastado em algum momento do trabalho; e, dentre os motivos, 54 (51,92%) respondentes informaram que o afastamento estava ligado à infecção ou suspeita de infecção pela COVID-19.

Questionados sobre dificuldades enfrentadas durante o cenário pandêmico, 58 (32,58%) dos profissionais informaram não possuir, enquanto 120 (67,42%) relatam diversos entraves relacionados, sobretudo, à precarização do trabalho, ao crescimento exponencial de atendimentos nos ambientes de trabalho em contrapartida aos métodos de isolamento aplicados nesses locais, à ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e à saúde das/os trabalhadores. Os dados da pesquisa, ainda, evidenciam dificuldades pertinentes a: I) contato direto com usuários e ou pessoas que contraíram o vírus; II) precarização do trabalho; III) aumento de demandas para o Serviço Social; e IV) cobrança exacerbada por eficiência e eficácia para demonstração de dados de atendimentos (UFPA, 2022).

3.2 - Estágio Supervisionado em Serviço Social no Contexto da Pandemia

A pesquisa abrangeu, ainda, questões relativas à situação do estágio supervisionado em Serviço Social nas instituições dos/as profissionais respondentes durante o cenário pandêmico, no intuito de verificar se os equipamentos sociais estavam adotando as orientações de suspensão dispostas pelas entidades representativas da profissão para este contexto, sobretudo, por considerar o estágio e a supervisão como unidades indissolúveis e tendo como parâmetro que o estágio não se caracteriza como atividade essencial, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que o/a estagiário/a estiver inserido/a.

Ressalta-se que algumas Instituições de Ensino Superior suspenderam suas atividades presenciais e desenvolveram suas atividades acadêmicas de maneira remota, o que poderia implicar na realização de supervisão acadêmica remota e, em outrora, em supervisão de Campo por teletrabalho, realidade a qual poderia reverberar em uma desconfiguração do estágio supervisionado, uma vez que o processo de supervisão supõe a relação entre supervisor/a acadêmico/a e de campo e discente-estagiário/a, ou seja, a realização bilateral do processo não se configura como estágio, tal como defende a Política Nacional de Estágio e a Resolução nº. 533/2008, que abordam a necessidade da supervisão sistemática.

Questionados se o estágio supervisionado foi executado nas instituições a que tinham vinculação durante a pandemia, 141 assistentes sociais (79,21%) afirmaram que não e 37 (20,79%) relataram que sim. Quanto à realização de supervisão de campo no cenário pandêmico, 154 dos/as respondentes (86,52%) afirmaram que não realizaram, enquanto 24 (13,48%) revelaram terem atuado na supervisão de estagiários/as. Os dados revelam, portanto, que parte significativa do corpo profissional não desenvolveu atividades ligadas ao Estágio Supervisionado e que as instituições, em sua maioria, adotaram as orientações de suspensão dessa formação especializada nesse período.

Os profissionais também foram indagados em relação a suas percepções sobre o estágio supervisionado ser ou não prioridade durante a pandemia, dentre os quais, 4 (2,25%) não souberam responder e a maioria, 107 (60,11%) profissionais, declararam considerar o estágio prioridade nos locais de trabalho.

Verifica-se, assim, uma fragilidade na percepção destes sujeitos sobre os objetivos deste componente curricular, sobretudo, porque essa atividade não é essencial no que se refere à prestação de serviços à população, justamente por tratar-se de um processo de formação e ensino-aprendizagem que demanda acompanhamento presencial e sistemático. Assim, essa perspectiva apresentada pela maioria dos/as profissionais ratifica o entendimento do estágio como

"mão de obra barata". Não obstante, realizando a interseção entre este dado e as condições de trabalho apresentadas pelos profissionais no item 3.1, verifica-se que as instituições não estavam atendendo às condições mínimas para execução do estágio supervisionado, especialmente, em um cenário de grande exposição ao Covid-19, revelado pelo alto índice de afastamento dos profissionais.

Os 67 respondentes (37,64%) que afirmaram não considerar o estágio uma prioridade neste momento, declararam que esta posição estava alinhada a diversos fatores, sistematizados aqui em dois principais eixos: a) ausência de condições sanitárias e de trabalho adequadas; e b) por considerarem que as IES estão utilizando esse momento pandêmico para precarizar ainda mais o processo de estágio e supervisão de estágio.

Entre outros motivos apontados pelos profissionais para a não prioridade da realização do estágio no período da pandemia está a necessidade de adoção de protocolos de segurança como o distanciamento social em decorrência, na ocasião, da inexistência de vacina para a população, o que está em consonância com as orientações dos especialistas e organizações de saúde, assim como as entidades de representação da categoria.

Destaca-se que 08 (oito) assistentes sociais informaram que as instituições onde trabalham não fornecem Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários aos profissionais, o que além de expor os profissionais a situações de contaminação, também poderia expor os estudantes. Esse quadro revela, ainda, a falta de condições sanitárias a que muitos profissionais foram submetidos durante a pandemia da COVID-19, o que é corroborado por Harvey (2020,) ao se referir a classe trabalhadora contemporânea dos Estados Unidos que enfrentou, durante a pandemia da Covid-19, "a desagradável escolha de contaminação em nome do cuidado e da manutenção de elementos-chave de provisão (como supermercados) abertos ou do desemprego sem benefícios (como cuidados de saúde adequados)" (Harvey, 2020, p. 21).

Observa-se que, apesar da situação discorrida por Harvey (2020) mencionar a realidade dos trabalhadores dos Estados Unidos, o texto possibilita inferências e reflexões sobre o caso brasileiro, onde muitos trabalhadores foram obrigados a permanecerem realizando atividades laborativas presenciais para manutenção de seus empregos, expondo-se a si e a seus familiares ao risco de contaminação.

Neste âmbito, concordamos com o posicionamento da ABEPSS e das demais entidades de representação da categoria de que a realização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e, em especial, o estágio supervisionado, não deve levar em consideração tão somente o acesso a equipamentos e plataformas digitais, mas todo o contexto de crise sanitária, social e econômica que levaram ao aprofundamento das várias expressões da questão social.

Outro ponto apontado pelos assistentes sociais durante a pesquisa, é que apesar da inviabilidade da realização do estágio supervisionado, naquele momento, fazia-se necessária a adoção de estratégias que colaborassem para que os discentes concluintes conseguissem finalizar seus cursos, citando a opção de inseri-los em projetos de extensão ou ainda em atividades ministradas de forma online. A fala dos profissionais é legítima, contudo, precisa-se pensar em alternativas que estejam de acordo com as competências teórico-práticas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão. Conforme o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):

> as exigidas mediações teórico-práticas não se esvaem em tempos de pandemia e estas devem servir de parâmetros para traçar as estratégias político-pedagógicas para o momento e para isto, é preciso o senso de autonomia profissional, pois, a nossa motivação deve ter o norte ético, do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com a formação de qualidade (CFESS, 2021, p. 08).

Compreende-se, desta forma, que a realidade de trabalho e formação do/a assistente social, mesmo antes do período pandêmico, já era permeada de desafios. Todavia, esse cenário da pandemia da Covid-19 acabou por escancarar e tornar mais evidente as contradições existentes, e com as quais a classe trabalhadora lida no dia-a-dia. Além disso, fica evidente o compromisso ético, político e profissional da categoria, que acabou por se destacar na linha de frente desse cenário caótico, nitidamente demonstrando sua ligação com a defesa dos direitos da classe trabalhadora.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de Covid-19 trouxe impactos de ordem econômica, social e sanitária em um cenário marcado pela desigualdade social e pela seletividade no atendimento da população, por meio de políticas públicas e sociais, resultantes da ofensiva neoliberal. Neste contexto, ficou nítido que os mais afetados pela crise sanitária possuem cor, raça e classe social, o que é evidenciado nas condições precárias de moradia, ausência a adequações de isolamento social e ao acesso a ferramentas tecnológicas.

No que tange a área educacional, esta foi seriamente atingida por este momento pandêmico, necessitando adotar estratégias para a continuidade das

atividades nas diversas instituições de ensino, muitas delas adotando o Ensino Remoto Emergencial (ERE), a exemplo das Instituições de Ensino Superior (IES).

Quanto à realização do estágio supervisionado em Serviço Social, o mesmo tornou-se um desafio, afinal, como realizar um estágio de qualidade em um contexto de extrema vulnerabilidade social e banalização da vida? As respostas não foram unívocas, apesar das entidades de representação da categoria se mostrarem a favor da suspensão dos estágios profissionais no contexto pandêmico. Orientou-se, contudo, que as alternativas pensadas para o estágio supervisionado levem em consideração a análise de conjuntura, não esquecendo do compromisso ético da categoria com a formação de qualidade.

No mais, constatou-se que a pandemia gerou impactos no desenvolvimento do estágio supervisionado em Serviço Social em decorrência da suspensão de atividades presenciais em alguns espaços sócio-ocupacionais; da ausência de condições de segurança para os/as profissionais, a exemplo da insuficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI); assim como do entendimento de alguns profissionais de que o estágio supervisionado não se caracteriza como atividade essencial, não devendo ser priorizado naquele momento, o que está em consonância com as orientações das entidades de representação da categoria.

Por fim, avalia-se que as estratégias pensadas para a realização do estágio, em contexto de crise sanitária e social, devem ser elaboradas coletivamente, por meio de amplo debate entre os assistentes sociais e as entidades de representação da categoria. Ressalta-se que as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (1996), A Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010 e a Resolução 533/2008 do CFESS são importantes instrumentos na defesa do projeto de formação profissional do Serviço Social no contexto ora vivenciado.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, RJ, 1996.

_____. **Nota:** trabalho remoto em tempos de pandemia em defesa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRAGA, L. R. L; FRANCO, L. E. F.; LEAL, E. S. C. Serviço Social na saúde privada no contexto da covid-19: novos desafios frente às expressões da questão social. In: PEREIRA, Sofia Lauretino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias. **Serviço Social em tempos de pandemia:** provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n. 544**, de 16 de junho de 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2022.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e trabalho profissional. Cortez: Brasília, 2018.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021.

CASTRO, Marina Monteiro de Castro e; FERREIRA, Ana Maria. Estágio Supervisionado em Serviço Social: reflexões a partir da realidade da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 17, n. 34, p. 539-565, jul/dez. 2017.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Nota:** supervisão de estágio em tempo de pandemia - reflexões e orientações político-normativas. Brasília: CFESS, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 24 fev. 2022.

_____. **Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social.** Volume 2. Brasília: CFESS, 2014.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei de 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. Ed. Brasília, 2012.

FONSECA, André Dioney; SILVA, Silvio Lucas Alves da. O neoliberalismo em tempos de pandemia: o governo Bolsonaro no contexto de crise da covid-19. **Ágora**, v. 22, n. 2, p. 58-75, 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, Mike et al. (Org.). **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e trabalho profissional. Cortez: Brasília, 2018.

MATOS, Maurílio Castro de. (Des) informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. **EM PAUTA**, v. 19, n. 48, p. 124-138, 2021.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Educação permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 16, n. 31, p. 133-166, jan/jun. 2016.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios. **Temporalis.** Brasília (DF), v. 14, n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

PEREIRA, Sofia Lauretino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias. Apresentação. In: _____. **Serviço Social em tempos de pandemia:** provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia

da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 118-133, jan./abr. 2022.

Retornar ao Sumário

CAPÍTULO 3

PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA: assistentes Sociais no Pará, uma análise sobre a formação profissional e os fundamentos do Serviço Social na Amazônia

Ediane Moura Jorge
Olga Myrla Tabaranã Silva
Francisco dos Santos Neto
Débora Raimunda Ribeira Costa

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo e discussão é resultado da pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do assistente social do Pará/ Amazônia legal", realizada pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia (GEPSS), em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 1ª Região Pará) e outros grupos de pesquisa da pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) no período de 2020 a 2022.

Essa pesquisa buscou identificar e analisar as relações do exercício profissional das/os assistentes sociais do Estado do Pará em Tempos de pandemia/ COVID-19, posto que em pesquisas anteriores realizadas pelo GEPSS foram observadas diversas fragilidades no campo da formação profissional e fundamentos do Serviço Social, no que diz respeito a compreensão das dimensões teórico-metodológica e ético-política de profissionais entrevistadas/os pelo grupo de pesquisa. Os resultados dessas pesquisas trouxeram dados sobre a dificuldade de apreender o debate da relação teoria-prática no campo do Serviço Social.

O tecnicismo presente no cotidiano profissional, o pragmatismo, a ausência de conhecimento do real significado do projeto ético-político e das diretrizes legais que permeiam o Serviço Social colocam a profissão frente a um conjunto de fragilidades no interior das Instituições/espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais na região do Pará. Essas fragilidades foram somadas a um período pandêmico da humanidade (pandemia de COVID-19), que afetou ainda mais as/os assistentes sociais em suas intervenções fundamentadas no campo teórico, metodológico e político para o enfrentamento das adversidades na particulari-

dade amazônica, em um contexto neoliberal brasileiro e pandêmico.

Para conhecer a realidade de exercício profissional das/os assistentes sociais no Estado, utilizamos vários procedimentos de coleta de dados: aplicamos um instrumento de pesquisa, mais especificamente, um formulário eletrônico para assistentes sociais ativos no Estado do Pará, que continha questões objetivas e subjetivas. Além disso, foram realizadas análises e atualização bibliográfica especializada, referentes ao tema de pesquisa, utilizando recursos disponíveis em bibliotecas, periódicos, livros e fontes secundárias.

Realizamos, assim, uma inferência teórica da atualidade desse debate, por meio de uma perspectiva crítica do conhecimento, incorporando em nossas inferências alguns resultados da referida pesquisa, que dividimos em três momentos: o primeiro trata da Formação Profissional em Serviço Social em tempos de Capital Especulativo e a Particularidade da Amazônia; o segundo traz a Formação Profissional em dados da pesquisa que refletem as Instituições de Ensino no Pará; e, no terceiro momento, trazemos algumas inferências sobre os fundamentos do Serviço Social em relação aos resultados da pesquisa.

2 - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CAPITAL ESPECULATIVO E A PARTICULARIDADE DA AMAZÔNIA

Conforme Marques (2019), temos na Amazônia um território sujeito à exploração em formato de esbulho; tanto pelo considerado "descobrimento" de um Brasil, que já tinha sociedades formadas em seu território, quanto pela invasão de suas terras por europeus e pelo próprio governo brasileiro nos séculos XX e XXI, que representou e ainda está a representar, em determinados períodos históricos, os interesses financeiros do grande capital nacional e internacional.

Essa percepção sobre a Amazônia também estava presente desde o governo de Getúlio Vargas, que prometia preencher um chamado espaço vazio na região, desconsiderando e invisibilizando as populações tradicionais, bem como no plano de metas de Juscelino Kubitschek, com a construção da estrada Belém-Brasília, que prometia integração amazônica, mas só gerou uma transferência de terras públicas pelo governo brasileiro para grandes latifundiários "privados, locais e extra regionais" (MARQUES, 2019).

Nesse contexto, é preciso ainda considerar o golpe empresarial-militar de 1964, que forneceu total condições para o capital nacional e internacional, usando de coerção e força militar, para reprimir as contestações das populações (MARQUES, 2019).

Podemos dizer que temos uma expropriação do solo da Amazônia paraense diante do capital especulativo parasitário na região, desde os tempos da sua chamada "ocupação" de terras ditas vazias – considerando a conjuntura do governo de Getúlio Vargas –, ignorando os povos tradicionais e indígenas que nela habitavam.

Segundo Carcanholo (2015, p. 65) "o capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício redefinido para as condições de predomínio da especulação". Portanto, há forte presença desse capital na Amazônia, radicalizando ainda mais a riqueza e a miséria produzidas na região. Temos de considerar que também há uma flexibilização de direitos e aumento de desproteção social nas políticas sociais da região.

Considerando as expressões da questão social na Amazônia e a sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho, deparamo-nos com a superexploração da força de trabalho nessa região que, por meio da acumulação capitalista, implantou no Norte do país esquemas de incentivos fiscais buscando valorização e acumulação de capital, o que causou a espoliação e expulsão de indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores e quilombolas de seus territórios tradicionais, provocando extensos conflitos de terra na região.

Para Teixeira (2008, p. 142), a acumulação capitalista vinda à Amazônia, em nova modalidade,

> [...] consolidou com isso, num plano extensivo, a polaridade capital x trabalho, estendendo para a região a relação pobreza x riqueza e todas as suas determinações: escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente). [...] Com 5,1 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia Legal estende-se por nove estados e ocupa 60% do território nacional. Nela corre o maior rio do planeta (o Rio Amazonas), com 1.100 afluentes (ALVARENGA, 1997), alguns deles poluídos com o despejo de mais de 20 toneladas de mercúrio a cada ano – inclusive os da área indígena Yanomâmi.

Hoje, os indicadores da floresta trazem dados que representam esse esbulho de terras amazônicas. Por exemplo, no Pará, apenas quatro municípios somam 52% do desmatamento na Amazônia: Altamira, São Félix do Xingu, Novo Progresso e Itaituba. Juntos, esses municípios são responsáveis por 174 km^2 de área desmatada.

Desde 2006, o Pará vem liderando o desmatamento na região amazônica. No mesmo ano, teve metade de suas áreas de preservação e terras indígenas

desmatadas. No Amazonas, o desmatamento avança pelo sul do estado. Lábrea, Apuí, Boca do Acre e Novo Aripuanã são os municípios líderes dos que mais desmataram a floresta, os quais em junho de 2021 acumularam 143 km^2 de devastação. Desse modo, Pará e Amazonas lideram o ranking do desmatamento na Amazônia (IMAZON, 2021).

Esses números de devastação representam o avanço do capital especulativo na região de forma predatória para os seus moradores. Há grileiros de terras, grandes latifundiários da soja, garimpeiros, madeireiros, incêndios florestais causados muitas vezes por queimadas em áreas privadas e outras causas, que somam à falta de proteção ambiental pelos governos estaduais e brasileiro para a região.

Trata-se do capitalismo contemporâneo e a sua financeirização do capital especulativo parasitário. A lógica especulativa e parasitária aumenta a superexploração da força de trabalho, a devastação do bioma na Amazônia e coloca problemas que temos que nos debruçar a solucionar, por exemplo, como criar riqueza social sem a apropriação e degradação da força de trabalho (CARCANHOLO, 2015) e sem destruir o bioma da floresta. Nessa perspectiva, um campo de reflexões éticas sobre os caminhos da humanidade deve compor os debates sobre o futuro da Amazônia, das nações e do planeta.

Trazemos a este capítulo, a necessidade de refletir e considerar, sobre como transformar as formas de existência do capital na sua expressão de valor e pensar sobre dar novos sentidos às suas formas de dinheiro e mercadoria dentro de um novo formato de sua circulação, bem como, desconstruir a ideologia criada em torno do valor-capital (CARCANHOLO, 2015).

Portanto, se a "mercadoria e o dinheiro existem, no fundamental, como formas de existência do capital, o capital domina tudo, até a própria lógica da sociedade" (CARCANHOLO, 2015, p. 37). O que temos de transformar é a forma que ele se autovaloriza e se sustenta para a lógica de uma transição societária que já deveria estar inserida nas discussões das ruas e comunidades que almejam a transformação.

Desse modo, discutir a Amazônia em relação ao Serviço Social significa debater a profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que desenvolve seu exercício profissional no cerne das questões sociais originadas pelas desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Por isso, há necessidade de formar profissionais críticos para a interpretação da realidade, ante tantas manifestações da questão social brasileira e no Pará. Essa é a discussão que almejamos compartilhar neste capítulo.

Compreender a formação profissional numa realidade amazônica, com sua particularidade, é um objetivo das nossas inferências neste capítulo, considerando que a formação deve apresentar habilidades e competências, que:

> [...] deve viabilizar uma capacitação teórico metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade (ABEPSS,1999).

Assim, necessita haver a:

> [...] compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS,1999).

Desta forma, é imprescindível que as/os assistentes sociais tenham domínio de suas atribuições e competências, com conhecimento teórico e ético-político, além de ter mediações para desenvolver análises socio-históricas do seu cotidiano profissional para formular respostas às demandas de sua realidade socio-ocupacional, que requer uma formação profissional fundamentada teórica, ética, política e técnica em um ensino de qualidade.

Ocorre que, com o surgimento da expansão do ensino privado e do ensino a distância no Serviço Social, os dados de pesquisas científicas têm revelado uma precarização dessa formação profissional no conjunto da profissão no país. Dados estes que iremos explorar no próximo subitem.

3 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO NO PARÁ

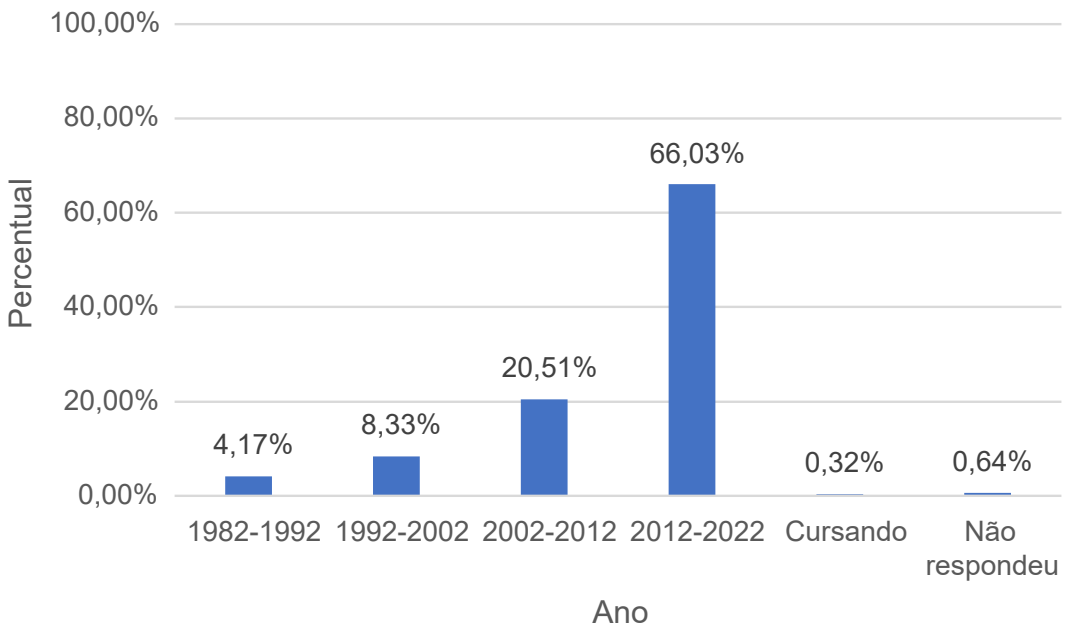
Apresentamos alguns dados sobre a Formação Profissional no Pará. Com essas análises, dialogamos sobre o resultado da pesquisa intitulada: "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/ Amazônia legal",

Apontamos que foram validadas as entrevistas de um total de:

> [...] 312 assistentes sociais durante a pandemia do Covid-19, no período de 2020 a 2022, utilizando questionário através da plataforma digital google forms. A amostra inicial calculada foi de 400 entrevistas,

com nível de confiança de 95% e erro amostral de 5% (RELATÓRIO DO PROJETO, 2023, p. 11).

Gráfico 01 – Percentual dos assistentes sociais segundo o ano de conclusão da graduação, 2020 a 2022.

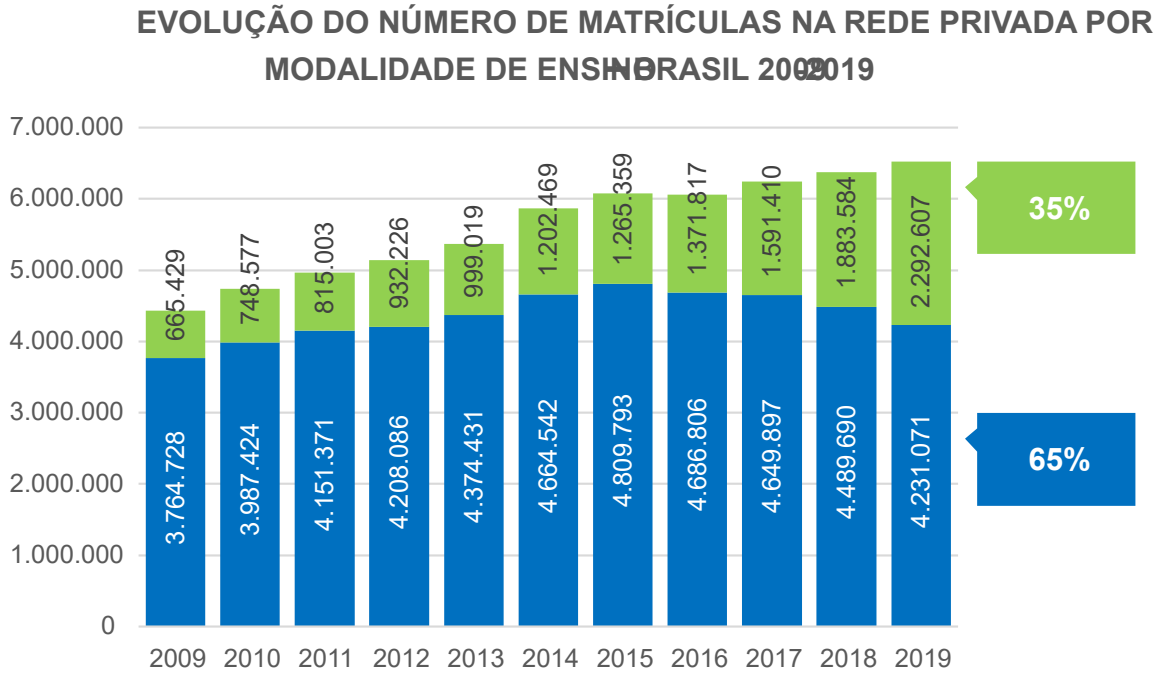


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Observamos que a maioria das/dos profissionais têm sua formação entre os anos de 2012 e 2022, o que corresponde a 66% dos/das entrevistadas/dos, representando uma expressiva intensificação da Formação no Estado do Pará, a qual sinaliza que temos profissionais com experiência no mercado de trabalho atuando no Serviço Social Paraense com média de 9 anos.

Observamos também que nessa década, no Estado do Pará, ocorreram as inserções da Formação Privada e à Distância (EaD), como espaço de formação de assistentes sociais. De acordo com dados do Ministério de Educação (MEC), houve um crescimento de matrículas na rede privada em todo o Brasil, sendo que a modalidade acadêmica à distância cresceu na década de 2009 a 2019, e em 2019 já chegava a 35% de alunos/as em cursos da rede privada de educação superior de graduação a distância, enquanto a modalidade presencial teve uma diminuição, conforme o Gráfico 02.

Gráfico 02 – Evolução da Modalidade de Ensino no Brasil



FONTE: MEC/Inep; Censo de Educação Superior, 2019.

A esse dado, junta-se que:

> [...] a modalidade de ensino [...] evidencia um demonstrativo de 114 entrevistadas/os as/os quais afirmaram ter cursado Serviço Social em modalidade presencial privada, correspondendo a 36,54% das/os entrevistadas/os, enquanto 108 entrevistadas/os afirmaram ter cursado em modalidade presencial pública, correspondendo a 34,62% do total (RELATÓRIO DO PROJETO, 2023, p. 24).

Desse modo, há uma evolução de 42,6%, até 2019, da presença de cursos de graduação a distância nas redes de Ensino Superior, em uma década (MEC/INEP, 2019). Podemos inferir, também, que é uma população de assistentes sociais jovens em sua carreira profissional.

Considerando dados do Inep (CENSO/INEP, 2019), dos 10 maiores cursos de graduação por modalidade EaD e rede de ensino no Brasil, temos que, em 2018, foram efetuadas 86.391 matrículas na graduação em Serviço Social, em cursos EaD. Observamos o aumento de Instituições de Ensino (IES) privadas que

ofertam a Formação Profissional EaD. A inferência que analisamos é que há um avanço da mercantilização do Ensino Superior no Pará que precisa ser estudado e investigado.

Vale lembrar, de forma breve, que o ensino em Serviço Social no Brasil iniciou com o setor privado, dividido entre a Igreja Católica e empresariado da educação superior dos anos 1930 a 1960 (PEREIRA, 2007).

> Posteriormente, nas décadas de 1960 (pós-1964) a 1980, as ESSs vivenciaram um processo de laicização e expansão, integrando-se a estruturas universitárias - públicas e privadas -, mas também se expandiram por meio de IES não-universitárias. Aquele processo, vinculado às transformações da sociedade brasileira, rumo a uma "modernização conservadora", constituiu o "chão histórico" que possibilitou o processo de renovação profissional [...] (PEREIRA, 2007, p. 185).

A partir dos anos 1990, com os processos de contrarreforma e regressão de direitos sociais, conquistados com a Constituição Federal Brasileira de 1988, tivemos um avanço neoliberal no país que abriu a mercantilização do ensino superior no país às necessidades do capital expansionista, incluindo serviços da educação brasileira à rota da exploração e diminuição de recursos públicos.

Iniciava-se uma abertura da economia, que se supunha, uma modernização das universidades brasileiras, mas que desregulamentava os investimentos nas universidades públicas e buscava a sua privatização. Isto ajuda a dialogar sobre o aumento das Instituições de Ensino Superior (IES) em Serviço Social no país, em uma lógica de mercantilização neoliberal. Nossa pesquisa trouxe dados do Pará, que refletem essa trajetória temporal:

> [...] as principais instituições de formação indicadas pelas/os entrevistadas/os da pesquisa foram a Universidade Federal do Pará – UFPA com maior participação com o total de 102 profissionais (32,69%); seguindo pela UNIP com 55 profissionais (17,63%); UNAMA com a participação de 37 profissionais (11,86%); UNOPAR com 37 profissionais (11,86%); ANHANGUERA com a participação de 12 profissionais (3,85%); FAPAN com a participação de 06 profissionais (1,92%); UNIFAMAZ com a participação de 04 profissionais (1,28%). Destaca-se no entanto, que a maioria (mais de 60%) são oriundos de universidades privadas, [...] (RELATÓRIO DO PROJETO, 2023, p. 22).

Algumas considerações sobre os dados nos dizem que o aumento das IES no Pará já são, em sua maioria, do setor privado. A esses dados, soma-se o EaD e seu crescimento no estado, resultando em dificuldades para a realização de fiscalização profissional nos cursos regulares do estado, onde o Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região-PA tem por atribuição: fiscalizar o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais na sua jurisdição, conforme descrito no artigo 10 da Lei 8.662/1993, lei de regulamentação da profissão de Serviço Social. O referido conselho deve: "organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos".

Dessa forma, quando se identifica, na fiscalização de uma IES de Serviço Social, que essa não está regularizada junto ao MEC, para a oferta do curso no Pará, encaminha-se a denúncia para que as instituições devidas de averiguação tomem as providências cabíveis. É importante frisar que esta fiscalização deve ser realizada juntamente com outras instituições e com o processo de questionamento sobre as ações federais de controle, de uma formação de qualidade.

No Pará, temos 144 municípios para fiscalização do Conselho Regional, na defesa da profissão. Se levarmos em consideração as questões territoriais e o avanço predatório do capital na região, conforme descrito no item anterior, reconheceremos que as ações de combate à formação precarizada precisam do engajamento de inúmeras instituições e de ações coletivas envolvendo o legislativo, judiciário e executivo.

Podemos inferir que, pelo quantitativo de oferta da formação profissional no Pará, surge uma demanda de preenchimento de maior quantitativo de agentes fiscais no território paraense para o melhor desenvolvimento, planejamento e execução da função de fiscalização do trabalho de assistentes sociais neste Estado. À estas inferências, somam-se os resultados sobre o campo de fundamentos do Serviço Social, no qual nos deteremos no próximo item.

4 - UMA ANÁLISE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NO PARÁ

A construção dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade é resultado do Movimento de Reconceituação Latino-Americano. Nas palavras de Iamamoto (1998, p. 205-206), o processo renovador foi um fenômeno:

> [...] dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, impli-

> cou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideo-políticos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*.

Portanto, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, com seu processo sócio-histórico na particularidade brasileira, implicou no questionamento ao monopólio do conservadorismo do Serviço Social tradicional, em que pese não ter sido um processo de corrente teórica unilateral, sendo dividido em três vertentes teóricas principais, quais sejam: 1) Modernização Conservadora de Matriz Positivista e Estrutural Funcionalista; 2) Reatualização do Conservadorismo de base fenomenológica e 3) Intenção de Ruptura de base marxista. Essa última vertente foi a responsável, posteriormente, pela maturidade intelectual do Serviço Social enquanto profissão e área de conhecimento (NETTO, 2015).

A partir da consolidação do processo de renovação do Serviço Social é que se consubstanciam as bases do Projeto Ético-Político do Serviço Social, constituído por meio das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993), os quais são influenciados diretamente pelo pensamento marxiano. Destacamos que a orientação crítico-dialética de origem marxista impõe uma nova perspectiva do processo formativo, pois essa, como os fundamentos do Serviço Social, entrou na profissão antes das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa do Serviço Social (ABEPSS).

Portanto, o tema de fundamentos nos remete à compreensão de que teoria e prática são indissociáveis e que a trajetória histórica da profissão e sua composição na contemporaneidade expressam que os fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social tratam da teoria social que fundamenta a prática. Debater o tema dos fundamentos requer lembrar, que foi após a intenção de ruptura (NETTO, 2015), com sua perspectiva renovadora da profissão, que tivemos uma mudança nas posteriores diretrizes curriculares e na construção de novos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social no Brasil, com a incorporação de um projeto profissional crítico embasado por uma teoria social crítica a partir dos anos 1990.

> A perspectiva crítica que sustenta a formação profissional de assistentes sociais brasileiros (as) considera que são as contradições da realidade que põem e repõem os elementos que historicamente compõem perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam

> contemporâneos (as) do seu tempo, para o que se faz necessária uma formação que seja capaz de responder aos dilemas da atualidade (GUERRA, 2019, p. 25).

Deste modo, os fundamentos possibilitam uma formação profissional que exigirá uma capacidade apurada das/os assistentes sociais, para interpretar a realidade na qual trabalham. E assim, ao debater os fundamentos, precisamos discutir também sobre a formação do Serviço Social. Para isso, necessitamos considerar que a mesma passa por desafios contemporâneos que levam a transformações preocupantes no campo do ensino superior e que atingem o Serviço Social em seu exercício, impactando nos seus espaços socio-ocupacionais.

> A análise das transformações recentes do campo da educação superior, de acordo com estudos da comunidade acadêmica, permite a identificação de vários movimentos, como: um processo de democratização/expansão, privatização (relação público-privado) e massificação da educação superior; uma mudança na identidade institucional das universidades e no padrão de gestão da educação superior, entre outros. Há um cenário sumamente preocupante com as tendências de mercantilização do ensino superior [...] (GUERRA, 2019, p. 209).

Desta forma, pesquisar sobre a formação requer compreender as mudanças sócio-históricas em torno do ensino superior no Brasil e no mundo.

Quanto às vertentes teórico-metodológicas que orientam o exercício profissional no Pará apontadas na pesquisa, temos que: assistentes sociais demonstram algumas dificuldades em discriminar o que sejam vertentes teóricas, das normatizações e legislações com as quais trabalham.

Como inferência, observamos a necessidade de aprofundar a pesquisa sobre a compreensão da formação sobre Fundamentos Teórico-Metodológicos do Serviço Social. Para a análise neste capítulo, trazemos à reflexão da/o leitor/a, como as vertentes teórico-metodológicas foram apontadas pelas/pelos profissionais na pesquisa e como as/os mesmas/os elencaram e classificaram vertentes que orientaram o seu trabalho, durante o período de 2020 a 2022, agrupadas por eles/elas em um conjunto de nomes:

> Análises e revisão de relatórios e planilhas; assistência; científico; código de ética; projeto ético-político; lei de regulamentação da profissão; compreensão da questão social e suas expressões; crítica dialética; dialética; esclarecer e orientar; escuta social, visita domiciliar, laudos,

> pareceres, dentre outros; fenomenologia; funcionalista; garantia de direitos; histórico-dialética; instrumentos técnicos; intenção de ruptura; legislações e dimensões profissionais; marxiana; marxista; materialismo histórico de Marx; ora funcionalismo, ora marxismo; materialismo histórico-dialético; materialismo histórico-dialético/defensor dos direitos humanos; movimento de reconceituação; partir do olhar dos métodos, técnicos e instrumentos utilizado no exercício diário da minha função; perspectiva social crítica; positivismo, fenomenologia e marxismo; positivista; procuro extrair o melhor de todas, mesmo que pontualmente; questão das expressões sociais; questão social; saúde; social histórico-crítica; técnico-operativa; teoria crítica marxista; teoria social crítica; todas, marxismo, fenomenologia e funcionalismo (RELATÓRIO DO PROJETO, 2023, p. 44).

Das/dos profissionais que responderam sobre as vertentes, 17 se classificaram como desempregada/o, mas afirmaram ter trabalhado durante a pandemia. Enquanto que 161 disseram ter estado como empregada/o ativa/o durante a pandemia (RELATÓRIO DO PROJETO, 2023, p. 44).

Essa variedade de respostas de assistentes sociais, que se diferenciam na compreensão do que classificaram como suas vertentes teóricas de orientação da profissão, podem nos levar a duas inferências iniciais: *i)* uma sobre a forma de preenchimento das respostas, ou seja, as perguntas podem ter sido mal compreendidas e as/os entrevistadas/os não entenderam a orientação do comando da pergunta para responder a pesquisa; *ii)* a segunda seria que como profissionais jovens no mercado de trabalho e diante da formação profissional precarizada e aligeirada no ensino superior, percebe-se uma certa confusão sobre o que sejam as teorias sociais e as fundamentações teóricas e metodológicas do Serviço Social, revelando um problema do campo da formação profissional nas instituições de ensino.

As nossas inferências nos fazem apontar que são necessários mais estudos sobre os fundamentos do Serviço Social no estado do Pará. Desta forma, podemos inferir que existem muitas dúvidas sobre o tema de teorias sociais que orientam a prática, bem como, pela descrição das respostas, acreditamos que existe uma compreensão diversa entre as dimensões constitutivas da profissão técnico-operativa e teórico-metodológica.

Segundo Guerra (2000, p. 11):

> [...] na realização das requisições que lhe são postas, a profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de disciplinas especializadas. O acervo teórico e metodológico que lhe serve de re-

> ferencial é extraído das ciências humanas e sociais (conhecimentos extraídos das áreas de: Administração, Ciência Política, Sociologia, Psicologia, Economia etc.). Tais conhecimentos têm sido incorporados pela profissão e particularizados na análise dos seus objetos de intervenção [...].

Nas respostas, inferimos uma diversidade de compreensões do que seja esse acervo teórico e metodológico incorporado por assistentes sociais para atender as demandas do seu cotidiano, nos levando à inferência, pela repetição e enumeração nas análises das respostas, sobre uma latente dificuldade da compreensão do que seja a Instrumentalidade do Serviço Social, sendo que:

> [...] ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais (GUERRA, 2000, p. 12-13).

Por meio das respostas, observamos ainda que os instrumentos do Serviço Social se confundem com o acervo teórico-metodológico, o que pode dificultar as mediações dos processos de trabalho do cotidiano de assistentes sociais.

Essas sínteses dos resultados da pesquisa levam a outras necessidades de aprofundamento do conhecimento sobre o campo de formação e os fundamentos do Serviço Social, que possam suscitar análises e interpretações sobre o que vem sendo dito e trabalhado nas IES em relação às diretrizes curriculares da ABEPSS, por exemplo, ou sobre o campo pedagógico em relação aos docentes do Serviço Social. Essas são possibilidades para a continuação de futuras pesquisas.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trouxemos análises de resultados que desvelam a realidade e revelam os desafios postos às/aos assistentes sociais durante o período conturbado da história da humanidade, uma pandemia. Os dados demonstram desafios con-

temporâneos ao Serviço Social que passam pelas suas bases de fundamentação teórica e metodológica, bem como, aqueles postos ao enfrentamento de uma precarização da sua formação profissional.

Repensar as formas de ensino sobre os fundamentos para uma interpretação da realidade que esteja presente para além da formação acadêmica é ponto a ser debatido em futuras pesquisas. A interpretação da realidade social requer aprofundamento de conhecimentos sobre as teorias sociais que orientam a prática em Serviço Social.

Existe a necessidade de discutir e aprofundar estratégias de ensino capazes de transpor conhecimentos pedagógicos tradicionais, em uma contemporaneidade de mercantilização do ensino e precarização, uma necessidade contínua de explorar a indissociabilidade entre teoria e prática.

Concluímos apontando a demanda de dar mais atenção à realidade da formação na modalidade à distância, com pesquisas junto às IES EaD. Faz-se mister a continuação da resistência por uma formação com a qualidade desejada, conforme as diretrizes curriculares da ABEPSS.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares do Serviço Social**. 1999.

CARCANHOLO, R. A. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. In: GOMES. E. (Org). **Especulação e lucros fictícios**. São Paulo: outras expressões. 2015.

CRESS. Site Acesso em 28/02/2022: https://www.cress-pa.org.br/estrutura

GUERRA, Yolanda. **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais**, "Capacitação em Serviço Social e Política Social", Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, CFESS/ABEPSS- UNB, em 2000.

IAMAMOTO. Marilda Villela. Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª Ed Ampliada. Brasília, 2012.

E-MEC. Acesso em 28/02/2022: <https://emec.mec.gov.br/>

MARQUES, G. DE S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. Expressão Popular, 2019.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2015.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. Tese (Doutorado). Curso do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

INEP. MEC. **Censo da educação superior**. Divulgação dos resultados. Brasília, 2019.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IMAZON.Acessoem:30/11/2021<https://imazon.org.br/imprensa/desma-

tamento-acumulado-dos-ultimos-11-meses-cresceu-51-na-amazonia-aponta--imazon/>2021.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social**. Revista em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, número 21, 2008.

Retornar ao Sumário

CAPÍTULO 4

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: exercício sócio-profissional no Pará/Brasil

Laura Michele Serrão Lima Gomes
Carla Rafaela Lemos Sales
Adriana de Azevedo Mathis

1 - INTRODUÇÃO

A crise sanitária pandêmica exacerbou as diversas formas de desigualdade de classe, de sexo e raça. Mais de 100 milhões de pessoas passaram para a pobreza extrema, aumentando assim, o número de famélicos no mundo, o aumento do desemprego estrutural, do subemprego, da precarização e exploração do trabalho, da violência doméstica entre mulheres e crianças, a falta de leitos e medicamentos nos hospitais. Tal conjuntura foi mais intensa em países periféricos como o Brasil, principalmente diante de um governo negacionista em contraposição às orientações sanitárias indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

As/os assistentes sociais vivenciaram essa realidade de perto, pois estavam, muitas vezes, na linha de frente das equipes de enfrentamento a Covid-19, vivenciando as contradições dos espaços sócio-ocupacionais, em trabalhos precarizados, com perdas de direitos sociais básicos, longe das famílias para evitar o contágio com o vírus, vivendo sob a égide do não trabalho, da miséria e da contaminação pela doença, impulsionando à sobrevivência e à letalidade.

Neste sentido, refletir sobre a conjuntura do exercício profissional da/o assistente social no Estado do Pará diante do aprofundamento da crise sanitária da Covid-19 é um grande desafio, pois a realidade é dinâmica e as inúmeras determinações existentes, muitas vezes, encontram-se anuviadas. No entanto, destaca-se que o estudo que ora se apresenta é um dos resultados do projeto de pesquisa intitulado "Projetos societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do assistente social do Pará/Amazônia legal", um esforço coletivo entre os grupos de pesquisa de um Programa de Pós Graduação de uma Universidade Federal juntamente com o Conselho Regional de Serviço Social do referido Estado na busca de discutir e publicizar a realidade da atuação

profissional de assistentes sociais paraenses que estavam nos diversos espaços sócio-ocupacionais vivenciando e enfrentando de perto as diversas manifestações da questão social, as quais se intensificaram e se desnudaram com a pandemia da Covid-19.

A pesquisa é quantitativa e qualitativa, com fontes de informações primárias e como instrumento de análise utilizou-se um questionário disponibilizado no site do CRESS no período de setembro de 2020 a julho de 2021, com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi composto por 64 perguntas divididas em quatro temáticas: 1) Perfil profissional, 2) Formação profissional, 3) Trabalho profissional e 4) Trabalho profissional na pandemia, as duas últimas referentes ao trabalho são o foco deste estudo. Destaca-se ainda o total de 312 profissionais respondentes da pesquisa, sendo divididos em três grupos, sendo 134 desempregadas/os, 17 desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia e 161 empregadas/os ativas/os. Ressalta-se para esta análise, a qual traz como aspecto principal o trabalho profissional das assistentes sociais, que os grupos analisados correspondem aos desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia e empregadas/os ativas/os, ou seja, o total de 178 entrevistadas, em destaque no quarto ponto de discussão deste artigo.

A exposição apresenta 4 pontos de discussão: o primeiro, apresenta a breve relação entre crise estrutural do capital e a crise sanitária da Covid-19; o segundo, reflete a Amazônia em tempos de pandemia do Covid-19; o terceiro, aborda o Serviço Social em tempos de pandemia da Covid-19 e; finalmente, o último ponto, evidencia os impactos da pandemia na atuação profissional das/os assistentes sociais no Estado do Pará.

2 - A CRISE DO CAPITAL E A CRISE SANITÁRIA DO COVID-19

A análise proposta aqui se refere a atuação profissional da/o assistente social diante de uma conjuntura de crise sanitária pandêmica que desnuda e intensifica diversos processos de negação de direitos sociais à classe trabalhadora, a exemplo, o aditamento da precarização do trabalho, expansão do desemprego e informalidade, além do crescimento exponencial da desigualdade e pobreza absoluta no mundo, comprometendo assim, as condições mínimas de sobrevivência humana. Falar desse cenário de crise é considerar sua existência e aprofundamento anterior ao quadro pandêmico, como já sinalizava Mészáros (2011), Marini (2011) e Fontes (2017), o qual se assevera e intensifica no início da segunda década deste século XXI, como permite refletir Antunes (2021) e Zizek (2020), entre outros.

Isso significa dizer, com base em Meszáros (2011), que a crise atual, assim como outras, diz respeito ao conteúdo próprio da sociabilidade burguesa, portanto é, na verdade, uma crise fundamentalmente estrutural. Essas crises têm intensidade e duração diversas, e são o modo de existir do capital, como uma engrenagem econômica ilimitada, expansionista e destrutiva, caracterizada enquanto um sistema cada vez mais autofágico que se volta para expansão e reprodução do capital.

Fazer uma releitura do atual cenário pelas reflexões do autor, torna visível de forma mais concreta as contradições desse modo de produção, descortinando estratégias e articulações da crise estrutural que envolve a totalidade da vida social. A pandemia da Covid-19 se alastrou rapidamente em nível global, suas consequências atingiram a todos, mesmo que de forma diferenciada. Neste sentido, ainda que Meszáros (2011) já sinalize características próprias da crise estrutural e o que a diferencia das crises parciais, com o caráter globalizado de saúde instalado, ficam ainda mais evidentes as contradições sociais, econômicas, políticas, geográficas, ambientais, etc., no enfrentamento de uma doença de altíssimas taxas de letalidade, considerando que "uma crise estrutural não está relacionada aos limites imediatos mas aos limites últimos de uma estrutura global" (MESZÁROS, 2011, p. 797).

Para Antunes (2021), a crise sanitária da Covid-19 é o resultado da associação entre a crise estrutural do capital, crise social e a crise política que acentuam e reproduzem um ciclo em escala ampliada de acumulação do capital pela superexploração do trabalhador, em uma prática sistematizada que destrói a proteção legal das/os trabalhadoras/es, levando ao aumento da informalidade, e à redução da População Economicamente Ativa (PEA). O que ocorre na atualidade é a impossibilidade de satisfação das necessidades essenciais do ser humano, para o autor a pandemia é: "o resultado de um sistema de metabolismo antissocial do capital que tem sido destrutivo e mesmo letal para a classe trabalhadora, para o meio ambiente e a natureza (...)" (ANTUNES, 2021, p. 56).

Essa crise não se resume à esfera socioeconômica, ela reverbera também em todo espectro das instituições políticas, afetando toda a sociedade, como nunca antes visto. Esta afirmativa pode ser observada em todos os campos da vida social. Destarte, destaca-se que os mais afetados pela crise pandêmica são os que já eram desprotegidos antes desse período. A pandemia apenas acentua processos de exclusão já vivenciados por grande parte da população[3]. Para Antunes (2021), além do alto índice de mortalidade, ampliam-se também a po-

3 Entre 2021 e 2019, a riqueza dos 0,001% do topo cresceu 14%, enquanto estima-se que a riqueza global média tenha aumentado apenas 1%. A riqueza global dos bilionários aumentou mais de 50% entre 2019 e 2021. O Banco Mundial estima que a pandemia levou cerca de 100 milhões de pessoas à pobreza extrema, elevando o total global para 711 milhões em 2021, acima dos 655 milhões em 2019 (CHANCEL et al., 2022).

breza e a miséria da classe trabalhadora de forma mais perversa, pois a "produção social, que deveria atender as necessidades humano-sociais, subordinou-se integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital" (ANTUNES, 2021, p. 23).

Antunes (2021) afirma que, desde o início da pandemia, a contaminação letal se efetivou na classe trabalhadora, principalmente aquela mais pauperizada. A letalidade no Brasil "revelou a preconceituosa preferência de classe, gênero, raça e etnia presente na expansão do vírus" (ANTUNES, 2021, p. 10), ou seja, a contaminação e morte pelo vírus se deu em maior número nesta população, pois esta, em sua maioria, encontra-se na informalidade; assim como a outra parte teve que escolher entre o desemprego sem assistência social adequada ou o trabalho mesmo que precarizado para manter sua subsistência. É nas periferias, entre trabalhadoras negras e negros, que a morte por Covid-19 é maior, ou seja, a classe trabalhadora mais empobrecida e precarizada que vive na informalidade, nos subempregos e desempregada a mais vulnerável à contaminação pelo vírus.

Um cenário de crise que também pode ser lido pela perspectiva de Fontes (2017), quando a autora defende que esta sociedade produz constantes crises, pois ao mesmo tempo em que há uma gama de novas necessidades que constituem mercadorias, há também a impossibilidade de satisfação das necessidades essenciais da grande maioria da população que vive em condições de pobreza. Há uma produção da miséria, da fome, do desemprego e do emprego sem direito algum, da violência, da competição acirrada entre as pessoas, do individualismo, de uma guerra de todos contra todos.

Noutras palavras, na crise sanitária, o Estado neoliberal usa de estratégias para ampliar a riqueza entre os mais ricos e ao mesmo tempo acirram processos de precarização e desproteção social entre as/os trabalhadoras, através do subemprego, da ampliação da jornada de trabalho, do trabalho intermitente e legalizado, do empreendedorismo, da uberização, do teletrabalho, do trabalho home office em uma simbiose do ambiente privado da casa com o trabalho profissional, em um movimento de exacerbação de processos reificadores, alienadores e de coisificação do homem.

Sobre isso, Fontes (2017) permite apreender alguns dos aspectos dramáticos da atualidade da crise, dentre eles, a crise psíquica, na qual os seres sociais têm o seu tempo voltado para atividades alienantes e embrutecedoras, o tempo de capacidade de criação é transformado em tempo de trabalho e, o tempo tido como "livre" é destinado à locomoção do ir e vir do trabalho. Partindo disso, observa-se que a crise do capital aliada à crise pandêmica aviva processos de adoecimento mental da classe trabalhadora, diante de uma escolha entre sobreviver ou morrer do vírus ou de fome; em uma ruptura sócio-metabólica entre

ser social e natureza, com a devastação dos recursos naturais, essenciais para a sobrevivência do ser humano; e, por último, o aspecto da crise como chantagem política, que tem como objetivo a usurpação e expropriação de direitos, como "forma de governo"[4] para contenção da crise.

3 - AMAZÔNIA EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

A região da Amazônia Legal brasileira, mais especificamente a região norte do Brasil, apresenta características e forma singular que evidenciam a sua determinada função no sistema da capital. Sua inserção na Divisão Internacional do Trabalho apresenta uma lógica de expropriação e exploração de recursos naturais e força de trabalho, que perpetuam e acentuam as desigualdades sociais e econômicas, processos estes, legitimados pelo Estado, com resultados catastróficos, principalmente para as regiões mais empobrecidas em uma relação desigual entre os países centrais e periféricos. Esta dinâmica, traz em seu cerne, a lógica da acumulação e dominação, na relação estabelecida entre capital e trabalho.

O Modo de Produção Capitalista acirra a barbárie e a banalização da vida humana. Há uma sistematização da violência dos corpos em condições sub-humanas de sobrevivência, o desemprego é estrutural, e as formas de subemprego são pulverizadas e naturalizadas. Ao mesmo tempo em que a região norte do Brasil é conhecida por suas riquezas naturais, parte da sua população vive abaixo da linha da pobreza, vivenciando a fome e a miséria atrelada à deficiência e ao desmonte das políticas de proteção social, deixando a classe trabalhadora em condições cada vez mais precárias.

A dinâmica do capital na Amazônia pauta-se em um modelo de desenvolvimento econômico, político e social marcado pela extração de *commodities* em uma relação estreita com o capitalismo internacional, explicada por Marini (2011) a partir de categorias de análise como "super exploração da força de trabalho", "subimperialismo" e "dependência" dos países latino-americanos. Para ele, a consequência da dependência é sempre mais dependência e sua superação só é possível com a supressão das relações oriundas do processo de produção estabelecidos.

A partir de Marini (2011), compreende-se que a dependência, no que concerne sua inserção para incremento e progresso do modo de produção, é em sua essência contraditória e baseada em uma formação social que salienta ainda mais as contradições que são próprias do sistema. Um modelo de

4 Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019 - Reforma da Previdência.

desenvolvimento que intensifica processos de extração de matérias primas e *commodities* contribuindo para o crescimento da taxa de lucro e de mais-valia dos países industrializados, trazendo para si consequências devastadoras para a população que vive nessas áreas.

Mathis (2016), ao tratar sobre os impactos da mineração e direitos humanos no município de Carajás/Pará, afirma que o modelo de desenvolvimento para América Latina é pautado na extração de *commodities* e as políticas sociais baseiam-se no controle e combate à pobreza. Para a autora, este modelo de desenvolvimento intensifica as atividades extrativistas e impacta diretamente na qualidade de vida da população, com a degradação ambiental, pobreza e violação de direitos humanos. Além disso, este modelo atrela-se à precarização do trabalho, na extração de lucro por meio da expropriação do trabalhador pela desregulamentação das leis trabalhistas, flexibilização dos processos de trabalho, a qual resulta em subtrabalho e perda de direitos sociais.

Ressalta-se que a análise de Mathis (2016) refere-se ainda a um modelo de desenvolvimento pautado em uma política social de combate à pobreza em uma relação que compele ao crescimento do emprego (mesmo que precarizado) e da riqueza, atrelado à equidade social e oportunidade, em uma combinação de políticas sociais universais e focalizadas. Nos últimos quatro anos o quadro de desigualdade na região se acentuou com medidas restritivas por parte de um Estado de orientação ultraneoliberal, sob um governo negacionista e conservador, com tendências reacionárias que incentivou práticas de armamento da população e desmatamento ambiental, com uma intensa exploração dos recursos minerais atrelados a conflitos sociais na floresta, que resultam em mortes[5] dos defensores da natureza e crescimento da miséria aos povos originários. Ademais, os índices de pobreza na região norte são bastante expressivos, assim como o fenômeno da feminização da pobreza das mulheres negras/pardas da periferia. Também é digno de nota os casos de feminicídio[6] na região.

Neste sentido, as diferenças e abissais desigualdades já conhecidas em países periféricos como o Brasil, com assimetrias inter-regionais que se mostram ainda mais expressivas, como demonstra os dados do IBGE (2022), o

5 "O relatório final das Cartografias da Violência na região amazônica (2022), aponta que foram 418 territórios atingidos por conflitos e posse de terra, sendo 28% deles territórios indígenas e um aumento de 30% dos assassinatos em conflitos no campo se comparados os anos de 2020 (20 assassinatos) e 2021 (26 assassinatos). Destaca-se que deste total a maioria das mortes ocorreram nos estados da Amazonia Legal foram 21 vítimas em 2021 e 17 vítimas em 2020. Somando os anos de 2020 e 2021 o relatório indica um total de 46 assassinatos em conflito no campo, sendo destes 15 indígenas, 8 sem-terra, 6 quilombolas, 4 posseiros, 3 assentados, 3 ribeirinhos, 2 assentados, 2 pequenos proprietários, 2 quebradeiras de coco babaçu, e 1 advogado". (FBSP, 2022, p. 52-53).

6 Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), em 2020 ocorreram 1.340 feminicídios no Brasil e no ano de 2021 ocorreram 1340. No Pará, a taxa de homicídios feminino por 100 mil habitantes é 4,2 e de feminicídio é de 1,5.

qual indica que o primeiro trimestre de 2022 somou 11,9 milhões de desempregados[7] no país, 4,6 milhões de desalentados[8] e uma taxa de subutilização[9] de 23,2%. Na região norte do Brasil têm-se os maiores percentuais de trabalhadores por conta própria, segundo o IBGE (2022). A exemplo do Amapá (35,9%), do Amazonas (35,7%), do Pará (34,6%) e de Rondônia (32,4%). O estado do Pará teve o maior índice de trabalhadores informais (62,9%) do Brasil. Estes dados indicam que esta região apresenta em maior intensidade o subemprego, trabalho precarizado, etc.

Segundo dados do IBGE (2022) o rendimento médio mensal per capita brasileiro em 2021 foi de R$1.353,00, o menor valor desde 2012. Para nortistas e nordestinos, encontram-se os menores valores, respectivamente R$ 871,00 e R$ 843,00. Além deste dado, tem-se também a queda do percentual de pessoas com algum rendimento no país, seja ele de qualquer tipo, o índice caiu de 61% para 59,8% e, uma das regiões com maior redução em seu rendimento foi o norte, com 53,0%. A pesquisa apresenta também o índice de desigualdade de renda no país em 2021, um aumento se comparado o ano de 2020 (0,524) ao de 2021 (0,544), principalmente nas regiões norte e nordeste (0,556). Pode-se inferir esse aumento do índice de Gini principalmente nessas regiões aos cortes dos auxílios emergenciais do governo federal. Outro dado em destaque nesta pesquisa do IBGE (2022) foi a queda de rendimentos da população, o qual aponta que aproximadamente metade da população com menores rendimentos recebeu, em média, R$ 415, o menor resultado desde 2012.

Além desses dados que demonstram a situação de exacerbação da pobreza no Brasil, principalmente na região norte, ainda se tem o retorno do país ao mapa da fome mundial. A exacerbação das manifestações da questão social no país e nas regiões mais periféricas como o norte e nordeste expressam, sobretudo, o aprofundamento da desigualdade social e da miséria, um comprometimento da sobrevivência humana e é nessa conjuntura de intensas contradições e acirramento das desigualdades sociais que se efetiva de diferentes formas o cotidiano profissional das/os assistentes sociais.

4 SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

7 Segundo o IBGE (2022) o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. É calculado pela PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

8 Os desalentados são o grupo de pessoas que desejam trabalhar, mas desistiram de procurar (IBGE, 2022).

9 "Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil explicita que a subutilização da Força de trabalho (labour underutilization) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (unemployment), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (employment)" (IBGE, 2022, p. 3).

Com o desencadeamento da pandemia da Covid-19, entidades coletivas de representação do Serviço Social, como o Conjunto CFESS/CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e outras, destacaram inúmeras consequências em diversos documentos e materiais divulgados em plataformas digitais e on-line. Destaca-se o fato de que a maior parte de assistentes sociais atuam na política de Seguridade Social[10], no atendimento direto a famílias e indivíduos e, por isso, passam a atuar na linha de frente no enfrentamento dos impactos da crise sanitária, econômica e estrutural do capital e seus reflexos no aprofundamento das diferentes manifestações da questão social.

Entretanto, o cenário da calamidade pública aprofundou também realidades precarizadas de condições e relações de trabalho. Por isso, no tocante ao trabalho profissional também houve dúvidas e dificuldades de como, quando e porquê de sua realização. A título de ilustração, em documento divulgado pelo CFESS (2020)[11] intitulado "CFESS Manifesta", as perguntas de assistentes sociais giravam em torno de: realizar ou não o trabalho remoto, e como realizá-lo, considerando que muitos profissionais deveriam utilizar equipamentos próprios; realizar ou não o atendimento presencial sem ou com incompletos equipamentos de proteção individual; redução orçamentária para viabilizar acesso a benefícios socioassistenciais; flexibilização das jornadas de trabalho e das leis trabalhistas.

Noutra publicação em 2021, intitulada "Diálogos do cotidiano", o CFESS (2021), apresentou reflexões acerca do trabalho profissional, com contribuições de Iamamoto (2021) e Mota (2021); assim como a edição temática da revista Temporalis, em 2021, da ABEPSS onde se apresentaram os impactos da crise do capital e da pandemia na formação e no exercício profissional.

Outrossim, no ano de 2020, período mais agudo da pandemia, o conjunto CFESS/CRESS emitiu duas orientações normativas: a N. 03/2020, que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbito pelos profissionais; a N. 04/2020, a qual dispõe sobre o sigilo profissional e a participação de assistente social como testemunha ou perito/a em processos que envolvam o/a usuário/a. Além destas, foram emitidas: notas acerca do teletrabalho e teleperícia; Parecer Jurídico N. 05/2020, sobre a ausência de EPI para assistentes sociais e as medidas cabíveis; e, adicionalmente, os manifestos políticos de posicionamentos do Conselho, os quais fortalecem a categoria profissional.

De fato, tais documentos expressam a realidade que se apresentou e se

---

10 Justamente aquela que vem enfrentando nos últimos anos redução no fundo público diante da Emenda Constitucional nº 95 que congelou por 20 anos os gastos sociais.

11 Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf.

apresenta às condições e relações de trabalho de assistentes sociais, conforme constatado na pesquisa a qual se refere este texto. Nesse âmbito, localizaram-se registros sobre a ausência de equipamentos e salas adequadas, aprofundamento da rotinização do trabalho e da requisição de racionalidade técnica pautada na produtividade, com destaque para alguns espaços ocupacionais que possuíam incentivos e benefícios salariais atrelados a metas de trabalho, ou ainda a negociação de benefícios trabalhistas como férias e décimo terceiro.

Ainda, identifica-se a flexibilização do contrato de trabalho, da condição salarial, desvelando ainda mais a precarização do trabalho e apontando a terceirização como sinônimo dessa precarização em um período com recente instauração da Reforma Trabalhista[12]. Registra-se, nesse quadro, expansão demasiada da terceirização com o surgimento e ampliação das Organizações Sociais da Saúde (OSS), que passaram a assumir a condução de hospitais de campanha e outros.

Em outras palavras, as condições e relações de trabalho seguem tendência de forte precarização e são inúmeros os casos de adoecimento ou desejo de desistência da profissão, que se aprofundaram nesse período de pandemia da Covid-19, em que também se asseveraram as desigualdades sociais que impactam diretamente no exercício profissional[13], como se ilustra a seguir.

5 - IMPACTOS DA PANDEMIA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS NO ESTADO DO PARÁ/ BRASIL.

A partir das discussões realizadas, apreende-se que o período inicial e mais intenso da pandemia aliado ao processo de desregulamentação das políticas públicas e direitos sociais, assim como as contrarreformas do Estado e seu projeto neoliberal impactou a classe trabalhadora intensificando ainda mais os processos de desigualdades sociais e pobreza. Para as/os assistentes sociais não foi diferente, o desemprego, o subemprego, as condições de trabalho precarizadas que já faziam parte do cotidiano profissional se acentuaram ainda mais nesta realidade.

A pesquisa que ora se apresenta aponta aspectos importantes para reflexão e resistência coletiva da categoria profissional. É possível observar a partir dos dados da pesquisa o alto percentual de desemprego e a precarização do trabalho efetivadas por meio de jornadas de trabalho extensas e exaustivas, bai-

12 Lei N 13.467 de 13 de julho de 2017.

13 Sales (2021) apresenta esse cenário antes e durante a pandemia na pesquisa “O trabalho da/o assistente social no estado do Pará: particularidades do sócio-jurídico”. (Primeira tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS da Universidade Federal do Pará - UFPA).

xos salários, fazendo com que parte das/os profissionais tenham que ter duplo vínculo de trabalho para garantir o atendimento de suas necessidades básicas. Além disso, a pesquisa aponta a concentração de profissionais na área metropolitana do Estado, espaços e infraestrutura inadequadas de trabalho, além de requisições institucionais incompatíveis com as competências e atribuições específicas, em uma relação de força desigual.

Destaca-se aqui, que mesmo a pesquisa partindo da particularidade da profissão, ela se apresenta em uma ampla perspectiva, enquanto classe que vive do trabalho em uma relação intrínseca entre Estado e sociedade iluminando assim as análises postas aqui. Refletir sobre a atuação profissional em meio a pandemia da Covid-19 é apreendê-la a partir de um espaço e um tempo determinado pelo processo dialético e contraditório da história, considerando o Serviço Social enquanto profissão regulamentada, com estatuto legal e ético, no qual dispõe sobre a autonomia teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa da/o profissional, enquanto trabalhador assalariado, que dispõe apenas de sua força de trabalho para supressão de suas necessidades básicas (IAMAMOTO, 2004).

É diante dessa conjuntura que a pesquisa se apresenta. A partir de um Estado ultraneoliberal, de negação de direitos sociais à classe subalterna, em que as manifestações da questão social se evidenciam e trazem para o cotidiano profissional uma realidade de fome e miséria atrelada ao desemprego e subemprego das/os usuárias/os e do outro lado (ou do mesmo lado) a precarização e intensificação da exploração do trabalhador, "a essência perversa e destrutiva do sistema de metabolismo antissocial do capital destrói o trabalho e a humanidade(...)" (ANTUNES, 2021, p. 67).

Desta forma, a pesquisa revelou o alto índice de desemprego da categoria, um índice de quase metade das/os participantes da pesquisa. Os números apontaram que 42,95% das/os assistentes sociais entrevistadas/os encontravam-se desempregadas/os no período da pandemia e 51,60% dessas/es profissionais estavam inseridas/os no mercado de trabalho. Soma-se a este percentual as/os profissionais que estavam desempregadas/os, porém, foram contratados neste período de pandemia para realização de trabalho.

Mesmo com o alto índice de desemprego entre as/os assistentes sociais infere-se que este número poderia ser bem maior caso o vínculo de trabalho das/os assistentes sociais fosse mais frágil, ou seja, a pesquisa aponta que 79 entrevistadas/os é servidora/o pública/o estatutária/o. Neste sentido, ainda hoje, mesmo com toda a defasagem de concursos públicos em nível municipal, estadual e federal, ratifica-se que o poder público ainda é o maior empregador da profissão, destaca-se também que 68 profissionais encontram-se atuando na Política de Assistência Social, 43 na área da saúde, 12 na Educação, 12 no Sistema de Justiça,

3 na Política Urbana, 2 na Assistência Estudantil, 2 no Sistema Socioeducativo, 1 no Sistema Prisional e etc.

Importante destacar que embora quase metade das/os profissionais tenham vínculo estatutário, ainda se tem 55 trabalhadoras/es temporárias no serviço público, 22 CLT com contratos temporários, 6 com contratos terceirizados, 2 bolsa CAPES ou residência, 1 contrato sem vínculo empregatício, 1 voluntário, entre outros, indicando assim, em sua maioria, formas precarizadas de trabalho, as quais sem a garantia de direitos sociais trabalhistas.

Nesse contexto, vale lembrar ainda a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional N. 32 de 2020, que dispõe sobre a Reforma Administrativa e atinge diretamente a estabilidade de trabalhadores estatutários, bem como a criação de concursos públicos. Apesar de não ter ocorrido ainda a sua aprovação, sua influência ultrapassa a alteração na Constituição, particularmente durante o estado de emergência e calamidade pública, pois o debate se materializa nas flexibilizações constitucionais com base no cenário, e consequente crescimento desde o início da pandemia de contratações emergenciais e temporárias via processos seletivos ou não, e o adiamento ou cancelamento de concursos públicos.

Pensar sobre essa informação convida, na realidade, a também problematizar contradições existentes nos resultados desta pesquisa: o fato de quase metade das/os participantes serem estatutários reflete o real cenário de vínculo empregatício de assistentes sociais no estado do Pará? A que ponto a condição de estabilidade se reverteu em proteções trabalhistas durante a pandemia? A literatura e os dados oferecem indicações para a associação entre a fragilidade e precariedade de vínculos, inclusive em relação à não adesão e participação da pesquisa. Entretanto, as reais e particulares motivações para tal são argumentos que não se esgotam nesta investigação[14], cabendo maiores reflexões.

A pesquisa aponta na análise dos salários que mais de 110 profissionais recebem entre 1 e 3 salários, no que se especifica a seguir: 58 profissionais recebem entre 1 a 2 salários mínimos, 52 entre 2 e 3 salários mínimos, 33 entre 3 e 5 salários mínimos, 23 entre 5 e 8 salários mínimos e apenas 11 recebem mais de 8 salários mínimos. Os baixos salários da categoria profissional podem ter relação direta com o duplo vínculo de trabalho, pois a pesquisa também apontou que 77 assistentes sociais possuem dois vínculos e 101 profissionais possuem apenas um vínculo de trabalho. Neste sentido, infere-se que para ter uma renda básica que atenda as necessidades das/os profissionais e de suas famílias, se faz necessário um segundo turno de trabalho para que ocorra o aumento efetivo da renda das/os trabalhadores, ou seja, um prolongamento intenso da jornada normal de trabalho para a sobrevivência do trabalhador.

14 Pesquisa PROCAD Amazônia: Trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil. Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC RGS).

Destarte, a pesquisa evidencia que 130 profissionais trabalham até 30 horas semanais, 41 trabalham 40 horas por semana e 3 trabalham entre 44 e 60 horas semanais e 4 trabalham por escala ou plantão ou por hora ininterrupta de trabalho. Quanto às horas trabalhadas no segundo vínculo de trabalho, tem-se 39 profissionais trabalhando até 30 horas e 26 profissionais trabalhando 40 horas por semana. Inferindo-se assim, que as/os assistentes sociais que possuem dois vínculos de trabalho chegam a ter jornada de trabalho excessivas podendo somar entre 60 e 80 horas por semana, dependendo do acúmulo entre os vínculos. Aqui retoma-se as análises de Marx (2013) sobre a jornada de trabalho quando aponta que o capital ultrapassa limites morais e também físicos do trabalhador e retira o tempo para a desenvolvimento saudável do ser humano.

Quanto ao regime de trabalho durante a pandemia, observa-se que 104 assistentes sociais trabalharam em regime presencial, 41 trabalharam em regime presencial com rodízio, 1 presencial em regime de plantão, 2 em sistema misto presencial e remoto e 29 trabalharam remotamente. Destaca-se também que do total das/os assistentes sociais que trabalharam durante a pandemia, 15 estavam atuando em hospitais gerenciados por organizações sociais e 32 estavam atuando em serviços essenciais.

Quanto ao local de atuação profissional destaca-se que em torno de 78 assistentes sociais trabalham na região metropolitana de Belém e em torno de 97 nos interiores do Estado. Deste total, 9 trabalham em dois ou mais municípios. Observa-se uma concentração de profissionais na região metropolitana do Estado, isso não ocorre apenas com os profissionais, mas também com os serviços sociais ofertados à população de modo geral, havendo a necessidade de se deslocar para a capital do Estado para atendimentos básicos.

Quanto a disponibilização e acesso aos EPIs nos espaços sócio-ocupacionais, 154 profissionais afirmaram que tiveram acesso aos equipamentos pela instituição, e 24 assistentes sociais responderam que não tiveram acesso aos equipamentos. Dos profissionais que tiveram acesso aos EPIs, destaca-se que 111 delas/es afirmam que os EPI's obedeciam às recomendações dos órgãos de saúde e de controles epidemiológicos como, por exemplo, OMS e Ministério da Saúde (MS).

Destaca-se na pesquisa, segundo as/os entrevistadas/os (138), que as instituições deram condições aos profissionais e usuários sobre a questão da acessibilidade, com a infraestrutura básica incluindo água, sabão e/ou álcool em gel nas instituições, outros 33 profissionais apontaram que somente a equipe teve acesso e 17 afirmaram que nem os trabalhadores e nem os usuários tiveram acesso a esses itens básicos de higiene na instituição.

Sobre os documentos, orientações e notícias divulgadas pelo conjunto CFESS/CRESS–PA no período de pandemia, a pesquisa aponta que 150 profissio-

nais acompanharam e/ou leram os documentos, o que pode indicar a busca por respostas coletivas às inúmeras demandas e requisições institucionais, além de um fortalecimento entre a categoria e os seus órgãos representativos. Enquanto que 28 profissionais indicaram que não acompanharam ou leram os documentos, o que justifica a falta de tempo/ excesso de trabalho/ cansaço mental e físico, ou mesmo, por falta de acesso à internet ou pela falta de informação via e-mail.

Mesmo diante de resistência e lutas coletivas, as/os profissionais vivenciaram inúmeras dificuldades no ambiente laboral neste período de pandemia caracterizando-se principalmente pela precarização das condições de trabalho. A pesquisa aponta a incidência de respostas sobre questões de infraestrutura, incluindo: péssimas condições nas salas de atendimento; pouca iluminação e ventilação inadequada, falta de espaço para o distanciamento social entre profissional e as/os usuária/os; falta de EPI's e a não obrigatoriedade do uso dos mesmos; falta de produtos de higiene básicos; o aumento do número de servidores doentes, cansaço físico e emocional; assédio moral; aumento da demanda de atendimentos; limitações de uso dos instrumentais técnicos operativos e do acesso aos serviços da rede intersetorial; ausência de planejamento de ações e estratégias de acompanhamento das/os usuários; cobranças exacerbadas por eficiência e eficácia; a conciliação entre trabalho profissional com o trabalho doméstico; e diminuição de orçamento para os programas sociais.

Como sinalizado, a literatura demonstra que a precarização do trabalho não é um fenômeno novo no Brasil. De acordo com Raichelis (2011), ela se apresenta desde o início da sociedade urbano-industrial, porém assumem novas roupagens a partir da década de 1990, caracterizada pela retração e desmonte de direitos sociais e trabalhistas afetando diretamente a saúde mental e física dos trabalhadores consubstanciando as formas de objetivação e subjetivação do trabalho. Para a autora, a dinâmica que tange a flexibilização/ precarização do trabalho atinge as/os assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais e se concretiza em ações já pontuadas neste estudo, como a intensificação da jornada de trabalho, baixos salários, formas de contratação, pressão para aumento de produtividade e resultados nos moldes de eficiência e eficácia.

Em relação às competências e atribuições do Serviço Social no local de trabalho, observa-se nas respostas das/os assistentes sociais a compreensão sobre os impactos causados pela pandemia no que concerne tanto sobre a questão de indefinição e ausência, quanto a questão do fortalecimento e afirmação sobre as competências e atribuições profissionais. Entre as principais informações, as/os profissionais apontam uma tendência de indeterminação, confusão, ou mesmo desconhecimento, como pode ser observado a seguir nas descrições das profissionais: indefinição sobre as competências e atribuições profissionais

e ausência de planejamento de ações, sentimento de isolamento no trabalho e dificuldade de comunicação a distância, redução do quadro de recursos humanos, acarretando sobrecarga, necessidade de adaptar a ação profissional com uso de tecnologias, fragilização das relações interpessoais no trabalho, aumento da demanda de trabalho, desrespeito à autonomia profissional em decorrência das requisições institucionais. Ao mesmo tempo, as/os profissionais também indicam que houve fortalecimento e sentimento de solidariedade em equipe.

Nesse ponto, observa-se que, contraditoriamente, a partir da exemplificação dada pelas profissionais sobre suas competências e atribuições, se retomam questões sobre a precarização do trabalho sem explicitar exatamente em suas respostas o que elas/es definem como as fragilidades ou o fortalecimento das atribuições e competências. Infere-se, a partir deste ponto, certa confusão das/os profissionais, neste período de pandemia, sobre as definições entre competências e atribuições atreladas ao trabalho precarizado.

Ainda, quando se pergunta na pesquisa se houve durante o período da pandemia algum tipo de solicitação institucional indevida ao exercício profissional é possível observar mais explicitamente a relação contraditória existente entre requisições institucionais e o projeto ético-político da profissão, principalmente no que concerne às competências e atribuições privativas da/os assistente social. Identifica-se que 79 profissionais apontam no mínimo uma requisição indevida realizada no período de pandemia, 82 profissionais não responderam a questão. Entre as principais indicações elencam-se comunicar óbito e boletim médico, preencher formulários de responsabilidade da enfermagem, atividades administrativas e de recepção de pessoas, dirigir carro oficial, realizar testagem para Covid-19, dar resultados de exames, aferir saturação de oxigênio e temperatura, avaliar sintomas e diagnosticar pacientes com Covid-19, liberar leito para paciente, solicitar ambulância para transporte de paciente, realizar compras para a instituição, usar recurso próprio, apoio psicológico para funcionários, acompanhamento de pessoas infectadas, atendimento remoto via sistema online, como se fosse um *call center*[15] social, entre outros.

Ressalta-se ainda que entre as indicações das profissionais há respostas que caracterizam o trabalho precarizado como, por exemplo, sobrecarga de trabalho, o aumento de demanda, realização de atendimentos como triagem, visitas domiciliares com os índices elevados de infecção, atendimento aos usuários sem EPI's adequados, atendimento dos usuários por telefone pessoal da/o assistente social, realizar plantões seguidos por ausência de colegas de trabalhos, tais indicações demonstram como as requisições institucionais se confundem com as competências e atribuições, e expressam o trabalho precarizado

15 Destaca-se que não é apontado na pesquisa o que seria denominado como call center social. Infere-se que pode ser caracterizado como as informações dadas aos usuários pelas/os assistentes sociais via telefone de forma recorrente e intensificada.

em tempos de pandemia.

Outros exemplos dessas vivências que revelam relações de trabalho precarizadas são: 25 profissionais indicaram a ausência de espaço adequado para atendimento que garantisse o sigilo profissional, 17 profissionais apontaram o assédio moral, 9 profissionais afirmaram que foram demitidas, 9 tiveram salários reduzidos, 1 profissional não teve seu contrato de trabalho efetivado e por isso não recebeu seu salário do mês em que trabalhou, entre outros.

A partir dessas informações, traz-se para reflexão que o "sentimento de fortalecimento de equipe" não é sinônimo de coletivização dos processos de trabalho, este que, antes mesmo da pandemia, seguia tendência sempre maior de individualização. O isolamento diz respeito à ausência ou fragilidade em sentir-se pertencente, na representatividade ou na vinculação orgânica a espaços político-coletivos. Na realidade, a condição de assalariamento desse trabalho gera tensões e contradições no âmbito profissional, ainda que hoje o profissional disponha de relativa autonomia na condução do seu exercício profissional, através de estatutos legais e éticos, como diz Iamamoto (2011). Mas pensar nos desafios contemporâneos que a pesquisa e a literatura já revelam, diante do aumento das desigualdades sociais, requer considerar que essa autonomia é tensionada pela compra e venda da força de trabalho especializada pelos diferentes empregadores.

Nessa perspectiva, entre os desafios postos à intervenção profissional no local de trabalho devido à Covid-19, as/os profissionais indicam o trabalho/atendimento remoto, sem suporte de equipamentos pela instituição, além das exigências para realizar as atividades as quais segundo as/os profissionais são incompatíveis com o trabalho não presencial e a sobrecarga de trabalho remoto aliado ao trabalho doméstico; requisições institucionais para além das competências profissionais; falta de EPI's adequados e o uso de transporte coletivo pela maioria dos trabalhadores; visitas domiciliares; crescente número de atendimento ao público e diminuição da equipe; serviços desarticulados, sem plano de trabalho e o fortalecimento da equipe; medo de contrair a Covid-19; participar da linha de frente do combate a pandemia; viabilização de direitos nesse período de pandemia; enfrentar a falta de informações e os comportamentos de risco; adoecimento mental de profissionais que atuam na linha de frente, principalmente nos locais considerados essenciais, adoecimento e finitude; contato direto com o luto, angústia e incerteza; dificuldade de adaptação ao "novo normal".

Outro aspecto fundamental para esta análise, o qual impacta diretamente no exercício profissional, são as demandas apresentadas pelas/os usuárias/os aos assistentes sociais, as quais demonstram claramente o aprofundamento das expressões da questão social nessa conjuntura pandêmica. Entre as principais

demandas as/os profissionais apontam o aumento do desemprego e ausência de renda; saúde mental; solicitação de auxílio e benefícios sociais (auxílio emergencial, cesta básica, funeral, aluguel social); isolamento social; direitos previdenciários; violência de gênero e geracional, trabalho infantil, abuso sexual. A pandemia no Brasil exacerba os processos de exclusão e de intensificação da pobreza e da miséria em toda a sua complexidade.

A pesquisa aponta também que 151 assistentes sociais responderam que os locais de trabalho passaram por mudanças e reorganização das atividades cotidianas durante a pandemia, no qual as/os profissionais de Serviço Social, em sua maioria, participaram ativamente das discussões, do planejamento, das ações, dos programas e dos serviços; e 24 profissionais indicaram que não ocorreu nenhum tipo de processo de reorganização ou mudança no ambiente de trabalho. Entre as principais atividades reorganizadas no período da pandemia pelos assistentes sociais, nota-se a suspensão de grupos e de atividades coletivas, suspensão de visitas domiciliares, atendimento da população por meio de tele atendimento/ teletrabalho.

Quanto ao afastamento do trabalho, destaca-se que 104 profissionais se afastaram do trabalho nesse período de pandemia. Os motivos de afastamento foram por suspeita ou mesmo pela infecção por Covid-19, por fazer parte do grupo de risco, trabalho remoto, isolamento por decreto governamental, alta de contaminação, grupo de risco, entre outros. Ainda sobre os afastamentos, 146 profissionais indicaram que o mesmo foi realizado com todas as garantias do contrato de trabalho e 32 profissionais apontaram situações sem tais garantias. Entre os indicativos aponta-se demissão após o retorno ao trabalho, descontos do salário pelos dias não trabalhados, falta de assistência médica. Outra situação relatada pelas/os assistentes sociais na pesquisa foi a obrigatoriedade do trabalho mesmo com todos os sintomas da covid-19.

Importante destacar que os desafios apontados pelas/os profissionais condizem também com o trabalho precarizado assemelhando-se ao que foi indicado no campo das atribuições e competências profissionais. Adicionalmente, chama a atenção, a indicação sobre saúde mental das/os assistentes sociais, o medo, a vivência e experiência com o luto, a angústia e incertezas, os quais foram acentuados neste período. Neste sentido, observa-se na pesquisa dados sobre o medo de contrair a Covid-19, a qual 12 profissionais indicam, enquanto 71 profissionais já contraíram a doença e apenas 95 profissionais relataram não ter medo.

Sobre a procura de atendimento psicológico e/ou psiquiátrico em decorrência das tensões no trabalho neste período, a pesquisa aponta que: 106 profissionais responderam que não procuraram nenhum serviço; 32 profissionais indicaram que não procuraram, mas acham que precisam; 23 procuraram esses

serviços, porém não estão mais em acompanhamento; e apenas 17 profissionais responderam que se encontram em acompanhamento psicológico. Mesmo diante de tal conjuntura, a pesquisa mostra que as/os profissionais (126) não tiveram acesso a esses serviços no local de trabalho, o que demonstra que as instituições, em sua maioria, não criaram programas ou ações de saúde mental de suporte aos trabalhadores; e apenas 52 profissionais indicaram a criação desses serviços de suporte emocional e/ou psicológico para as/os trabalhadoras/es.

Ainda sobre este dado, destaca-se a necessidade de refletir sobre o significado da pandemia na vida dos indivíduos, no que tange o crescimento de adoecimento mental não apenas na categoria profissional de assistentes sociais, mas da classe trabalhadora em sua totalidade. A pandemia deixa a olho nu a proximidade com a finitude, com a morte e exacerba os processos de miséria humana como a fome, o desemprego, o colapso do sistema de saúde. Ou seja, aquilo que estava sob um véu, ocultado pela indiferença dos indivíduos reflete-se na realidade efetiva.

As análises de Silveira e Doray (1989) tratam sobre o "entorpecimento dos sentidos" reduzindo-se ao sentido do ter, em uma perda do "mundo interior" deste indivíduo no qual os processos de subjetivação e objetivação se concretizam de forma estranhada (coisificada) correspondente a uma subjetivação alienada (SILVEIRA; DORAY, 1989, p. 50). Tais análises dos autores, sobre formas de subjetivação e de objetivação na teoria marxista, embasam a compreensão da subjetividade produzida socialmente, ou seja, para o autor "a objetividade na história é impensável sem uma íntima correspondência com a subjetividade" (SILVEIRA; DORAY, 1989, p. 50). Nesse sentido, a pandemia, como já dito anteriormente, coloca em destaque, mesmo que superficialmente, um sistema falido, em uma conjuntura na qual a morte por Covid-19 tem características peculiares atingindo homens e mulheres negras/os e pobres. Ficar diante dessa realidade vivenciando no cotidiano situações extremas em tempo contínuo trouxe para a classe trabalhadora as mais diversas formas de adoecimento físico e mental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, as reflexões expostas neste estudo trazem aspectos relevantes do exercício profissional da/o assistente social do Estado do Pará no período da pandemia da Covid-19 que necessitam de um destaque em conjunto para melhor observar a totalidade das questões apresentadas. Neste sentido, a pesquisa "Projetos societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do assistente social do Pará/Amazônia legal" mostrou que a pan-

demia trouxe à tona de forma mais visível as expressões da questão social no que indica a relação capital *versus* trabalho e a consequente superexploração da classe trabalhadora.

A precarização do trabalho da/o assistente social pôs-se em relevo em toda a pesquisa, primeiramente com o alto índice de desemprego (42,95%) entre a categoria profissional, ou seja, as/os assistentes sociais, enquanto classe trabalhadora assalariada dependente da venda de sua força de trabalho não se isenta deste processo de exclusão das/os trabalhadores do mercado de trabalho.

Outro ponto destaque, revela que ainda hoje o Pará tem como maior empregador da categoria o Estado (79), com maior concentração de assistentes sociais na área da assistência social (68) e da saúde (43) e, ainda, quase metade das/os profissionais com vínculos de trabalho fragilizados por contratos de trabalho terceirizados, temporários, entre outros, e com uma super concentração na capital e região metropolitana de Belém. Ao mesmo tempo, considerando que a pesquisa retrata a adesão voluntária de seus participantes, não consegue esgotar de que forma esse quantitativo de fato retrata a realidade de vínculos empregatícios no estado, diante da tendência também apontada no texto de crescimento de contratações temporárias via ou não processos seletivos, e o cancelamento e adiamento de concursos públicos.

Ainda, importa destacar os baixos salários da categoria, no qual 110 profissionais recebem entre 1 a 3 salários, no qual uma parte das/os profissionais possuem duplos vínculos de trabalho, ocasionando em extensão da jornada de trabalho somando entre 40 e 60 horas semanais. É nítido aqui a necessidade que os profissionais, como trabalhadores assalariados, na complexidade da atual conjuntura, busquem saídas individualizadas de sobrevivência no mercado que compra e vende a força de trabalho. Revela ainda, como as discussões marxianas apontadas no século XIV se exemplificam tão facilmente na atualidade: a miséria e precarização que assola não só indivíduos e famílias atendidas por assistentes sociais, mas também esses trabalhadores, é diretamente proporcional ao acúmulo de riqueza gerado na crise estrutural, particularmente em uma de suas expressões que é a crise sanitária.

Na reprodução ampliada da riqueza, as contradições se amplificam e consequentemente a luta de classes. Dessa forma, a pesquisa revela como as entidades representativas da categoria profissional realizam o exercício de pensar esse trabalho nesse contexto e, dentro de suas próprias contradições, limitações e possibilidades se propõem e constroem normativas, documentos, eventos e outras estratégias de enfrentamento à precarização do trabalho. Entretanto, a pesquisa também mostra a força do Estado como instrumento de poder de um governo ultraneoliberal, apontando como sua interferência direta desde o fi-

nanciamento e gestão da crise atua em favor do capital, reorganiza e conduz espaços hierárquicos que, por exemplo, requisitam habilidades profissionais que fogem às prerrogativas jurídicas, ético-políticas presentes no projeto profissional.

Nesse ponto, considerando que o momento de crise também existe para que se possam elucidar ainda mais as contradições, urge problematizar questões latentes dentro do Serviço Social que não são recentes. A pesquisa traz muitos dados que permitem pensar as dimensões objetivas do trabalho, ao mesmo tempo, para além destas, ou seja, as dimensões subjetivas, pois a barbárie vivenciada nos ditames do capital afeta diretamente a vida em sua totalidade. Importante destacar que quando se fala em subjetividade, não se atêm ao aspecto da individualidade, mas o que esta dinâmica impacta de modo coletivo e político a classe trabalhadora na solidariedade de classe com a finalidade de uma igualdade substantiva entre as/os trabalhadores.

Dessa forma, enfrentar os limites profissionais e encontrar possibilidades para ousar enfrentar a conjuntura posta, instiga assistentes sociais individualmente e como categoria profissional de trabalhadores e trabalhadoras a localizarem as contradições que se expressam e explicam o embate entre o projeto profissional e as respostas a serem dadas às requisições da instituição empregadora. Isto é, as contradições internas e externas que assolam o Serviço Social interferem diretamente na forma com que o projeto ético-político se traduzirá no cotidiano do trabalho profissional.

Neste sentido, o debate e as normativas éticas não anulam as contradições existentes deste modo de produção capitalista. A ética, assim como a profissão, não é indiferente ao processo de concepção ideológica e política, o qual tem em seu bojo projetos de classe irreconciliáveis que se efetivam na luta de classe. Isso é possível de se observar dentro da profissão pelos diferentes conteúdos éticos nos seus códigos de ética, por exemplo. Cabe ilustrar que normativas como o código de 1993, como orientações jurídicas, atuam na realidade do exercício profissional, considerando o projeto societário. Nesse sentido, cabe sinalizar que reside nesse ponto o grande destaque do projeto profissional, demonstrando que apesar das contradições presentes na profissão e no cotidiano do trabalho, as instituições político-coletivas e normativas jurídicas do Serviço Social oferecem reflexões necessárias para somar na formação e condução de espaços político-coletivos, mesmo dentro dos espaços sócio-ocupacionais.

Por fim, a análise dos dados da pesquisa e a literatura fundamentada na teoria social crítica apontam como coexistem e coabitam limites e possibilidades, idealização e materialização, dentro da dimensão ético-política hegemônica atualmente no Serviço Social, bem como nas dimensões teórico-metodológicas e técnico-operativas. Ao mesmo tempo, também convidam a realizar reflexões

críticas do cenário de crise sanitária dentro de uma crise estrutural. Noutras palavras, associar as condições e relações de trabalho e pensar acerca das competências e atribuições profissionais que não devem se restringir no exercício de traduzir e orientar o cotidiano do trabalho de assistentes sociais. As condutas éticas postas no projeto profissional põem e chamam os/as profissionais em um contínuo exercício de reflexões críticas individuais e coletivas, pois viabilizam a identificação de concepções ideológicas que se camuflam mesmo na atual conjuntura em que se escancaram as contradições e desigualdades. De posse disso, torna-se viável pensar criticamente quais posicionamentos podem ser assumidos dentro do rol de princípios legalmente instituídos dentro da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, jan./jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado**.** São Paulo: Boitempo, 2021. E-book. (Coleção Pandemia Capital).

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres--crescem-em-2021.pdf. Acesso: em 18 de agosto de 2022.

CFESS. **CFESS Manifesta**. Os impactos do Coronavírus no trabalho do/a assistente social. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf. Acesso em março de 2022.

_____. **Diálogos do Cotidiano**. Assistente Social. Reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 1. Brasília, 2021. 106p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf. Acesso em março de 2022.

_____. **Serviço Social contra a covid-19** (Coronavírus). Disponível em: https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/covid-19-coronavirus. Acesso em agosto de 2022.

CHANCEL, Lucas et al. **Word Inequality Report 2022**. Word Inequality Lab: 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da Violência na região amazônica:** Relatório final. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf. Acesso em 5 de agosto de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE:** Pes-

quisa Nacional por Amostra de Domicílios, Contínua Divulgação Especial, Medidas de Subutilização da Força de Trabalho no Brasil. 4º trimestre de 2021. IBGE, 2022. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202104_trimestre_novos_indicadores.pdf. Acesso em 5 de agosto de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As dimensões Ético-políticas e Teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde:** Formação e trabalho profissional. Cortez: Brasília, 2018.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad: Rubens Ederle. São Paulo: Boitempo, 2013.

STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2011.

MATHIS, Adriana de Azevedo. Impactos da mineração e direitos humanos em Carajás/Pará. **Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresa**. v. 1, n. 1, jun.-nov. 2016.

MÉSZÁROS. Istvan. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1° ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul.-set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/abstract/?lang=pt. Acesso em 8 de agosto de 2022.

SALES, Carla Rafaela Lemos. **O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO PARÁ**: particularidades do sociojurídico. 2021. 255 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVEIRA, Paulo. DORAY, Bernard (Orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989.

Retornar ao Sumário

CAPÍTULO 5

TRABALHO PROFISSIONAL NA PANDEMIA: uma reflexão acerca das principais demandas sociais postas às/aos assistentes sociais no Estado do Pará

Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo
Cilene Sebastiana da Conceição Braga
Larissa Tuane Lima do Nascimento
Patrícia Nayara de Seixas Negrão

1 INTRODUÇÃO

No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em decorrência da alta contaminação e letalidade do novo coronavírus Sars-Cov-2 ou COVID-19, em decorrência disto, os chefes de Estado do globo terrestre tomaram medidas de restrição com objetivo de prevenir a contaminação. Uma das providências tomadas foi a declaração de *Lockdown* ou confinamento/isolamento social da população, bem como informativos com orientações de higienização e proteção individual e do espaço, tal como lavar as mãos com água e sabão e/ou com álcool em gel com frequência, utilização de máscaras faciais sobre nariz e boca, manter distanciamento de um metro entre pessoas em lugares públicos, etc.

No entanto, verifica-se que as ações de enfrentamento ao novo coronavírus foram diferentes entre os países, que em sua maioria seguiram as recomendações da OMS, seguidas de apoio socioeconômico às populações em vulnerabilidade social.

Esta questão é perceptível pelos números de óbitos, onde no contexto global, até a data desta escrita, registrou-se 5,21 milhões de óbitos em decorrência da COVID-19, e no Brasil registrou 699.634 mil, segundo dados do Coronavírus Brasil[16], publicado em março de 2023, ocupando o segundo país com maior número de óbitos, perdendo para o Estados Unidos com 778.601, números estes resultantes de uma postura negacionista[17] e

16 Ver mais em: https://covid.saude.gov.br/.

17 "O negacionismo vai além de um boato ou *fake news* pontual. É um

anticiência[18] dos chefes de Estado dos países em questão.

Com o aprofundamento das expressões da questão social em contexto de calamidade pública, a/o assistente social tem como dever ético atuar nas situações extremas, a fim de viabilizar ações que garantam o mínimo de sobrevivência, de forma técnica e qualificada em consonância com as atribuições privativas e competências profissionais preconizadas pelas normativas da profissão[19], conforme descrito na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo debater e refletir acerca das demandas sociais postas às/aos assistentes sociais, que atuaram nas variadas políticas sociais na região amazônica, a partir dos resultados da pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/Amazônia legal", em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região, realizada no período de 2020 a 2021, cujo objetivo era identificar e analisar as relações de trabalho profissional dos assistentes sociais que atuaram nas políticas sociais no estado do Pará em tempos de pandemia/COVID-19.

A coleta de dados foi realizada a partir da criação de um questionário online na plataforma *Google Forms*, a qual permite coletar informações por meio de questionário online de forma gratuita. A divulgação fora feita nas redes sociais e site oficial do CRESS 1° Região, bem como por meios eletrônicos, como e-mails e aplicativos de mensagens instantâneas, resultando em 312 respostas válidas coletadas.

A análise das evidências foi construída tendo como base analítica o materialismo histórico-dialético, o que proporcionou a leitura da realidade levando em consideração as questões econômicas, sociais e políticas que impactaram nas relações de classes presentes no contexto brasileiro.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: no primeiro momento apresentaremos pontuações sobre o significado da crise pandêmica que em nossa análise significa a continuidade das consequências assumidas pelas diretrizes do projeto neoliberal há mais tempo em curso. No segundo destacaremos o

sistema de crenças que, sistematicamente, nega o conhecimento objetivo, a crítica pertinente, as evidências empíricas, o argumento lógico, as premissas de um debate público racional, e tem uma rede organizada de desinformação. Essa atitude sistemática e articulada de negação para ocultar interesses político-ideológicos muitas vezes escusos, que tem sua origem nos debates do Holocausto, é inédita no Brasil", conforme afirma o professor Marcos Napolitano, da USP (RATHSAM, 2021).

18 Pensamento ou atitude contrários aos princípios ou conhecimento científico.

19 Conforme preconiza a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993 de regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional.

impacto da COVID-19 no trabalho profissional da/o assistente social e, por fim, as principais demandas colocadas ao profissional de Serviço Social.

2 - PANDEMIA E NEOLIBERALISMO

Importa mencionar que o contexto de crise não se deu pela pandemia da COVID-19, mas este cenário aprofunda e torna visível a degradação da vida humana em níveis catastróficos, bem como as formas que o capitalismo responde às suas constantes crises, Raichelis e Arregui (2021) sinalizam que as crises do sistema capitalista não se caracterizam como eventuais, mas sim como constitutivas do seu movimento sociometabólico.

Ao contrário do que preconizam os defensores do sistema em questão, este não tem a pretensão de alcançar o equilíbrio social e, muito menos, conter as crises, a qual não se origina das interferências na economia e/ou pela ação estatal, tendo em vista que estas têm como objetivo de sua manutenção e expansão da sua dominação, de acordo com Nakatani (2020, p. 25):

> [...] as formações sociais capitalistas não apresentam nenhuma tendência ao equilíbrio e suas crises não são resultados de fatores ou interferências externas ao seu movimento. As crises são decorrentes da própria dinâmica contraditória do movimento do capital, que se manifestam como crises de superprodução e aparecem através da queda nas taxas ou massas de lucro, queda na taxa de crescimento da produção, redução do consumo, aumento do desemprego, aumento das desigualdades, da miséria e da pobreza.

Apreende-se então que o sistema capitalista não só cria suas crises, a fim de ultrapassar suas barreiras e assim expandir suas operações e dominação, mas também administra e gerencia suas crises, bem como o "deslocamento mais ou menos temporário das crescentes contradições", pois é com elas que o sistema agrega novos instrumentos de autodefesa contínua (MÉSZÁROS, 2002, posição 18.116).

Observa-se, então, que o processo de reestruturação produtiva, expressão privilegiada de resposta capitalista à sua crise, necessita cada vez mais limitar os direitos sociais e os gastos estatais na área social. Neste contexto, emergem políticas de ajustes sob a ótica neoliberal com a justificativa de, supostamente, equilibrar os gastos públicos, o que culminou na criação do processo denomina-

do por Behring (2003) como contrarreformas, onde prevê intervenção e gastos mínimos do Estado, principalmente nos campos sociais com objetivo de tudo ser submetido à mercantilização, garantindo assim um "afastamento gradual do Estado de suas funções sociais intervencionistas, reduzidas ao controle da estabilidade monetária (metas de inflação baseadas em juros altos, remuneratório do capital especulativo)" (PAULA, 2016, p. 252-253).

O que está em curso não se caracteriza como "mais do mesmo" ou uma mudança de pele do neoliberalismo, mas vivencia-se um aprofundamento da violência do capital para com a classe trabalhadora, mediante retirada, de forma mais agressiva, dos direitos sociais conquistados, bem como a ocorrência de saques dos cofres públicos e retorno das privatizações dos aparelhos estatais. Logo, o ultraneoliberalismo desnuda a degradação da vida humana a partir de medidas institucionais de ataque à classe mais empobrecida, sob a justificativa de redução de gastos públicos e o pagamento da dívida pública (BEHRING; GISLAGHI; SOUZA, 2020).

Pereira (2020, p. 122) defende que se instalam crises econômicas e políticas a fim de resgatar e conservar valores tradicionais, os quais vêm sendo questionados e ameaçados por grupos organizados da sociedade, emerge então uma nova direita fruto da "fusão entre o neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo político, social e cultural". A autora afirma ainda que a nova direita só conseguiu sua legitimidade mediante uso contínuo da manipulação, com a qual conseguiu condições favoráveis para sua disseminação em uma sociedade hiperespetacularizada, terreno fértil para cooptação e dominação dos segmentos populares, bem como convertê-los em massa de manobra. Burgaya (2020) ratifica que a política contemporânea não tem a finalidade de transformar o mundo, mas sim de promover emoções a troco de consentimento, bem como deslocando os espaços de importantes decisões tradicionais, a exemplo dos parlamentos, para meios de comunicação de massas, tal como o *Twitter*, caracterizando-se assim como uma política modo *just in time*.

Nesta redução exponencial do Estado na provisão dos direitos sociais previstos na Constituição Federal, ocorre o aprofundamento da questão social, pois mesmo em crise sanitária da COVID-19 não houve um recuo das ações neoliberais que, além de sobreviverem, se radicalizaram e assumiram "um perfil de genocídio em massa e que atinge, sobretudo, a classe trabalhadora em seus setores mais empobrecidos, a partir de um discurso que submete a defesa da vida à economia" (BEHRING; GISLAGHI; SOUZA, 2020, p. 106).

Dentro dessa lógica, as implicações desses processos de metamorfoses no mundo do trabalho envolvem a inclusão de novas modalidades de emprego, tal como a implementação do receituário neoliberal, a partir das mudanças nas modalidades de trabalho; além disso, as políticas macroeconômicas mundiais

impõem aos países periféricos índices de crescimento econômico, propiciando a intensificação do quadro de desemprego e, consequentemente, a ampliação do grau de miserabilidade; assim como as relações humanas estão a se desmanchar, o que acarreta novas demandas e requisições aos profissionais que atuam nas políticas de proteção social. (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010).

Diante desta conjuntura, o mercado de trabalho da/o assistente social também sofrerá as metamorfoses do mundo do trabalho, tendo em vista que o profissional está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, logo, constitui-se como trabalhador/a assalariado/a que dispõe da sua força de trabalho por meio de normas contratuais, tais como salário, jornada de trabalho, entre outros, assim como tem que responder às exigências impostas pelos distintos empregadores (IAMAMOTO, 2009), no qual, também, convive com os dilemas da classe trabalhadora no processo de transformação capitalista.

As condições e relações de trabalho das/os assistentes sociais estão sendo demasiadamente atingidas, assim como sua autonomia relativa, atendendo às pautas da precarização do trabalho por meio da redução e cortes orçamentários no atendimento às novas demandas oriundas deste processo de transformação de reestruturação capitalista no mundo do trabalho (CEOLIN, 2014).

3 - IMPACTO DA COVID-19 NO TRABALHO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL

É nesse contexto complexo em que ocorre a pandemia da COVID-19 que as/os assistente sociais são convocadas/os para atuarem nas políticas sociais, principalmente nas consideradas linhas de frente no combate ao novo vírus letal, tais como saúde e assistência social, tendo em vista que se configura como dever ético "participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública" em face do atendimento e na defesa das necessidades e interesses das/os usuárias/os (BRASIL, 2012, p. 27).

Diante disso, esse cenário trouxe desafios para o trabalho profissional em favor das necessidades reais das/os usuárias/os, como bem pontua Matos (2021), as/os assistentes sociais conhecem e atuam nos problemas advindos das lacunas dos sistemas de proteção social. Nesse sentido, requisita-se desses profissionais apropriação de conteúdos referentes aos protocolos de saúde pública e o atendimento das novas normativas postas pelas instituições empregadoras nesse cenário de calamidade pública.

Portanto, verifica-se a ocorrência de modificações com a emergência de medidas de isolamento social, o que levou a paralisação de atendimentos pre-

senciais em alguns equipamentos estatais considerados não essenciais, a inclusão de sistema de rodízio e/ou redução da carga horária de trabalho a fim de evitar aglomerações e possíveis contaminações das/os trabalhadoras/es, como também a adoção de home office ou trabalho remoto.

Uma das medidas de maior impacto é o trabalho remoto, pois necessitou das/os assistentes sociais o manuseio de tecnologias da informação e comunicação de forma mais intensa para realizar suas atividades laborais, principalmente daquelas/es que atuam no sociojurídico, logo requereu um aprimoramento e a "construção de instrumentos e técnicas de atuação que se enquadrassem na nova modalidade de intervenção, de forma excepcional" (BEZERRA; MEDEIROS, 2021, p. 56). Na área da saúde, as/os profissionais ressignificam o seu uso apenas de comunicação para ferramenta de acompanhamento e relações de cuidado com pacientes (BARBOSA; SILVA, 2020).

Tejadas e Junqueira (2021), Lole (2021) e Raichelis e Arregui (2021) chamam atenção acerca dessa modalidade de trabalho e a questão de gênero, pois é sabido que o Serviço Social é composto majoritariamente por mulheres e a elas, de acordo com a tradicional divisão sexual do trabalho, são destinadas atribuições relacionadas ao cuidado de outrem em todos os níveis da vida, e neste contexto pandêmico em que além de acometer com a doença, retira a rede de apoio e solidariedade que as auxiliam para que pudessem realizar suas atividades laborais, fazendo com que ocorra uma invasão do trabalho no ambiente da vida privada. Conforme Tejadas e Junqueira (2021, p. 111), "o trabalho remoto se desenrola em meio ao cuidado de filhos e idosos que coabitam", ocasionando a essas mulheres sobrecarga de trabalho, pois ora tem que atender as requisições institucionais, ora tem que atender as demandas familiares.

Verifica-se, então, que essa nova forma de intervenção profissional pode prejudicar a qualidade do serviço e reflete diretamente na qualidade ética e técnica do trabalho, dificuldade na garantia do sigilo e o estabelecimento de um vínculo de confiabilidade com as/os usuárias/os, além da dificuldade de acesso por parte das/os usuárias/os acessar os meios de comunicação. Soma-se aos problemas a questão das/os assistentes sociais que foram direcionadas/os para esta modalidade de trabalho, sem algum preparo ou subsídios monetários ou disposição de equipamentos por parte das instituições empregadoras (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021, p. 111).

Matos (2020, 2021), Wiese (2020), Raichelis e Arregui (2021), Caliento e Soares (2021) coadunam que neste cenário pandêmico as instituições requisitaram das/os assistentes sociais o exercício de atribuições que extrapolam as especificidades da profissão preconizadas pelo Código de Ética, pela Lei de Regulamentação da Profissão e Resoluções e Orientações do conjunto CFESS/CRESS. Apesar do Serviço Social ter como objeto as diversificadas expressões da ques-

tão social e formação de natureza generalista, a/o profissional deve ater-se às suas atribuições privativas e competências e independente de trabalho coletivo e/ou em contexto de calamidade pública, conforme afirma Matos (2020, p. 240):

> Mesmo em uma situação de calamidade, de uma pandemia, não se pode referendar o discurso de que todos/as devem fazer tudo. Mesmo nessas situações devemos nos ater àquilo que temos competência. Isso resguarda nosso agir profissional e rema contra a sua desprofissionalização.

Portanto, as alterações na forma das intervenções em situações atípicas podem ocorrer, como também a inserção de novos instrumentos e metodologias no arcabouço da dimensão técnico-operativa, tais como reuniões e atendimentos pela via remota, sob a luz das demais dimensões que direcionam o fazer e as escolhas profissionais, mas a sua função social juntamente com as atribuições e competências profissionais permanecem e não podem sucumbir aos tensionamentos de natureza polivalente preconizados pelo mercado. No entanto, Faquin et al. (2021) pontuam que há uma lacuna na formação profissional em relação ao debate acerca do trabalho em contextos de emergências e calamidade pública, o que torna um desafio para o trabalho profissional, o qual tem seu cotidiano modificado em virtude de novas demandas sociais e institucionais.

Nesse sentido, o conjunto CFESS/CRESS tem cumprido "o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional" (BRASIL, 2012, p. 48), mediante publicação de informativos, notas de recomendação e orientações sobre o trabalho profissional na pandemia do novo coronavírus, em decorrência da identificação de requisições que não competem ao Serviço Social, tal como "fazer triagem de casos clínicos de usuários; preencher formulário de notificação de pacientes sintomáticos ao coronavírus; repasse de boletim médico aos familiares, pessoalmente e por telefone; comunicação de óbitos; atividades administrativas e suporte da recepção" (NEGRI; SANTOS; KRÜGER, 2020, p. 9).

Sendo necessária a reafirmação e defesa das atribuições e competências profissionais, direitos e deveres garantidos pelas normativas profissionais, por exemplo a garantia do sigilo e autonomia profissional. Prevê também a garantia do cumprimento dos protocolos de proteção e segurança definidos pelos órgãos de saúde e pelas instituições empregadoras, com objetivo de prevenção de contágio das/os profissionais que atuam na linha de frente no combate da COVID-19 e suas inflexões sociais. Neste sentido, o conjunto CFESS/CRESS propõe "estratégias técnicas e políticas de atuação, considerando as dimensões

ética, política e técnica do exercício profissional da assistente social" (NEGRI; SANTOS; KRÜGER, 2020, p. 13).

4 - PRINCIPAIS DEMANDAS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

Diante do exposto, as transformações ocasionadas pelas constantes crises estruturais do capital, as quais alteram as condições de vida e trabalho da população mais vulnerável, se agudizam no contexto pandêmico. Destarte, as demandas, já conhecidas, postas às/aos assistentes sociais que trabalham nas diversas políticas sociais públicas e no âmbito privado aumentam e têm de viabilizar o alívio dos impactos sociais e econômicos ocasionados por este cenário, além de também atender as demandas institucionais, estas que nem sempre estão em consonância com suas atribuições e competências profissionais.

4.1 Caminho Metodológico

A pesquisa intitulada "Projetos Societários em disputa em tempos de pandemia e o exercício profissional do Assistente Social do Pará/Amazônia legal", coordenada pela Profa. Dra. Cilene Braga, da Universidade Federal do Pará, em conjunto com o CRESS, foi realizada no período de 2020 a 2021, com objetivo de identificar e analisar as relações de trabalho profissional dos assistentes sociais que atuaram nas políticas sociais no estado do Pará em tempos de pandemia/COVID-19. A referida pesquisa também emerge de solicitação do CRESS, com a finalidade de mapeamento e conhecimento das principais demandas e as condições éticas e técnicas do exercício profissional neste cenário de pandemia, como também de subsidiar suas ações em favor da categoria profissional.

A coleta de dados foi definida como instrumento de investigação, através da utilização de questionário online na plataforma *Google Forms*, a qual permite coletar informações através de questionário online gratuito. Assim, elaborou-se coletivamente sessenta e cinco (65) perguntas de modo a responder aos objetivos que a pesquisa em questão propunha investigar, após os ajustes foi realizada a divulgação nas redes sociais e site oficial do CRESS 1° Região, bem como pelos meios eletrônicos, como correios eletrônicos e aplicativos de mensagens instantâneas.

O questionário ficou disponível durante o período de setembro de 2020 a julho de 2021 nas plataformas digitais supracitadas, registrou trezentos e doze

(312) respostas válidas conforme o público-alvo definido. Dessa forma, foram organizadas em quatro (04) grandes categorias de análise, a saber: perfil, formação, trabalho profissional e trabalho na pandemia, e assim foi construído um rico banco de dados a ser analisado e divulgado.

4.2 Perfil Profissional

Antes de adentrar às principais demandas pontuadas pelas/os assistentes sociais participantes, cabe aqui apresentar o perfil quanto ao gênero, faixa etária, orientação sexual, estado civil, formação e trabalho profissional. No que concerne ao gênero, cerca de 90% são do sexo feminino e 10% masculino, com faixa etária entre 30 a 40 anos (39%), 40 a 50 anos (24%), 20 a 30 anos (23%) e 50 e acima de 60 anos (14%). Acerca da orientação sexual, identificou que 93,91% declararam ser heterossexuais, 3,53% homossexuais, 2,24% bissexuais, 1% outras, sendo que um/a participante respondeu que se considera normal e demais optaram por não responder.

Quanto ao estado civil, cerca de 49,68% são solteiras/os, 38,46% são casadas/os, 5,13% vivem em união estável, 5,7% são divorciadas/os ou separadas/os. No que tange à etnia/raça, predominantemente se declararam como negras/os (pretas/os e pardas/os) 84,94%, seguidos por 14,10% brancas/os, 0,32% indígena e 0,64% não informaram. Neste indicador foi identificado que uma participante respondeu que é brasileira.

Quanto à formação profissional, verifica-se a predominância na modalidade presencial em instituições privadas com 37%, 35% são egressos da universidade pública e presencial, 24% se formaram no ensino à distância (EAD) e 4% no semipresencial em instituições privadas.

Na categoria trabalho profissional, verificou-se que 52% possuíam algum tipo de vínculo empregatício, mas 43% se encontravam em desemprego e 5% estão desempregadas/os, porém, trabalharam durante o período de pandemia[20]. Quanto ao vínculo empregatício, cerca de 43% são servidoras/es públicas/os, 28% tinham natureza temporária, 23% são celetistas (CLT), 3% atuaram como terceirizadas/os e 2% eram bolsistas CAPES ou residentes.

Quanto à carga horária de trabalho, considerando apenas o primeiro vínculo de trabalho, 122 responderam que cumprem as 30 horas semanais preconizadas pelas legislações profissionais[21], 41 responderam que cumprem 40 horas

20 Importante mencionar que o parâmetro é acerca do período de pandemia 2020 a 2021, levando em consideração o recorte temporal da pesquisa em questão.

21 Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/93) e Lei 12.317/2010.

semanais, 7 cumprem 20 horas semanais, 3 informaram que cumprem carga horária entre 40 e 60 horas semanais.

No que tange ao nível salarial, 19% recebem entre 1 a 2 salários-mínimos, 17% ganham entre 2 a 3 salários-mínimos, 11% ganham em torno de 3 a 5 salários-mínimos, 7% entre 5 a 8 salários-mínimos e somente 4% recebem mais de 8 salários-mínimos.

4.3 Demandas Sociais

4.3.1 Benefícios, auxílios, apoios assistenciais

Os resultados preliminares sinalizam que houve um aumento exponencial das demandas referentes a benefícios previdenciários e apoios assistenciais, tais como benefício de prestação continuada, cestas básicas, aluguel social, auxílio funeral, entre outros, tendo em vista que os postos de trabalho, sejam eles formal e/ou informal, foram suspensos ou reduzidos em virtude das medidas de restrição de circulação de pessoas, resultando em altas taxas de desempregos.

Segundo o DIEESE (2020a), no contexto de pandemia, houve redução do número de pessoas ocupadas no país no primeiro semestre de 2020, cerca de 26,3 milhões de brasileiras/os não exerceram uma ocupação e 30 milhões de pessoas tiveram seus rendimentos reduzidos. Diante disto, a classe trabalhadora teve grandes perdas, principalmente no que tange à redução da sua renda, a qual teve uma diminuição em 18%, soma-se a ineficiência do governo em instituir programas de auxílio e socorro à população (DIEESE, 2020a).

> A pandemia acaba mascarando os números, pois muitos brasileiros que perderam o emprego, e estariam procurando uma nova vaga não saíram para buscar ocupação, desaparecendo da estatística. Nesse contexto de deterioração das condições do mercado de trabalho, vem crescendo a informalidade, impulsionada pela crise e pelo ambiente de desregulamentação que se instalou desde o impeachment de 2016. (DIEESE, 2020a, p. 3).

Com a perda dos postos de trabalho e sem proteção social ou trabalhista, as desigualdades sociais se agudizaram, ocorrendo o retorno do Brasil ao mapa da fome com o aumento substancial de pessoas em situações de extrema pobreza, em torno de 1,2 milhão ingressantes, correspondendo a um aumento de 9,0% comparado aos anos pré-pandêmicos de 2019 e 2020, com maior inci-

dência na região do Nordeste, que em março de 2021 representou 12% da população local, enquanto no Sul o número equivale a menos de 2% e 3% da população de Santa Catarina e Paraná, respectivamente. Ressalta-se que "muitas pessoas na situação de pobreza extrema sequer fazem parte do Cadastro Único, simplesmente por não terem acesso à rede de proteção social", a exemplo das pessoas em situação de rua (DIEESE, 2021, p. 2).

Os mais afetados com as consequências sociais aprofundadas pela pandemia foram negros, mulheres, trabalhadores com escolaridade baixa e jovens (DIEESE, 2020b), perfil este identificado também no público principal das políticas sociais, principalmente da assistência social.

Política pública esta considerada primordial no atendimento às vulnerabilidades sociais, principalmente em casos de calamidade pública, a partir do trabalho social com famílias, cujo objetivo é de identificar as necessidades reais e assim propor ações de proteção das populações que estão com vulnerabilidade social, conforme é preconizado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009).

4.3.2. Violência baseada no gênero e contra pessoas idosas

A segunda demanda mais expressiva informada pelas/os participantes foi referente aos atendimentos às vítimas de violência baseada no gênero e contra pessoas idosas, tendo em vista que neste contexto de pandemia a convivência das vítimas com seus/as agressores/as passou a ser 24h/dia em virtude de isolamento social.

A violência com o público em questão não se manifesta somente pelo ato físico e/ou sexual, mas configura também a psicológica, institucional, patrimonial, conforme definido pelas legislações específicas[22].

Segundo os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), em 2020 foram registradas, pelo disque denúncia, 694.131 ligações das vítimas ou testemunhas referentes à violência doméstica, um aumento de 16,3% comparado ao ano anterior à pandemia, só no Pará foram 9.058. Informa também que houve 230.160 registros de lesão corporal dolosa, na região paraense foram registradas 7.122 ocorrências, um aumento de 8% comparado com 2019. Foram concedidas 294.440 medidas protetivas de urgência, onde no Pará foram concedidas 9.919.

Este mesmo Anuário sinaliza que em 2020 houve 3.913 homicídios de mulheres no Brasil, onde 1.350 casos foram caracterizados como feminicídio,

22 Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) e Lei Maria da Penha (11.340/2006).

as vítimas de violência baseada no gênero tinham entre 18 e 44 anos (77,7%), mas se registrou cerca de 6,8% de pessoas com ou mais de 60 anos e 4,1% em adolescentes de 12 a 17 anos. Quanto à etnia e raça, pontuam que 61,8% eram mulheres negras e 0,9% eram indígenas.

Acerca dos autores, 81,5% dos casos foram cometidos por companheiros ou ex-companheiros, quanto ao instrumento utilizado, 55,1% não foram armas de fogo, mas sim perfurantes, cortantes e outros. No que concerne aos locais de ocorrência do crime em questão, 54% ocorreram nas suas residências, principalmente no período da noite (31,4%). Quanto aos estados que apresentaram maiores números homicídios classificados como feminicídio, foram Mato Grosso com 59,6%, Roraima com 56,3%, e Santa Catarina com 55,3%, o Pará registrou 37,1% dos casos.

No que diz respeito à violência contra pessoas idosas, de acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a respeito do número de denúncias no Disque 100, até março de 2020 foram registrados três mil casos, mas em maio houve dezessete mil casos[23]. Moraes et al. (2020, p. 4178) aludem que acontece de forma silenciosa e, geralmente, "[...] encoberta pelas relações de proximidade e dependência entre a vítima e o autor da agressão, bem como pelo medo de retaliações e abandono", o que pode se tornar mais nocivo a esse público.

As autoras pontuam algumas vulnerabilidades que pessoas idosas são suscetíveis e que as colocam em situações como esta, a primeira é sobre a discriminação e a dificuldade no cumprimento da proteção e promoção de envelhecimento em sua condição plena e saudável deste público de forma pluridimensional, dinâmica e integrada. A segunda se relaciona com as condições precárias de vida, pois boa parte dos/as idosos/as brasileiros/as sobrevivem apenas com suas aposentadorias ou pensões, que, por vezes, são insuficientes para custear os itens essenciais para sua sobrevivência, tais como alimentação, medicamentos, custos relativos às contas residenciais e outros, agrava-se quando esta se caracteriza como a única renda da residência em que coabitam diferentes gerações, segundo a pesquisa realizada em 2021 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), na qual sinaliza-se que 91% da população idosa brasileira contribuem com a renda familiar, onde 52% são principais provedores (FCDL-SC, 2021). Camarano (2021) sinaliza que em virtude da realidade pandêmica com altas taxas de desemprego e, consequentemente, idosos se tornando únicos provedores da renda familiar, corre-se o risco de que em caso de um destes falecer, a família entra na pobreza.

Esta população também é alvo de isolamento e abandono por parte dos

23 Dados utilizados da reportagem de Carolina Mazzi para O Globo em 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/yyh5knpx.

seus núcleos familiares, há os residentes de instituições de longa permanência, que por vezes não oferecem condições adequadas de promover uma velhice saudável, tornando-os mais vulneráveis (MORAES et al., 2020). Diante das situações elencadas, as autoras discorrem que o aumento das violências contra a população idosa no período de pandemia:

> [...] são fruto de fatores macroestruturais, comunitários, relacionais e individuais, que interagem e se retroalimentam, promovendo cenários facilitadores e dificultadores para a ocorrência das violências, muitos deles sensivelmente impactados pela crise sanitária, econômica e pelo distanciamento social prolongado durante a pandemia. (MORAES et al., 2020, p. 4179).

Ou seja, a pandemia agudiza as situações de violência de diversas modalidades contra a pessoa idosa, desencadeia especialmente o abuso financeiro tendo em vista que a redução dos postos de trabalhos resulta em diminuição drástica de renda familiar (MORAES et al., 2020). Nesse cenário, ocorre também a redução da rede de apoio social, tais como atividades lúdicas voltadas ao seu bem-estar, atividades religiosas, o acesso aos serviços de saúde e outros, limitando assim as notificações de casos de violência e que, consequentemente, o sistema de proteção não é acionado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a pandemia emerge em meio à crise estrutural do capitalismo em sua forma mais perversa com reduções drásticas de direitos sociais da classe trabalhadora, então a crise sanitária aprofundou as ações que já estavam em curso e tornou visível a degradação da vida humana em níveis catastróficos.

Nesse contexto, assistentes sociais vêm sendo requisitadas/os a trabalhar diretamente com as populações mais vulneráveis em cenários de calamidade pública, principalmente no período pandêmico com atuação principal junto com as famílias e indivíduos, a fim de viabilizar ações de alívio dos danos causados. Como classe trabalhadora, também sofre as refrações do mercado de trabalho, com novas modalidades de trabalho, o que gera desafios a serem debatidos e questionados pela categoria profissional, com o objetivo de garantir a qualidade dos serviços, bem como a função social da profissão, que nesses últimos

anos vem sendo questionada a partir de uma onda conservadora fora e dentro do Serviço Social.

A pesquisa realizada no período de 2020 a 2021 na Região Metropolitana de Belém, a qual objetivou identificar e analisar o trabalho das/os assistentes sociais em contexto de pandemia, apontou que as principais demandas sociais colocadas ao Serviço Social estão relacionadas aos apoios e benefícios socioassistenciais e ao atendimento de violências baseadas no gênero e contra pessoas idosas.

A solicitação de atendimentos para solicitar auxílio e apoio socioassistenciais é reflexo da redução dos postos de trabalho, mercado este que anteriormente já apresentou novos modelos de trabalhos a partir da contrarreforma das leis trabalhistas com vínculos empregatícios frágeis, logo, a classe trabalhadora já estava sofrendo fortes ataques, e se aprofunda durante o período de crise sanitária, que aumentou o número de pessoas em situação de extrema pobreza.

As violências cometidas para com esta população em questão já apresentavam números consideráveis de ocorrência e, na maioria dos casos, se faziam cumprir as ações estabelecidas pelas legislações específicas, estas que são frutos de luta e reconhecimento das vulnerabilidades desta população.

Cabe salientar que a violência contra mulheres e pessoas idosas não podem ser consideradas apenas como um efeito do cenário pandêmico e muito menos das medidas de restrição e isolamento social, estas que foram ações necessárias para frear a contaminação, pelo contrário, elas são estruturais e advêm de uma série de falhas no sistema de proteção social em favor deste público.

Necessita-se então de fortalecimento das políticas destinadas a mulheres e pessoas idosas mediante ações intersetoriais, como saúde, assistência social, sistema de justiça, a fim de facilitar o acesso ao sistema de proteção social, como também garantir a prevenção e notificação precoce para reverter o quadro de violência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Anália da Silva; SILVA, Ana Paula Procopio da. O cuidado em saúde mental no cenário de pandemia da COVID-19: a experiência de (re)organização do CAPS UERJ. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). **Para além da quarentena:** Reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contra-Reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a política social. In: BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes Freire. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. Serviço Social e crise estrutural do capital em tempos de pandemia. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 53-69, 2021.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social e Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BURGAYA, Josep. O enfraquecimento da noção de cidadania: rumo a uma democracia iliberal. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (Org.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política:** transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

CALIENTO, Laura; SOARES, Joseilma. Demandas, competências e atribuições profissionais: reflexões sobre as condições éticas e técnicas. In: Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira:** reflexões e perspectivas no contexto da pandemia. Recife: Ed. UFPE, 2021.

CAMARANO, Ana Amélia. Os dependentes da renda dos idosos e o coronavírus: órfãos ou novos pobres? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4169-4176, 2020. Disponível em: https://tinyurl.com/2cwx45e5. Acesso em: 22 jan. 2022.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis; PRÉDES, Rosa. A Precarização do Trabalho e das Políticas Sociais na Sociedade Capitalista: Fundamentos da Precarização do Trabalho do Assistente Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 1, p. 1-24, jan-jun 2010.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Desigualdades sociais e econômicas se aprofundam. **Boletim de Conjuntura**, n. 29, jun/jul. 2021.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Brasil em crise. Qual será o futuro? **Boletim de Conjuntura,** n. 23, jul./ago. 2020a.

_____. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Primeiros impactos da pandemia no mercado de trabalho. **Boletim Emprego em Pauta**, n. 15, jul. 2020b.

FAQUIN, Evelyn Secco *et al.* Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia COVID-19. **Temporalis**, v. 21, n. 41, p. 119-135, 2021.

FCDL-SC. Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina. 52% dos idosos são os principais responsáveis pelo sustento da casa, revela CNDL/SPC. **FCDL Santa Catarina**, Notícias, 7 maio 2021. Disponível em: https://tinyurl.com/2ny94y6t. Acesso em: 22 jan. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 15. 2021. Disponível em: https://tinyurl.com/d95kxa7a. Acesso em: 10 jan. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.

LOLE, Ana. Trabalho e Serviço Social em tempos de pandemia da Covid-19.

In: GARCIA, Ana Lucia da Silva; MACIEL, Heloisa Helena Mesquita; ALCHORNE, Sindely (org.). **Reflexões dialogadas sobre práticas profissionais em contextos de pandemia e de lutas por direitos humanos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 85-98. (Série O Social em Debate).

MATOS, Maurílio Castro de. A pandemia da COVID-19 e o trabalho de assistentes sociais na saúde. In: LOLE, Ana; STAMPA, Inez; GOMES, Rodrigo Lima R. (Org.). **Para além da quarentena:** Reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

_____. (Des)informação nos serviços de saúde em tempos de pandemia da Covid-19: uma questão ética e uma requisição enviesada ao trabalho de assistentes sociais. **Revista em Pauta:** teoria social e realidade contemporânea, v. 19, n. 48, 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo editorial, 2002. Edição Kindle.

MORAES, Claudia Leite de et al. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4177-4184, 2020.

NAKATANI, Paulo. O capitalismo em crise: reforma ou revolução? In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; BERNARDES, Franciani. (Org.). **Contrarreformas ou revolução:** respostas ao capitalismo em crise. São Paulo: Cortez, 2020.

NEGRI, Fabiana Luiza; SANTOS, Maria Teresa dos; KRÜGER, Tânia Regina. **Atuação da/o assistente social em face da pandemia da covid19:** orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS. Florianópolis: DSS/UFSC, 2020.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. **Estado capitalista e serviço social:** o neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Papel Social, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova direita, corporocracia e política social. In: PEREIRA, Potyara Amazoneida P. (Org.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política:** transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço**

Social & Sociedade, n. 140, p. 134-152, 2021.

RATHSAM, Luciana. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. **UNICAMP**, Cultura e Sociedade, São Paulo, 14 abr. 2021. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na--pandemia-virulencia-da-ignorancia. Acesso em: 10 mar. 2023.

TEJADAS, Silvia da Silva; JUNQUEIRA, Maíz Ramos. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 101-117, 2021.

WIESE, Michelly Laurita. Serviço social e a interlocução com a determinação social na saúde em tempos de pandemia. **Sociedade em Debate**, v. 26, n. 3, p. 146-159, 2020.

Retornar ao Sumário

PARTE 2

Retornar ao Sumário

RELATÓRIO

RESULTADOS DA PESQUISA "PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DO PARÁ/ AMAZÔNIA LEGAL"

Organização

Cilene Sebastiana da Conceição Braga
Patrícia Nayara de Seixas Negrão
Laura Michele Serrão Lima Gomes
Jheninffer Priscila Matos de Figueiredo
Welson de Sousa Cardoso
Ethiene da Purificação dos Anjos Santos

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO 126
- 1 AMOSTRA DA PESQUISA 128
- 2 PERFIL PROFISSIONAL 129
- 3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL 138
- 4 TRABALHO PROFISSIONAL 142
- 5 TRABALHO PROFISSIONAL NA PANDEMIA DE COVID-19. 158
- 6 CONCLUSÃO 178
- 7 REFERÊNCIAS 187

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Resposta das/os entrevistadas/os que afirmaram não acompanhar as notícias do sistema CFESS/CRESS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a situação empregatícia durante o período de 2020 a 2022.
Tabela 02 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a faixa etária durante o período de 2020 a 2022.
Tabela 03 – Distribuição das/os assistentes sociais por identidade de gênero segundo a posição de chefia de família, 2020 a 2022.
Tabela 04 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo modalidade de moradia por existência de coabitação, 2020 a 2022.
Tabela 05 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o número de cômodos no domicílio, 2020 a 2022.
Tabela 6 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o motivo de afastamento do trabalho pelo profissional durante o período de 2020 a 2022.
Tabela 07 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de situações adversas no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Tabela 8 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo condições de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a situação empregatícia durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 02 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a identidade de gênero, 2020 a 2022.
Gráfico 03 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a orientação sexual, 2020 a 2022.
Gráfico 04 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a Raça/Cor autodeclarada, 2020 a 2022.
Gráfico 05 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o estado civil, 2020 a 2022.
Gráfico 06 – Percentual das/os assistentes sociais segundo existência de filhos, 2020 a 2022.
Gráfico 07 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a posição de chefia da família, 2020 a 2022.
Gráfico 08 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o tipo de regime de moradia no imóvel, 2020 a 2022.
Gráfico 09 – Percentual das/os assistentes sociais segundo modalidade de moradia por existência de coabitação, 2020 a 2022.
Gráfico 10 – Percentual dos assistentes sociais segundo o ano de conclusão da graduação, 2020 a 2022.
Gráfico 11 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a instituição de ensino na qual cursou a graduação, 2020 a 2022.
Gráfico 12 – Percentual das/os assistentes sociais segundo modalidade de ensino da graduação, 2020 a 2022.
Gráfico 13 – Sugestões de cursos de aperfeiçoamento profissional para assistentes sociais no enfrentamento da pandemia de Covid-19, 2020 a 2022.
Gráfico 14 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o espaço institucional onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 15 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a área de atuação onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 16 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o município de atuação onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 17 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a natureza jurídica da instituição onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 18 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o vínculo de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 19 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de já ter trabalhado ou trabalhar em hospital gerenciado por organização social durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 20 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de modalidade de trabalho aplicada no seu local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 21 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a carga horária semanal aplicada em seu primeiro local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 22 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a carga horária semanal aplicada em seu segundo local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 23 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a faixa salarial durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 24 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a possibilidade de recebimento de adicional vinculado ao trabalho executado durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 25 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o tipo de transporte utilizado para se deslocar ao local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 26 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a vertente teórico-metodológica que orienta o seu trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 27 – Distribuição das/os assistentes Sociais por grupo estudado segundo a existência de supervisão de estágio executada pela/ entrevistada/o no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 28 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de estágio ocorrendo no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.
Gráfico 29 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo

a prioridade de ocorrência de estágio no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 30 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a prática de acompanhamento das notícias do sistema CFESS/CRESS durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 31 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 32 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o medo das/os profissionais de contrair Covid-19 no ambiente de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 33 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais federais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 34 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais estaduais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 35 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais municipais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 36 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a disponibilidade de EPIs no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 37 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a solicitação da gestão para disponibilidade de EPIs no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 38 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a qualidade dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 39 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a disponibilidade de treinamento para uso e descarte correto dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 40 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de contratação para trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 41 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo

a opção de contratação para atuar fora do estado de domicílio durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 42 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de treinamento da equipe para lidar com crises de saúde durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 43 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção da instituição manter o acesso a infraestrutura de higienização durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 44 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de afastamento do trabalho pelo profissional durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 45 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de ter feito teste de Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 46 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de afastamento por suspeita de infecção por Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 47 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a quantidade de profissionais afastados do local de trabalho por suspeita de infecção por Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 48 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de garantias acessadas pelas/os profissionais afastados do local de trabalho por suspeita de infecção por Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 49 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de óbito em decorrência do Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 50 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de acesso a políticas de suporte emocional ou psicológico dedicado aos profissionais durante o período de 2020 a 2022.

Gráfico 51 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a procura a políticas de suporte emocional ou psicológico pelas/os profissionais durante o período de 2020 a 2022.

APRESENTAÇÃO

O Conselho regional de Serviço Social – CRESS 1ª Região, apresenta este relatório com os resultados da pesquisa intitulada **"PROJETOS SOCIETÁRIOS EM DISPUTA EM TEMPOS DE PANDEMIA E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DO PARÁ/AMAZÔNIA LEGAL",** que visa trazer grandes contribuições a categoria de assistentes sociais do estado do Pará. Obtendo como recorte temporal os anos de 2020 e 2021, anos que apresentaram grandes desafios para os/as profissionais inscritos neste regional, assim como estudantes e todos os âmbitos de debates acerca da profissão.

A partir da construção da equipe de trabalho, várias reuniões na modalidade remota aconteceram para debater as propostas metodológicas e construção de instrumentos de levantamento de dados. Assim, gerou-se, a partir do trabalho coletivo envolvendo pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e dos três grupos de pesquisa com conselheiros do CRESS 1ª Região, o formulário de questões relativas ao trabalho profissional e os desafios estruturais (anexo). Este formulário foi adicionado na página do CRESS 1ª Região na internet para que a categoria profissional pudesse ter acesso de maneira ampliada e participasse da pesquisa. A divulgação ocorreu pelas redes de contato dos grupos de pesquisa, mala direta e redes sociais do CRESS 1ª Região, respeitando os princípios da transparência da administração pública e da Lei Geral da Proteção de Dados. A coleta de dados se deu totalmente de forma remota e sigilosa, corroborando com os princípios éticos profissionais.

A elaboração deste relatório ficou sob responsabilidade de Patrícia Nayara de Seixas Negrão (Assessora especial do CRESS 1ª Região), Laura Michele Serrão Lima Gomes (Doutoranda do PPGSS da UFPA), Professora Cilene Sebastiana da Conceição Braga (Professora Dra. da FASS/UFPA) e Ethiene da Purificação dos Anjos Santos (Doutoranda do PPGSS da UERJ) todas pesquisadoras do Grupo de Pesquisa, Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social da Amazônia - TRADHUSS. As primeiras sistematizações dos dados foram desenvolvidas por Jheninnffer Priscila Matos de Figueiredo (Mestranda do PPGSS da UFPA) e membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia – GEPSS.

Reafirmamos o compromisso ético-político de que a produção de conhecimento é de ordem pública e deve ser utilizada para alcançar melhores resultados na defesa da profissão e da visão de

mundo emancipatória, pois, em que pese a responsabilidade de publicizar os dados, reiteramos que quem deles se utilizar deve referenciar a fonte, corroborando com a divulgação irrestrita e responsável das defesas do Serviço Social crítico e eticamente comprometido.

Assim, apresentamos com muito orgulho, os resultados da pesquisa para utilização da comunidade acadêmica, da categoria profissional, da sociedade em geral e das entidades representativas em defesa do Projeto Ético-Político profissional para construção de suas ações, debates e para reinvindicação de maiores espaços para as bandeiras de lutas profissionais.

Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 1ª Região (Gestão Não se render, nem recuar: O CRESS em todo Lugar – 2022/2023).

1 - AMOSTRA DA PESQUISA

A pesquisa "Projetos Societários em Disputa em Tempos de Pandemia e o Exercício Profissional do Assistente Social do Pará/Amazônia Legal" tem sua amostra subdivida em três grupos, sendo 134 desempregadas/os, 17 desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia e 161 empregadas/os ativas/os, dessa forma o percentual de entrevistadas/os com vínculo empregatício ativo durante a pandemia foi de 57,05% entrevistadas/os, conforme apresentado na tabela 01.

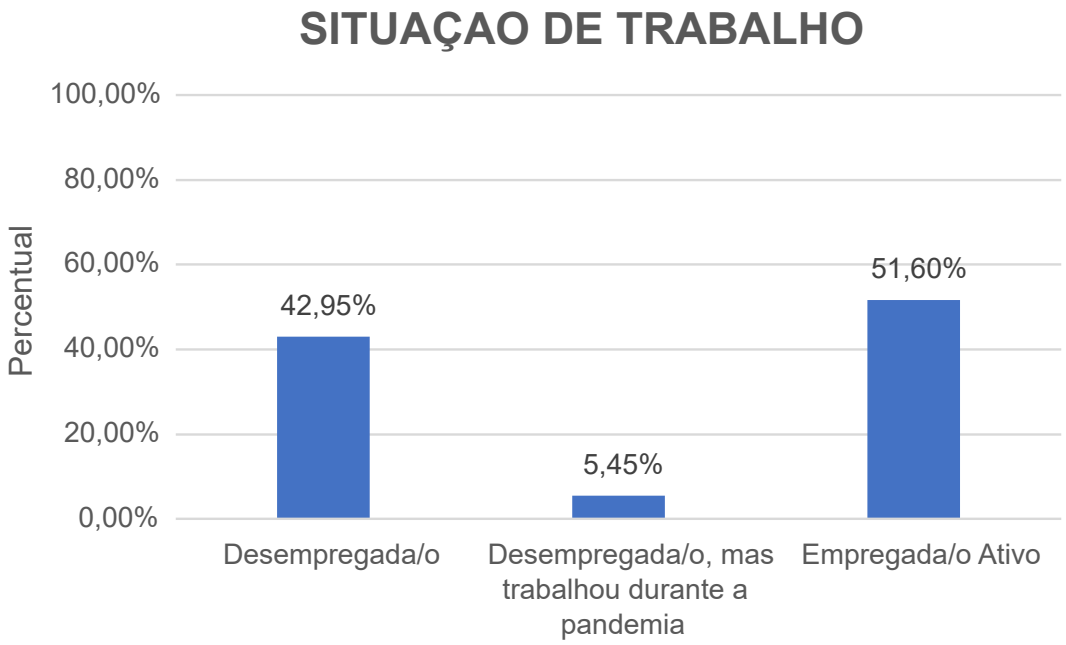
Tal informação se torna relevante, pois, apenas as/os entrevistadas/os com vínculo empregatício ativo respondem ao formulário completo, de forma que os tópicos 1 e 2 do presente relatório apresentam a sumarização dos dados considerando toda a amostra, enquanto os tópicos 3 e 4 apresentam informação sumarizada apenas dos grupos "desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia" e "empregadas/os ativas/os".

Tabela 01 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a situação empregatícia durante o período de 2020 a 2022.

Situação	Assistentes Sociais	%
Desempregada/o	134	42,95
Desempregada/o, mas trabalhou durante a pandemia	17	5,45
Empregada/o Ativo	161	51,60
Total	312	100,00

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Gráfico 01 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a situação empregatícia durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

2 - PERFIL PROFISSIONAL

A pesquisa apresenta a composição do perfil profissional das/os assistentes sociais do Estado do Pará, com destaque para os indicadores como: faixa etária, identidade de gênero, orientação sexual, e outros.

Desta forma, evidencia-se na pesquisa, que as faixas etárias das/os participantes se dividem da seguinte forma: 84 assistentes sociais na faixa etária menor que 30 anos (26,92%); 121 assistentes sociais na faixa etária entre 31 a 40 anos (38,78%); 71 assistentes sociais na faixa etária entre 41 a 50 anos (22,76%); 32 assistentes sociais na faixa etária entre 51 a 60 anos (10,26%); 03 assistentes sociais com mais de 61 anos (0,96%), conforme tabela abaixo. Importante destacar que as/os participantes estão na faixa etária entre 20 anos a 60 ou mais, destacando que os maiores índices demonstrados no gráfico são de pessoas entre 30 a 40 anos e, consecutivamente, menos de 30 anos. Conforme pode ser observado na tabela abaixo.

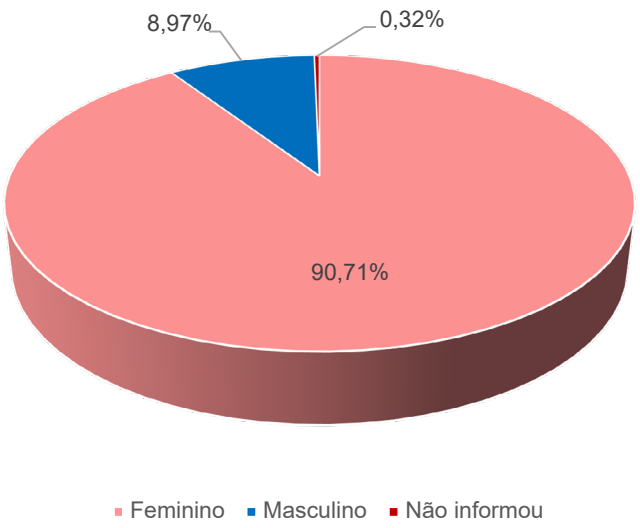
Tabela 02 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a faixa etária durante o período de 2020 a 2022.

Idade	Assistentes Sociais	%
Menos de 30 anos	84	26,92
Mais de 30 a 40 anos	121	38,78
Mais de 40 a 50 anos	71	22,76
Mais de 50 a 60 anos	32	10,26
60 anos ou mais	3	0,96
Não informou	1	0,32
Total	312	100,00

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à identidade de gênero, observa-se entre as/os entrevistadas/os da pesquisa que 283 pessoas (90,7%) são do sexo feminino e 28 pessoas (8.97%) são do sexo masculino. Corroborando com o que vem sendo apresentado em nível nacional, em uma categoria que conta com mais de 200 mil profissionais, sendo majoritariamente formada por mulheres (CFESS, 2022), conforme apresenta o Gráfico 02.

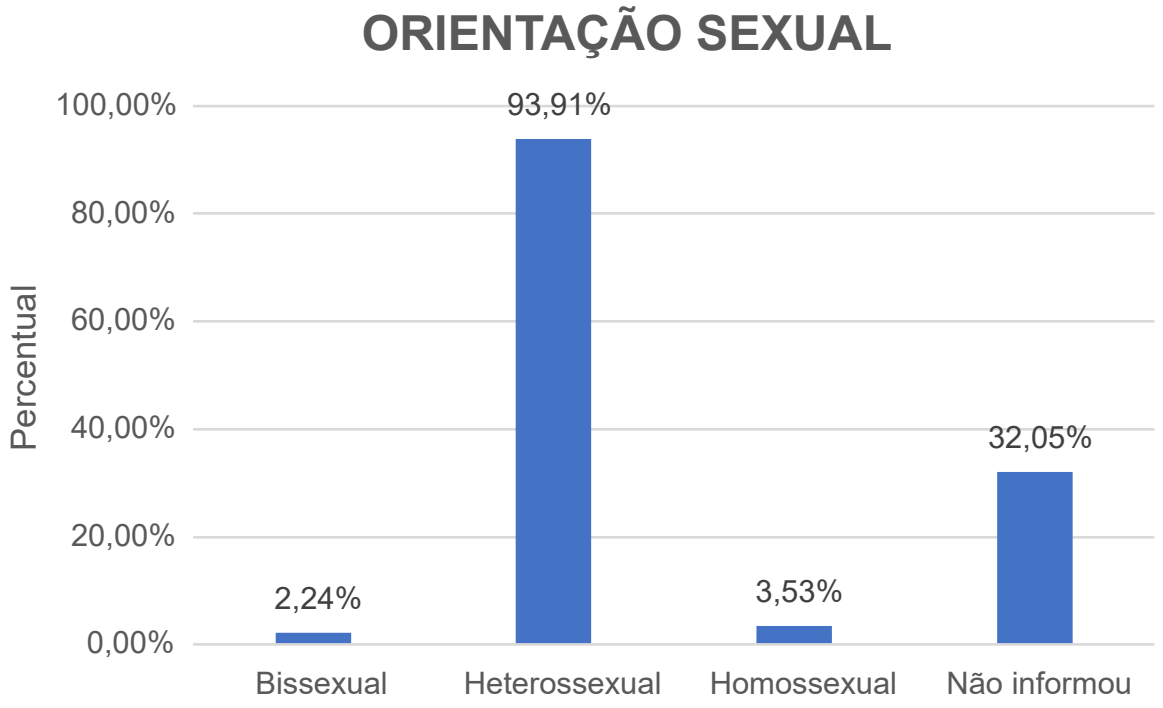
Gráfico 02 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a identidade de gênero, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a orientação sexual, o Gráfico 03 aponta que: 293 profissionais se identificam com a orientação heterossexual, correspondendo a 93,91% das/os entrevistadas/os, enquanto 11 entrevistadas/os se identificam com a orientação homossexual, correspondendo a 3,53% do total.

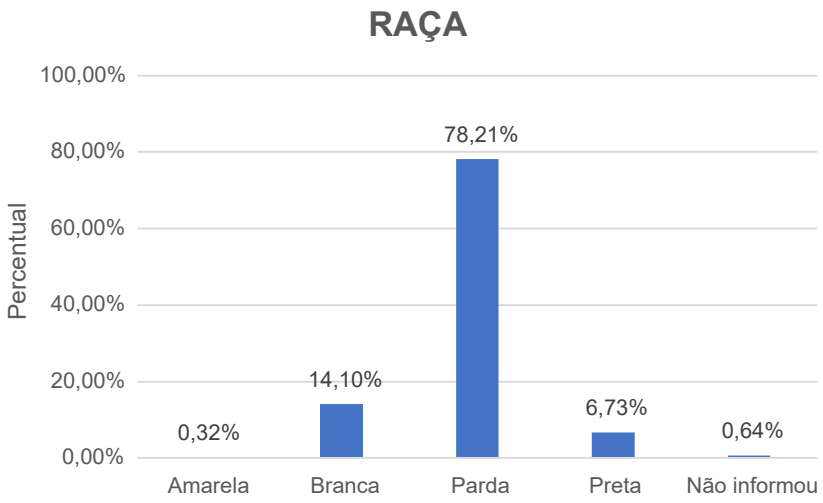
Gráfico 03 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a orientação sexual, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à autodeclaração (cor, raça e/ou etnia), o Gráfico 04 aponta os seguintes dados, 244 profissionais (78,21%) se autodeclaram pardas/os; 44 profissionais (14,10%) se autodeclaram como brancas/os; 21 profissionais (6,73%) se autodeclaram pessoas pretas; e 01 profissional (0,32%) se autodeclara amarela/o.

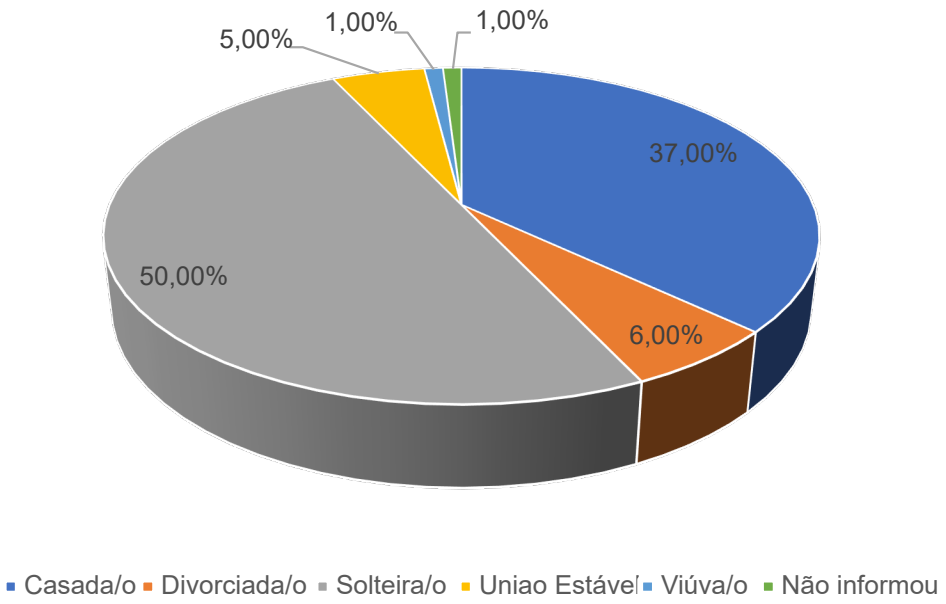
Gráfico 04 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo a Raça/Cor autodeclarada, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao estado civil, observa-se que dentre as/os participantes os índices e porcentagens se dividem da seguinte forma: 155 assistentes sociais informaram estar solteiros, correspondendo a 50%, enquanto 120 assistentes sociais informaram estar casados, correspondendo a 38% do total. Conforme pode ser observado no Gráfico 05.

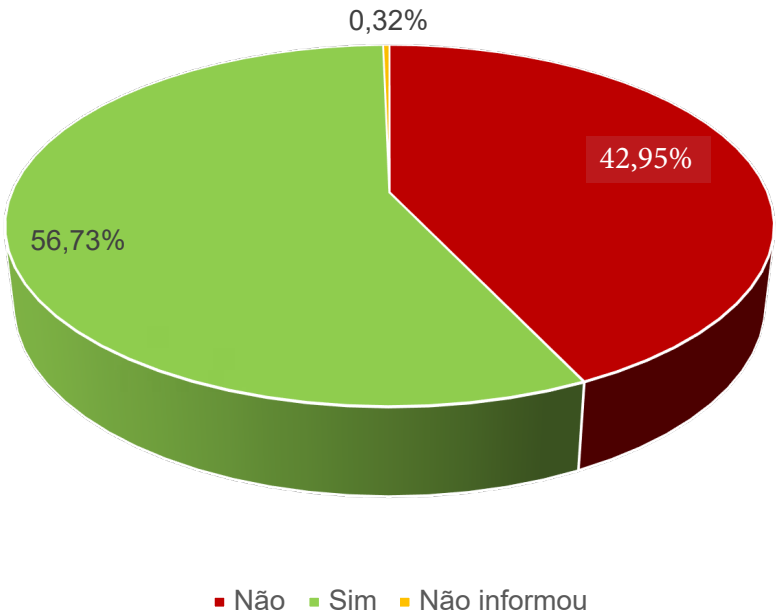
Gráfico 05 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o estado civil, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre o quesito ter ou não filhas/os, destaca-se que 177 participantes afirmaram ter filhas/os, correspondendo a 56,7% do total, contudo não foi informado por nenhum/a entrevistada/o a quantidade de filhas/os, conforme o Gráfico 06.

Gráfico 06 – Percentual das/os assistentes sociais segundo existência de filhos, 2020 a 2022.

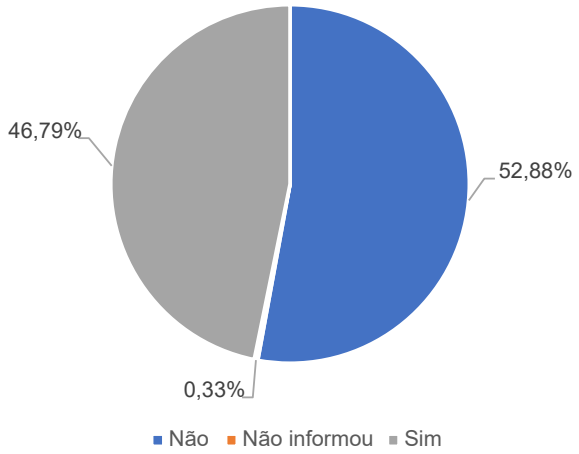


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Perguntou-se ainda na pesquisa, sobre ser "chefes de família", termo utilizado aos que são provedoras/es de sua família com relação a questão financeira, assim identificou-se que 146 assistentes sociais (46,79%) disseram que sim, são "chefes de família", enquanto 165 assistentes sociais (52,88%) responderam que não. Ver Gráfico 07.

Gráfico 07 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a posição de chefia da famí-

lia, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Para melhor analisar o impacto deste questionamento na amostra, foi executado o cruzamento das variáveis "identidade de gênero" e "chefe de família", como pode ser observado na Tabela 03, a qual aponta que 130 entrevistadas/os se identificam com o gênero feminino e declaram ser "chefe de família"; ou seja, 89% das/os entrevistadas/os declaram ser "chefe de família". Contudo, quando comparado ao total de assistentes sociais entrevistadas/os este percentual representa 42% deste total; ou seja, 42% das/os entrevistadas/os são do gênero feminino e representam a chefia da família.

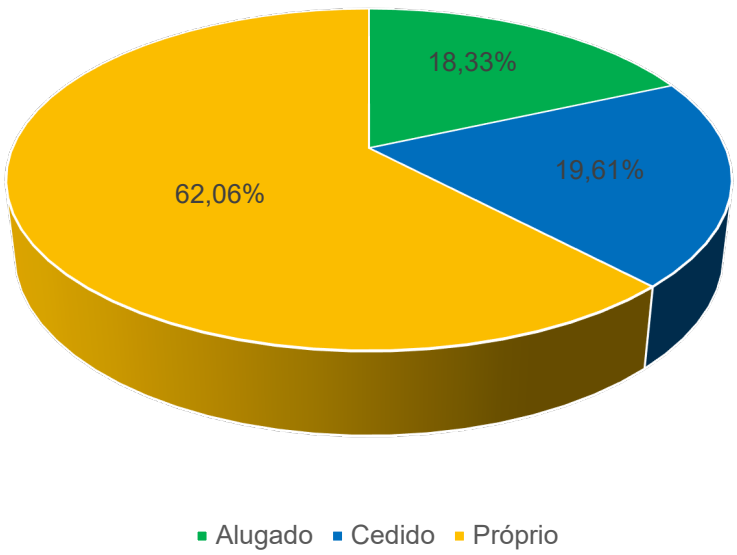
Tabela 03 – Distribuição das/os assistentes sociais por identidade de gênero segundo a posição de chefia de família, 2020 a 2022.

Identidade de gênero	Chefe de Família				Total	
	Sim	%	Não	%	Assistentes Sociais	%
Feminino	130	45 (89)	153	49 (92)	283	90,7
Masculino	16	5 (11)	12	3,8 (7)	28	9
Não respondeu	-	-	1	0,2 (1)	1	0,3
Total	146	47	166	53	312	100

Nota: os valores entre parênteses representam o percentual calculado sobre o valor total de cada coluna da variável "chefe de família".
Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Com relação à moradia, destaca-se que 193 entrevistadas/os afirmaram residir em imóveis próprios, correspondendo a 62,06% das/os entrevistadas/os, enquanto 61 entrevistadas/os afirmaram residir em imóveis cedidos, correspondendo a 19,61% do total. Ver Gráfico 08.

Gráfico 08 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o tipo de regime de moradia no imóvel, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Com o intuito de padronizar as respostas, como observado no Gráfico 08, 19,61% das/os entrevistadas/os afirmaram residir em imóveis cedidos, esta categoria englobando as categorias "cedido", "casa de familiares" e "compartilhado"; enquanto 62,06% das/os entrevistada/os afirmaram residir em imóveis próprios, esta categoria englobando as categorias "próprio", "financiado" e "negociado".

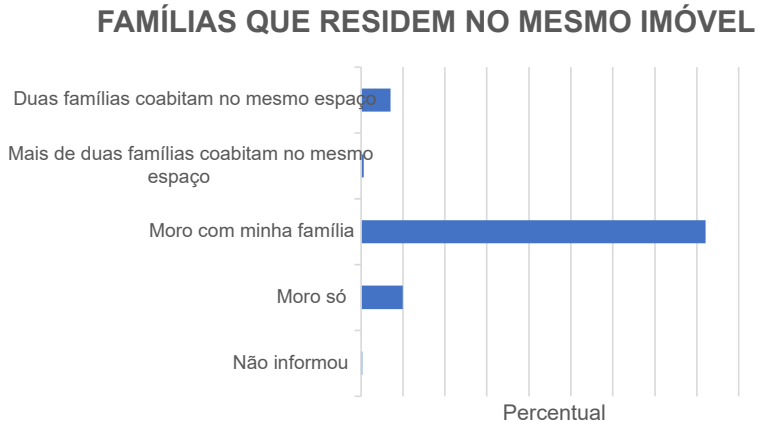
Tabela 04 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo modalidade de moradia por existência de coabitação, 2020 a 2022.

Família que residem no mesmo imóvel	Assistentes Sociais	%
Duas famílias coabitam no mesmo espaço	22	7,05
Mais de duas famílias coabitam no mesmo espaço	2	0,64
Moro com minha família	256	82,05
Moro só	31	9,94
Não informou	1	0,32
Total	312	100

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Considerando a moradia por coabitação, observa-se a partir da Tabela 04 e o Gráfico 09 que 256 entrevistadas/os informaram morar apenas uma família no imóvel, correspondendo a 82,05%; enquanto 31 entrevistadas/os informaram morar sozinhos e 22 afirmaram que duas famílias residem no mesmo imóvel, correspondendo a 9,94% e 7,05% do total de entrevistadas/os, respectivamente.

Gráfico 09 – Percentual das/os assistentes sociais segundo modalidade de moradia por existência de coabitação, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

A importância de saber sobre as condições e qualidade de vida em que as/os profissionais estão inseridas/os é reafirmada pela necessidade de se conhecer a realidade das/os profissionais de Serviço Social. Desta forma, quanto ao número de cômodos no domicílio das/os assistentes sociais entrevistadas/os, a Tabela 05 evidencia que o maior número de participantes possui residência própria, ressalta-se, no entanto, que não foi verificada as condições da moradia.

A Tabela 05 indica que 97 entrevistadas/os afirmaram que o domicílio possui cinco cômodos, correspondendo a 31% das/os entrevistadas/os, enquanto 58 entrevistadas/os afirmaram que seu domicílio possui quatro cômodos, correspondendo a 18,5% do total. Logo, pode-se concluir que em média os domicílios das/os entrevistadas/os possuem quatro cômodos, dado o fato que 35,9% das/os entrevistadas/os afirmaram que seu domicílio possui até quatro cômodos.

Tabela 05 – Distribuição das/os assistentes sociais segundo o número de cômodos no domicílio, 2020 a 2022.

Número de cômodos	Assistentes Sociais	%
Dois Cômodos	10	3,2
Três Cômodos	45	14,2
Quatro Cômodos	58	18,5
Cinco Cômodos	97	31,0
Seis Cômodos	38	12,1
Sete Cômodos	28	8,9
Oito Cômodos	16	5,1
Nove ou mais Cômodos	18	6,4
Não informou	2	0,6
Total	312	100

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

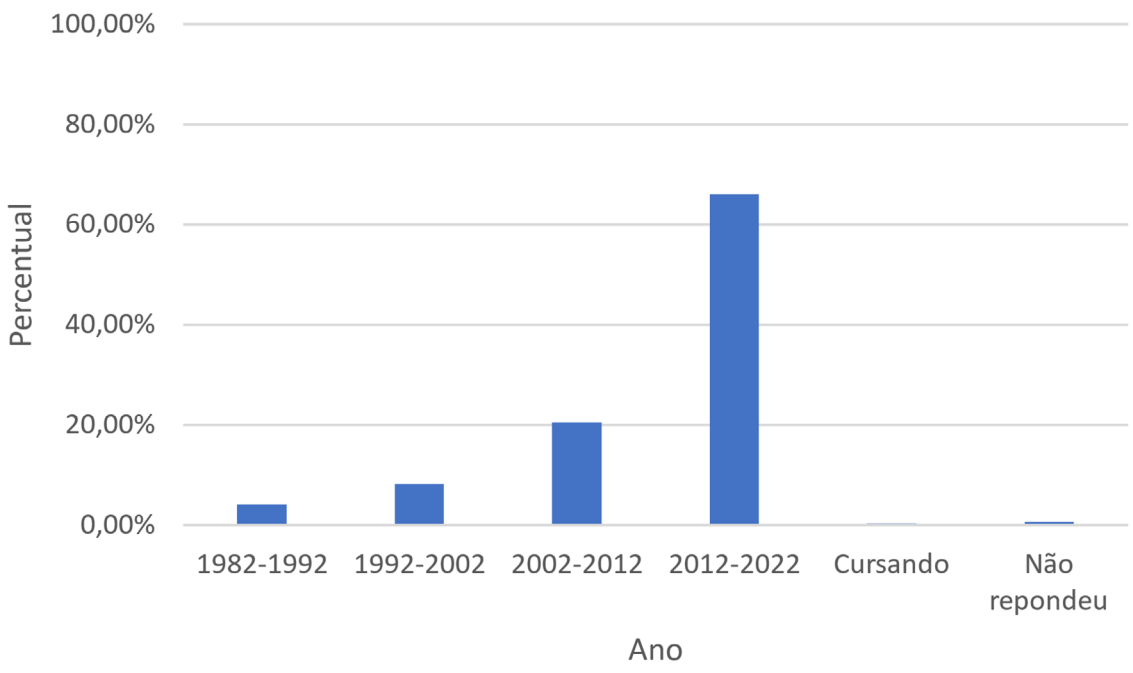
Em síntese, o perfil geral dessas/es profissionais indica ser uma profissão marcada hegemonicamente pelo sexo feminino, sendo 90,7% composto por mulheres, mantendo características históricas da profissão. Quanto à autodeclaração com relaçãoà cor, raça e/ou etnia, observa-se que 78,21% se autodeclaram pardas e 6,73% pretas. Quanto à faixa etária, observa-se que a maioria possui

entre 31 e 40 anos (38,78%). Quanto à orientação sexual, 93,91% responderam serem heterossexuais. Sobre o estado civil, 49,68% são solteiras e 89% chefiam famílias. Além disso, 56,7% das/os respondentes possuem filhos/as e 61,86% residem em imóveis próprios. Esses dados ratificam o que vem sendo pautado em pesquisas nacionais sobre o perfil das/os assistentes sociais.

3 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Outro eixo de análise da pesquisa é a Formação Profissional. Neste sentido, as questões relativas a esse item iniciam a partir do Gráfico 10. Observa-se que 206 entrevistadas/os concluíram a graduação entre os anos de 2012 e 2022, somando um total de 66,03%; ou seja, a maior parcela das/os participantes da pesquisa tem menos de dez anos de formada/o no curso de Serviço Social, indicando a forte presença de recém-formadas/os no mercado de trabalho. Enquanto que 20,51% se formaram entre 2002 e 2012 e as/os demais 86,54% das/os entrevistadas/os, formaram-se na graduação a menos de duas décadas.

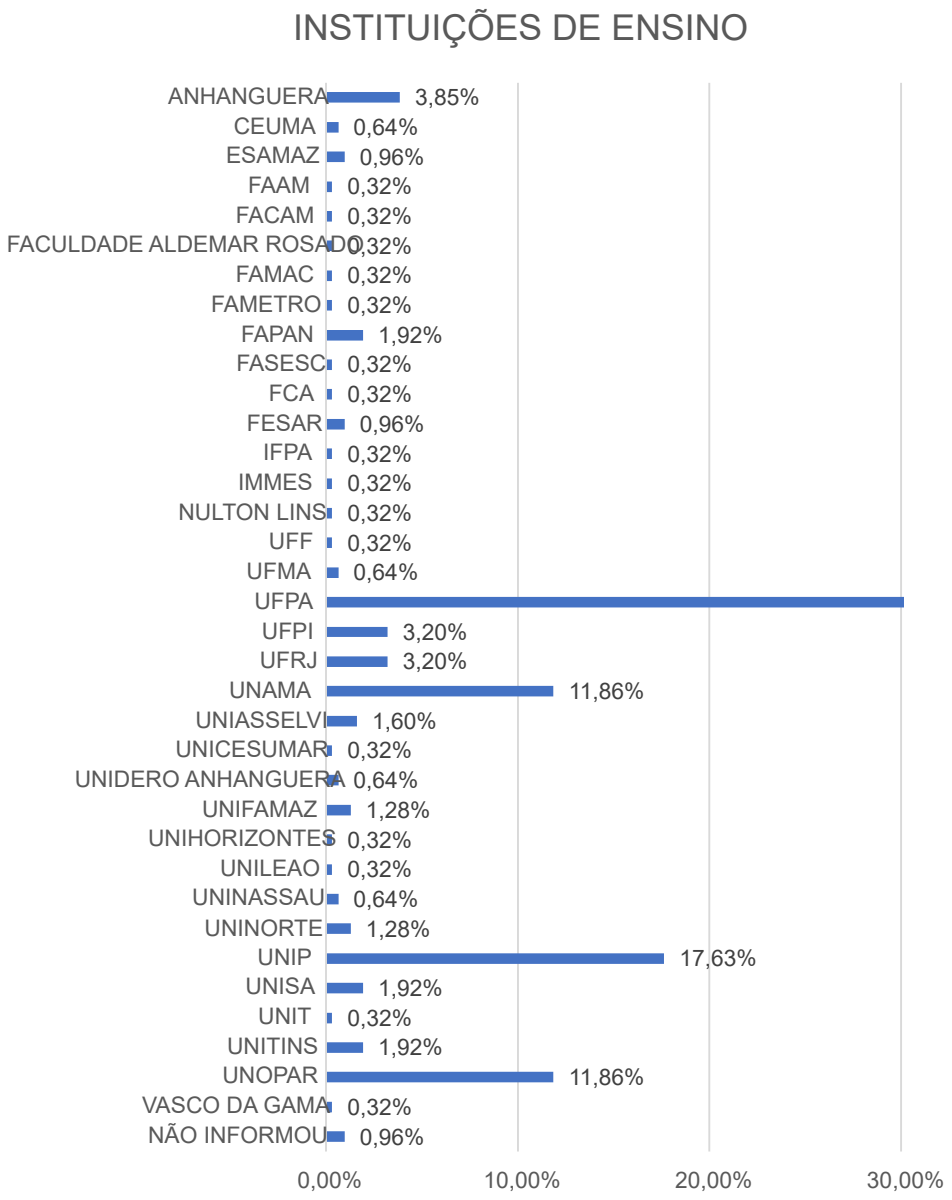
Gráfico 10 – Percentual dos assistentes sociais segundo o ano de conclusão da graduação, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

As principais instituições de formação indicadas pelas/os entrevistadas/os da pesquisa foram a Universidade Federal do Pará – UFPA, com 32,69%, detendo a maior participação; seguindo pela UNIP (17,63%); UNAMA (11,86%); UNOPAR (11,86%); e, ANHANGUERA, com 3,85%. Destaca-se que a maioria (mais de 60%) são oriundos de universidades privadas, conforme pode ser observado no Gráfico 11.

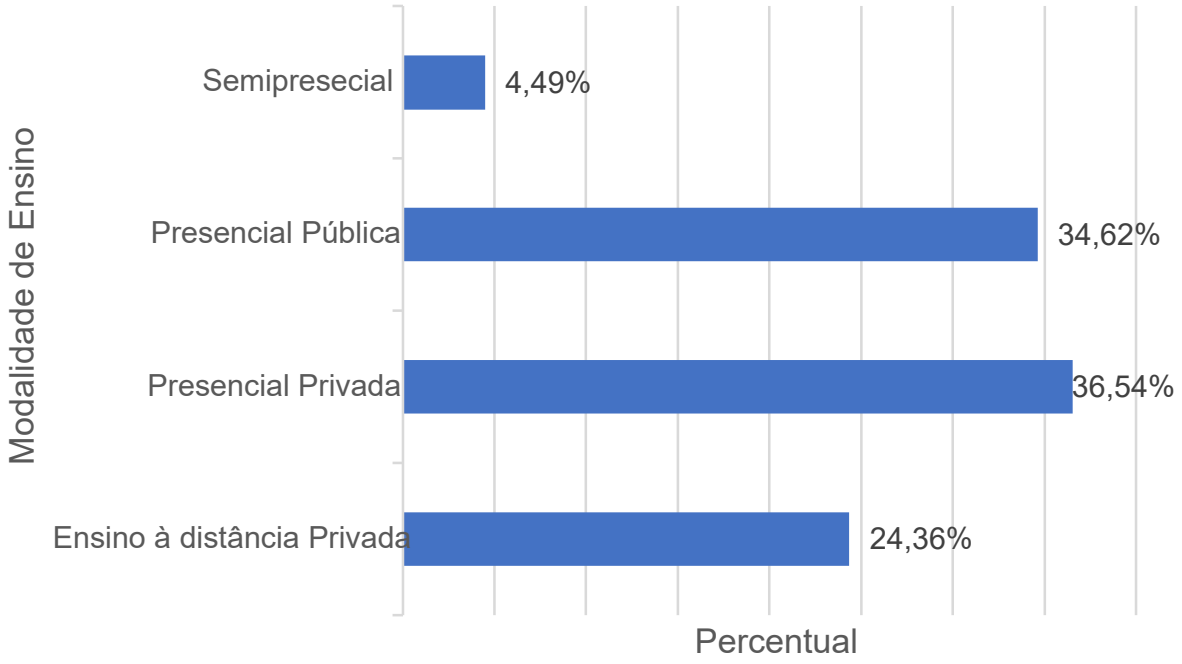
Gráfico 11 – Percentual das/os assistentes sociais segundo a instituição de ensino na qual cursou a graduação, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à modalidade de ensino, o Gráfico 12 evidencia um demonstrativo de 114 entrevistadas/os que afirmaram ter cursado Serviço Social em modalidade presencial privada, correspondendo a 36,54% das/os entrevistadas/os; enquanto 108 entrevistadas/os afirmaram ter cursado em modalidade presencial pública, correspondendo a 34,62% do total.

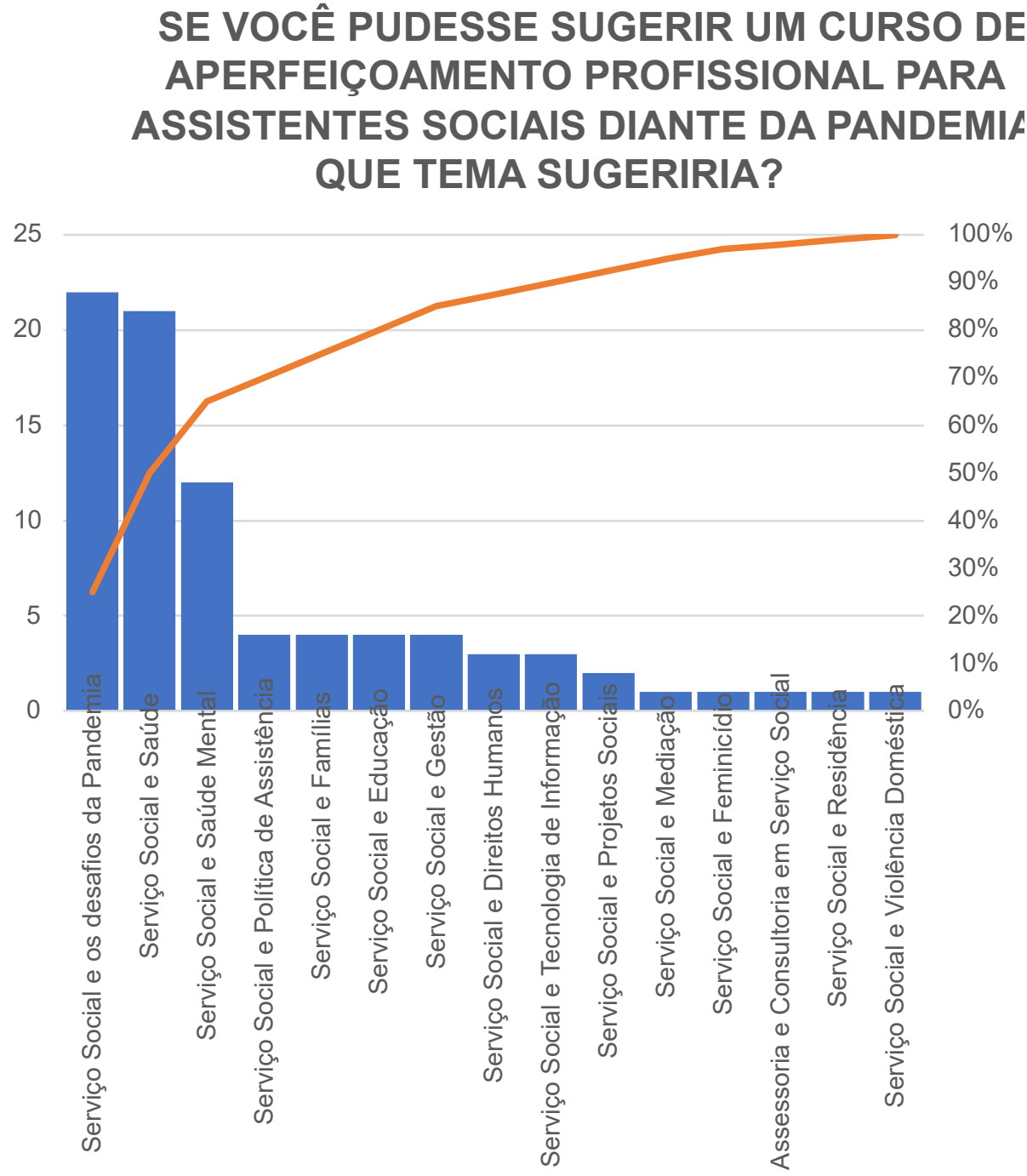
Gráfico 12 – Percentual das/os assistentes sociais segundo modalidade de ensino da graduação, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Na pesquisa realizada, sugeriu-se as/aos entrevistadas/os, que indicassem algumas sugestões de curso de aperfeiçoamento profissional para assistentes sociais no âmbito do enfrentamento à pandemia. No gráfico 13, observa-se um indicativo das demandas requeridas pelas/os profissionais em cursos profissionalizantes, tais como cursos de Serviço Social e os desafios da Pandemia; Serviço Social e Saúde; Serviço Social e Saúde Mental.

Gráfico 13 – Sugestões de cursos de aperfeiçoamento profissional para assistentes sociais no enfrentamento da pandemia de Covid-19, 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

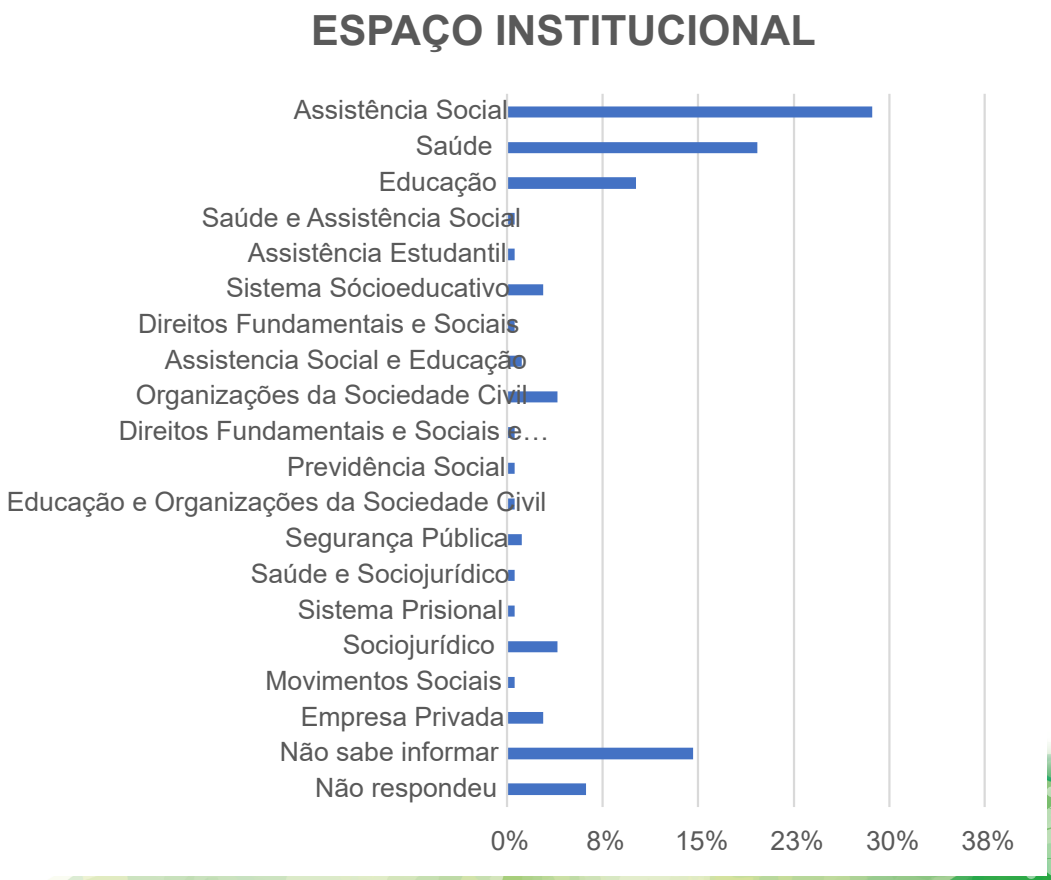
4 - TRABALHO PROFISSIONAL

Um dos pontos fundamentais da pesquisa refere-se ao trabalho profissional das/os assistentes sociais. Esta parte do relatório corresponde a 19 questões referentes à situação e às relações de trabalho descritas pelas/os entrevistadas/os. Conforme explicitado anteriormente, apenas dois grupos estudados responderam esta etapa do questionário, correspondendo a 178 entrevistadas/os, sendo 17 desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia e 161 empregadas/os ativas/os no mesmo período.

O Gráfico 14 apresenta o espaço institucional em que as/os entrevistadas/os estavam inseridas/os durante a pandemia de Covid-19, em que 29% das/os entrevistadas/os apontaram trabalhar na política de assistência social (CRAS, CREAS), estes foram os espaços mais destacados, outros 20% apontaram atuar nos espaços da área da saúde, seguidos da área da educação com 10%.

Destaca-se, na pesquisa acerca dos espaços institucionais, que houve um grande índice de pessoas que não souberam informar o seu local de atuação, 6% das pessoas entrevistadas/os não responderam e 15% não souberam informar esta questão.

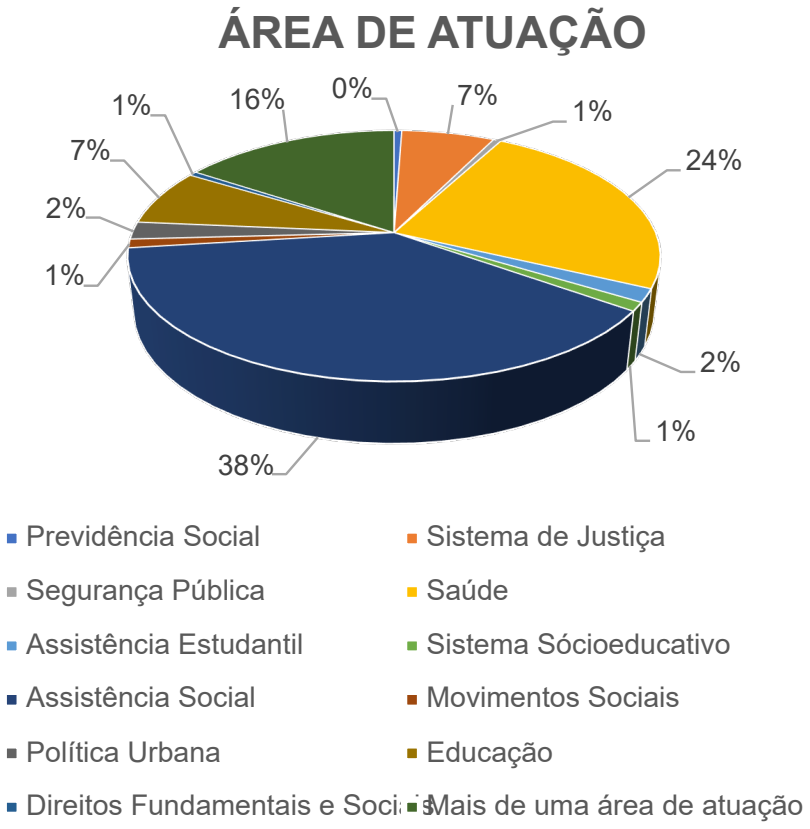
Gráfico 14 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o espaço institucional onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023

No Gráfico 15, entre as/os entrevistadas/os, 38% afirmaram atuar na área da assistência social, enquanto 24% das/os entrevistadas/os afirmaram atuar na área da saúde e, 16% afirmaram trabalhar em mais de um espaço de atuação, entre eles, destacamos os movimentos sociais e a Organização da Sociedade Civil.

Gráfico 15 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a área de atuação onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.



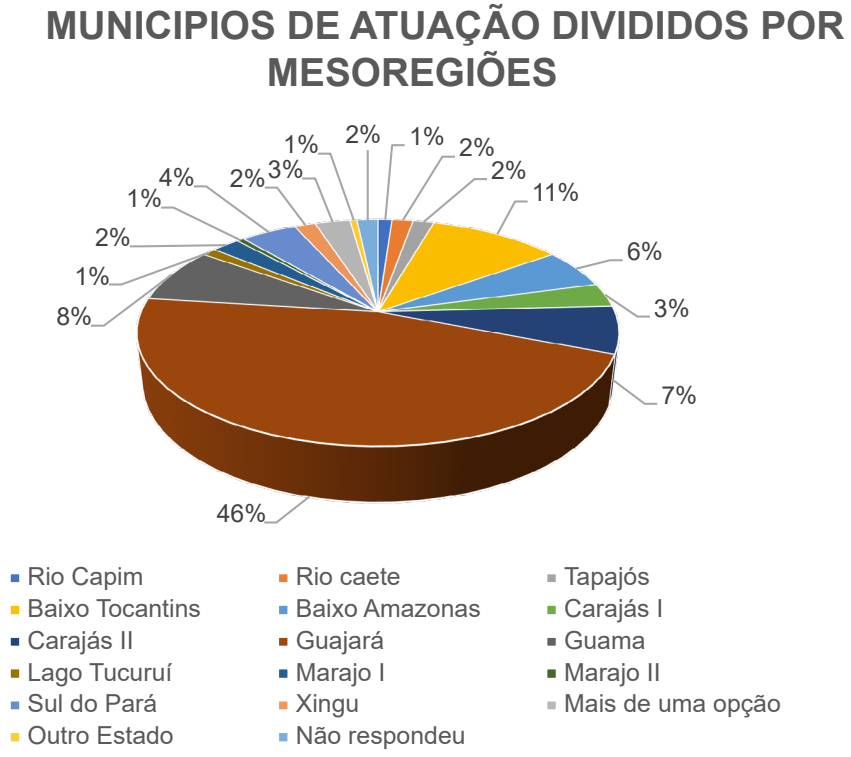
Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

O Gráfico 16 mostra, a partir da distribuição disponibilizada pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 1ª Região[24], o índice de profissionais que

24 Resolução CRESS 1ª Região nº 06 de 30 de agosto de 2022, que regulamenta o art. 5º do Regimento Interno do CRESS 1ª região e estabelece a nucleação de base do CRESS-NUCRESS, com o papel de interiorização, descentralização e democratização no âmbito da gestão política do CRESS 1ª região.

atuam conforme distribuição regional. Pode-se apontar que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os e não ativas/os, 46% das/dos entrevistadas/os afirmaram atuar profissionalmente na mesorregião do Guajará (Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará), enquanto 11% afirmaram atuar na mesorregião do baixo Tocantins (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia), os dados ainda mostraram a concentração de profissionais atuando principalmente nos municípios componentes da região metropolitana de Belém.

Gráfico 16 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o município de atuação onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.

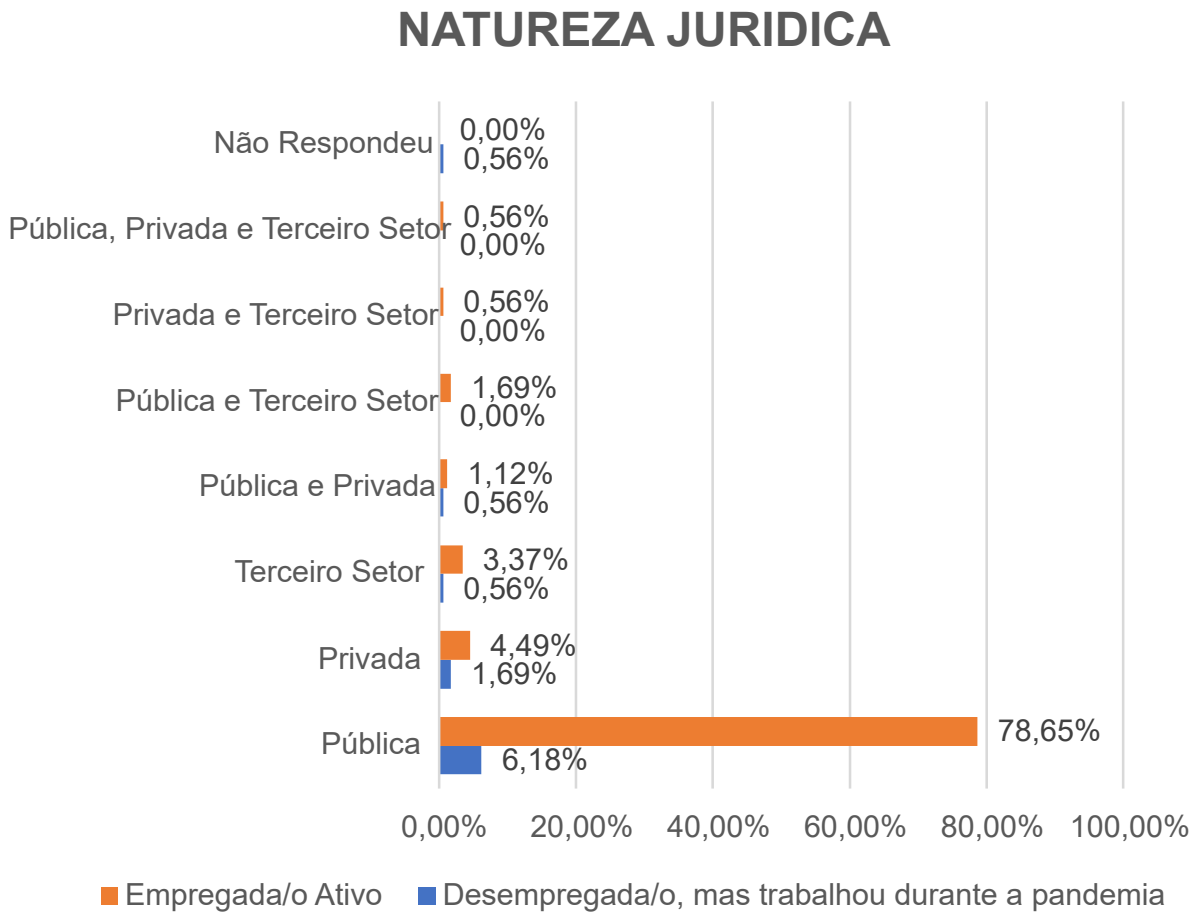


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à natureza jurídica da instituição, a análise evidencia que entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 78,65% das/os entrevistadas/os trabalham na esfera pública, 4,49% na esfera privada, e 3,37% são do terceiro setor. Entre o grupo de desempregadas/os que trabalharam durante a

pandemia, observa-se que 6,18% das/os entrevistadas/os são da esfera pública, 1,69% da esfera privada e 0,56% do terceiro setor, etc. Conforme pode ser visualizado no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a natureza jurídica da instituição onde trabalhava durante o período de 2020 a 2022.

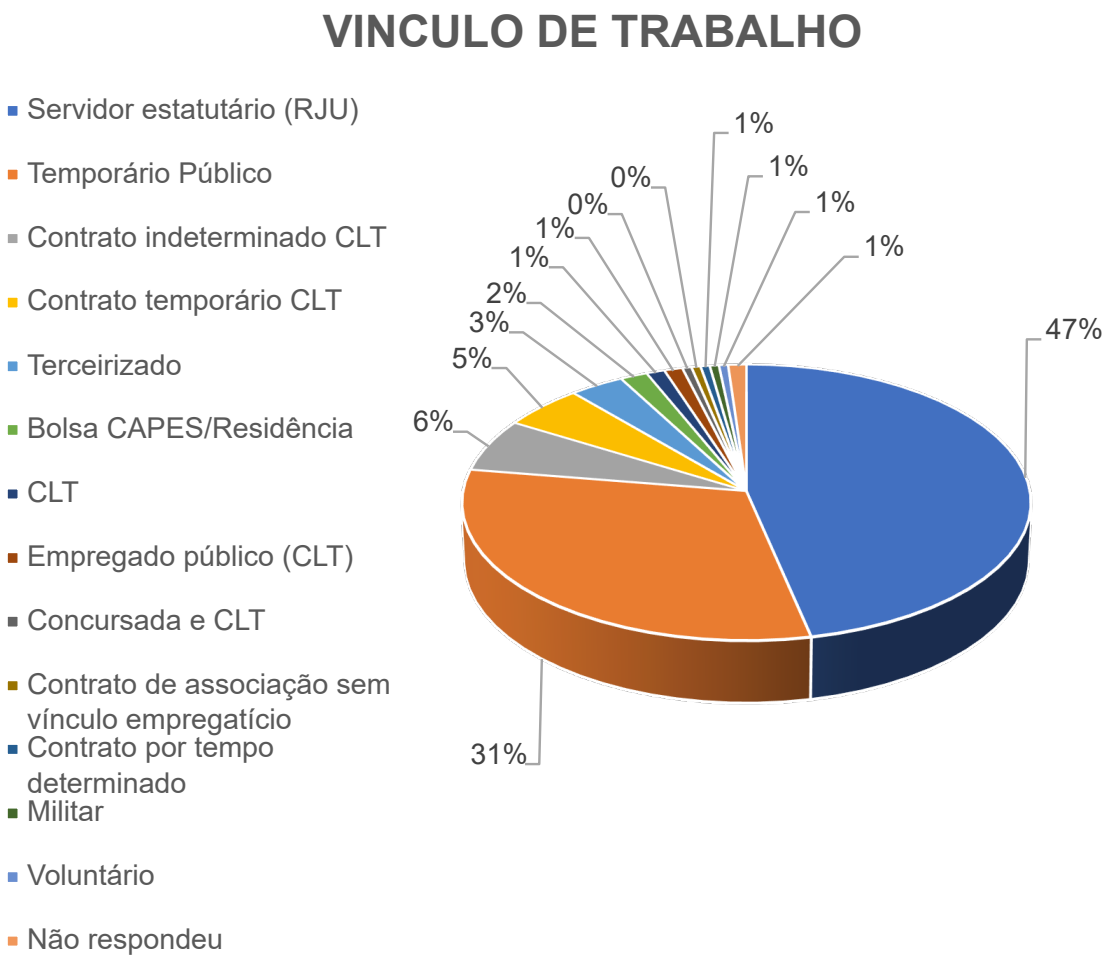


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre o vínculo de trabalho, o Gráfico 18 indica que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os e o grupo de desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 47% afirmaram ter vínculo de servidor estatutário (RJU), enquanto 31% afirmaram ser funcionário público temporário. Outros 6% afirmaram ter contrato de trabalho por tempo indeterminado CLT, 5% Contrato

Temporário CLT, 3% são trabalhadores terceirizados e 2% recebem Bolsa CAPES/ residência.

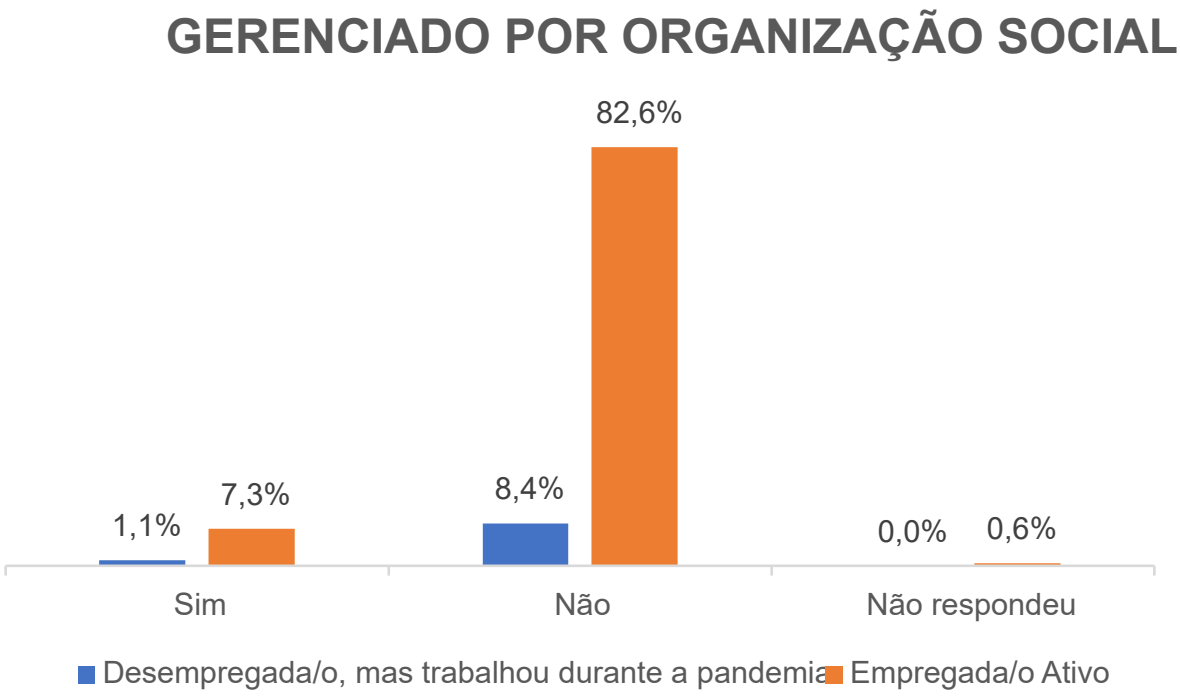
Gráfico 18 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o vínculo de trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

No Gráfico 19, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os, 82,6% das/os entrevistadas/os afirmaram que não trabalharam em hospitais gerenciados por organizações sociais, enquanto 7,3% das/os entrevistadas/os afirmaram que já trabalharam em tais instituições. Entre as/os entrevistadas/os do grupo de desempregadas/os que trabalhou durante a pandemia, apenas 1,1% de entrevistadas/os afirmaram já ter trabalhado em hospitais gerenciados por OS.

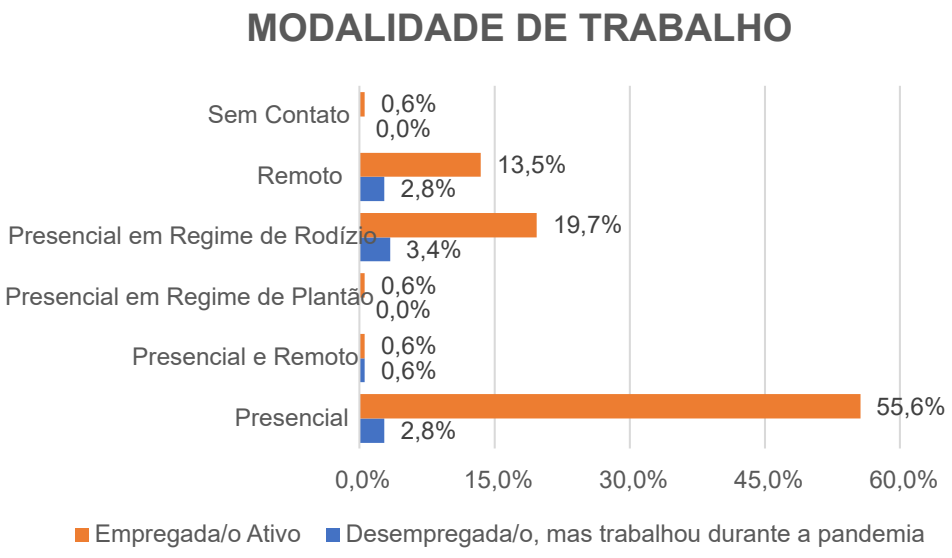
Gráfico 19 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de já ter trabalhado ou trabalhar em hospital gerenciado por Organização Social durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

O Gráfico 20 indica que, entre as/os profissionais empregadas/os ativas/os, 55,6% afirmaram a manutenção do trabalho em modalidade presencial durante o período de pandemia, enquanto 19,7% entrevistadas/os da mesma categoria informaram que o trabalho permaneceu de forma presencial em regime de rodízio. Entre as/os profissionais desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 3,4% afirmaram ter trabalhado de forma presencial em regime de rodízio, enquanto 2,8% trabalharam de forma presencial e outros 2,8% de forma remota.

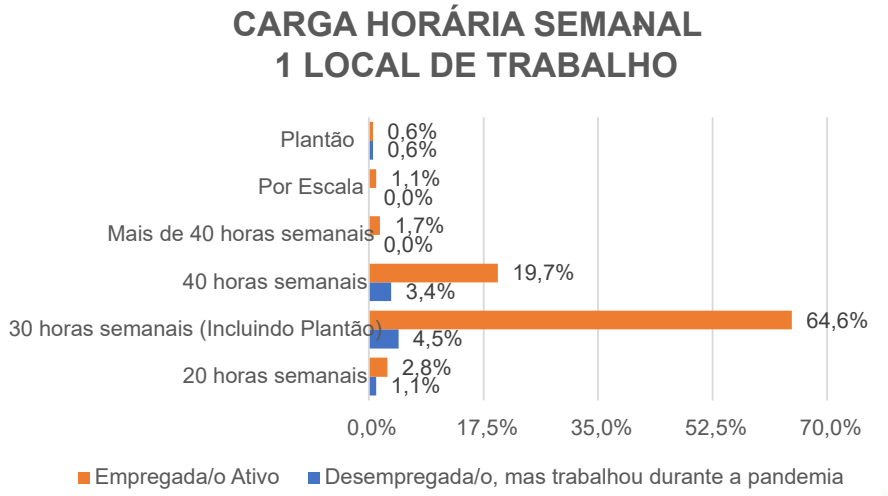
Gráfico 20 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de modalidade de trabalho aplicada no seu local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

No Gráfico 21 observa-se que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/o, que 64,6% afirmaram trabalhar uma carga horária semanal de 30 horas, podendo incluir eventuais plantões, enquanto 19,7% das/os entrevistadas/os afirmaram ter uma jornada semanal de cerca de 40 horas. Entre as/os entrevistadas/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 4,5% informaram trabalhar até 30 horas semanais, enquanto 3,4% executaram uma jornada semanal de 40 horas.

Gráfico 21 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a carga horária semanal aplicada em seu primeiro local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

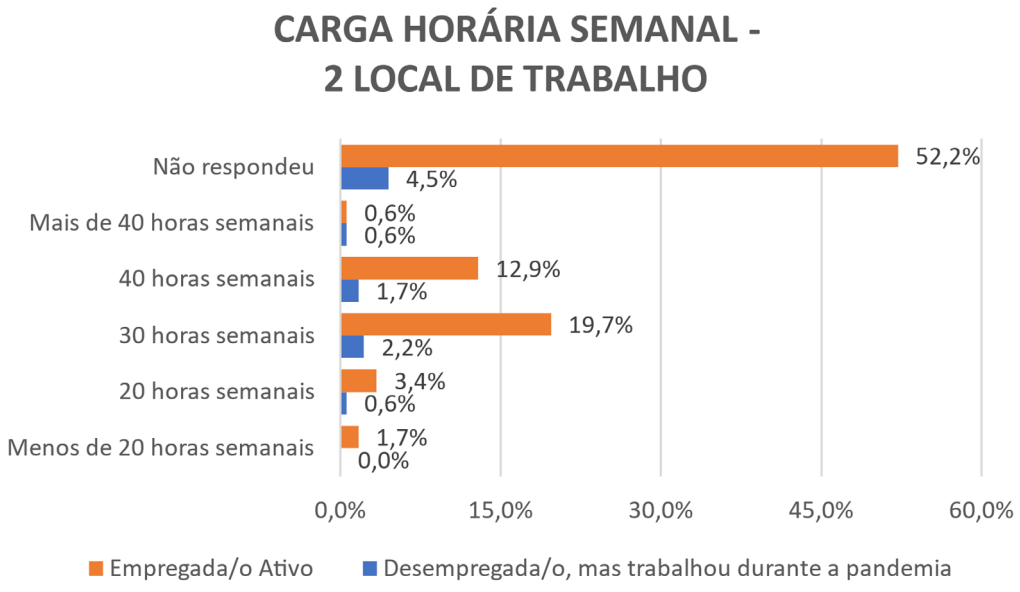


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

O Gráfico 22 aponta que 19,7% das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os afirmaram ter uma jornada semanal de 30 horas em seu segundo local de trabalho, enquanto 12,9% das/os entrevistadas/os deste mesmo grupo informaram ter uma carga horária semanal de 40 horas na mesma modalidade. Entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 2,2% entrevistadas/os afirmaram ter uma jornada semanal de 30 horas no segundo local de trabalho, enquanto 1,7% das/os entrevistadas/os afirmaram ter uma carga horária semanal de 40 horas na mesma modalidade.

Na análise das variáveis de carga horária entre os vínculos de trabalho, observa-se que, no primeiro vínculo, a maioria das/os profissionais atuam de acordo com a Lei n. 1.317/2010, que efetiva o trabalho das/os assistentes sociais de 30 horas semanais. No entanto, quando se somam as horas de trabalho do primeiro e do segundo vínculos de trabalho, observam-se as horas de trabalho excedentes entre as/os profissionais.

Gráfico 22 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a carga horária semanal aplicada em seu segundo local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

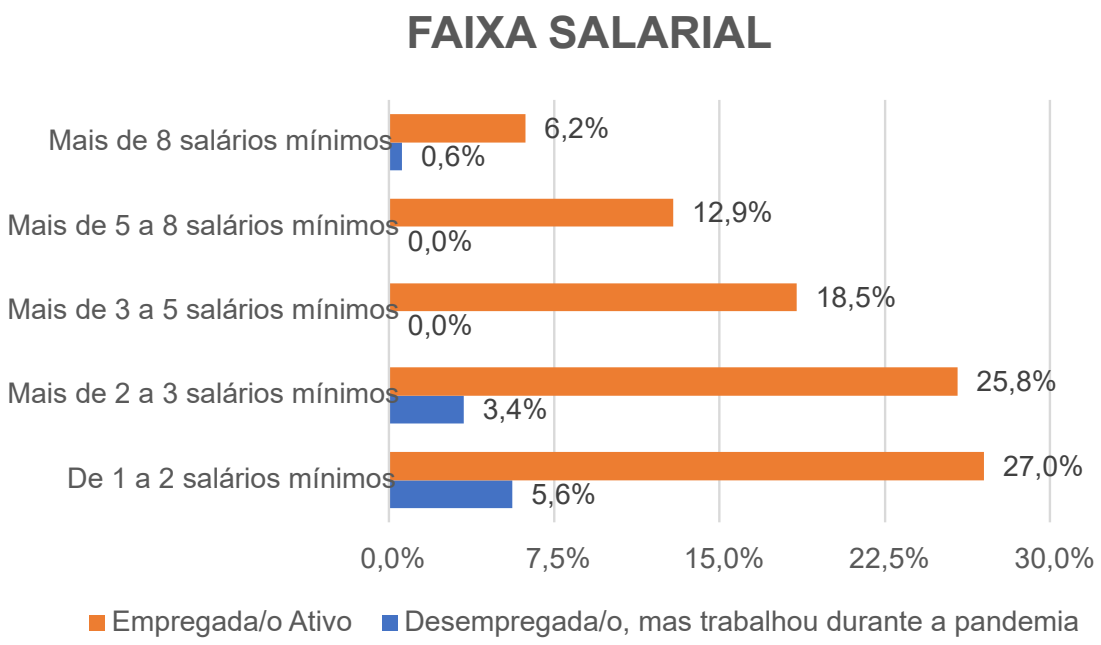
O Gráfico 23 indica que, entre o grupo das/os entrevistadas/os emprega-

das/os ativas/os, 27% afirmaram receber até dois salários mínimos mensais durante o período estudado, enquanto 25,8% das/os entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram receber de dois a três salários mínimos mensais para o mesmo período. Entre o grupo de desempregadas/os que trabalhou durante a pandemia, 5,6% das/os entrevistadas/os afirmaram ter recebido até dois salários mínimos mensais durante o período analisado, enquanto 3,4% das/os entrevistadas/os afirmaram ter recebido de dois a três salários mínimos mensais para o mesmo período.

Os dados permitem inferir que em ambos os grupos a média salarial mensal é de até três salários mínimos, em que mais de 50% das/os entrevistadas/os de ambas as classes se agrupam. Infere-se também que os baixos salários podem estar relacionados aos duplos vínculos de trabalho, ou seja, para que a renda da/o profissional seja maior, esta/e trabalhadora/or se submete a cargas horárias de trabalho extensas.

Pois o valor do ganho salarial não condiz com as necessidades humanas necessárias para sobrevivência individuais, em que pese a luta pela garantia de direitos aos profissionais de Serviço Social, a qual se apresenta como um desafio, sendo uma bandeira de luta do conjunto CFESS/CRESS. O piso salarial será de suma importância para estabelecer e garantir que esta/e trabalhadora/or receba o salário adequado para o desenvolvimento de suas atribuições.

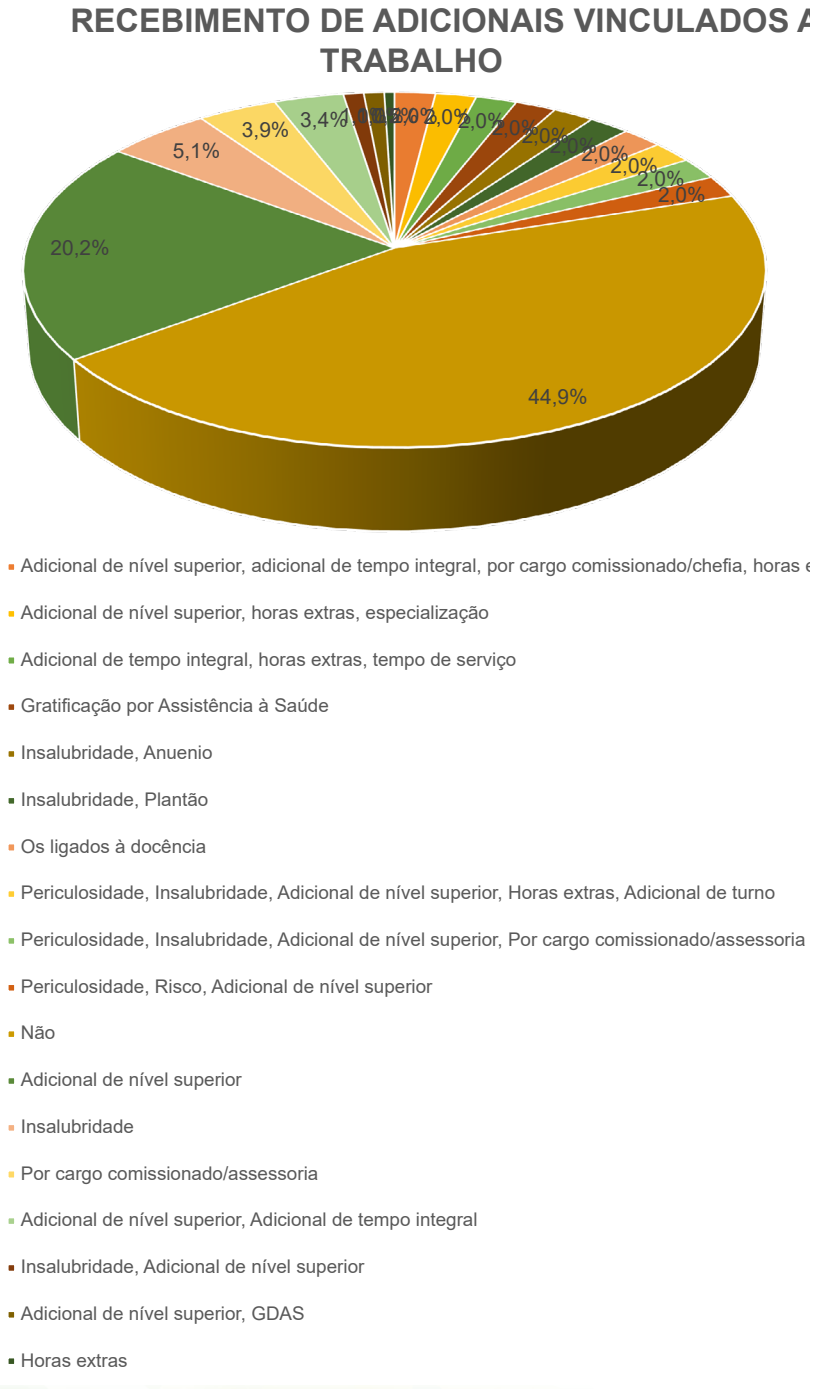
Gráfico 23 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a faixa salarial durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

É possível observar, a partir do Gráfico 24, que entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os durante a pandemia, destaca-se que 20,2% afirmaram receber adicional de nível superior, enquanto 44,9% entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram não receber nenhum tipo de adicional vinculado ao trabalho.

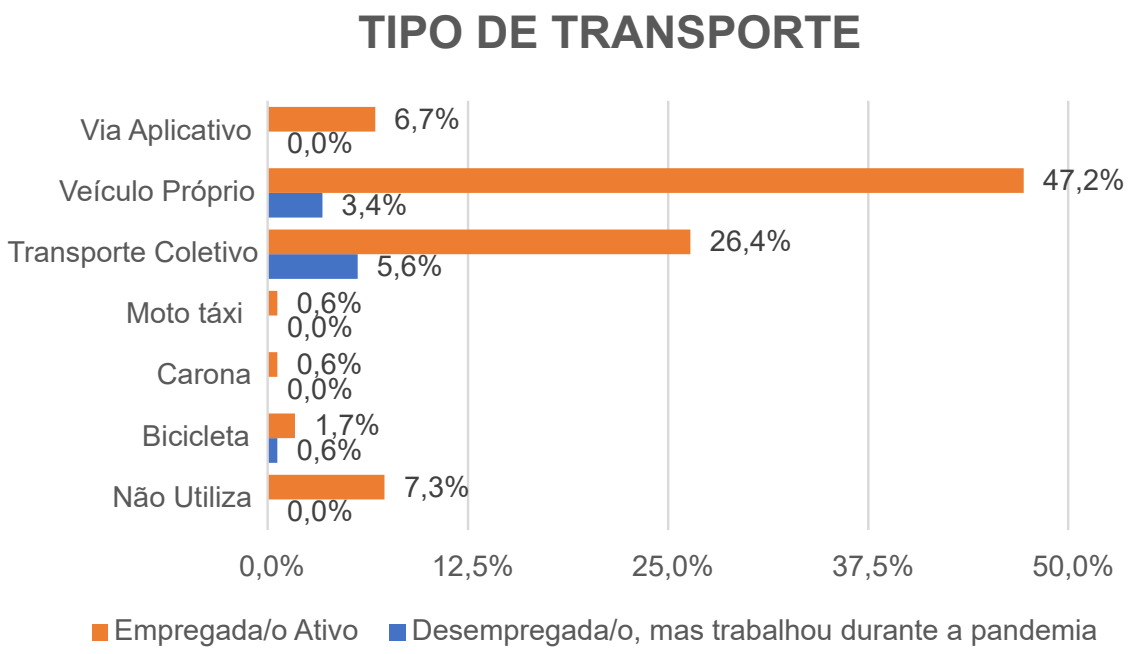
Gráfico 24 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a possibilidade de recebimento de adicional vinculado ao trabalho executado durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre o tipo de transporte utilizado para deslocamento para o trabalho o Gráfico 25 aponta que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 47,2% afirmaram utilizar veículos próprios para o translado até o local de trabalho, enquanto 26,4% entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram utilizar transporte coletivo para cumprir o trajeto de casa ao trabalho. Entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 5,6% afirmaram utilizar transporte coletivo para o trajeto até o trabalho, enquanto 3,4% entrevistadas/os do mesmo grupo, afirmaram utilizar veículo próprio.

Gráfico 25 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o tipo de transporte utilizado para se deslocar ao local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

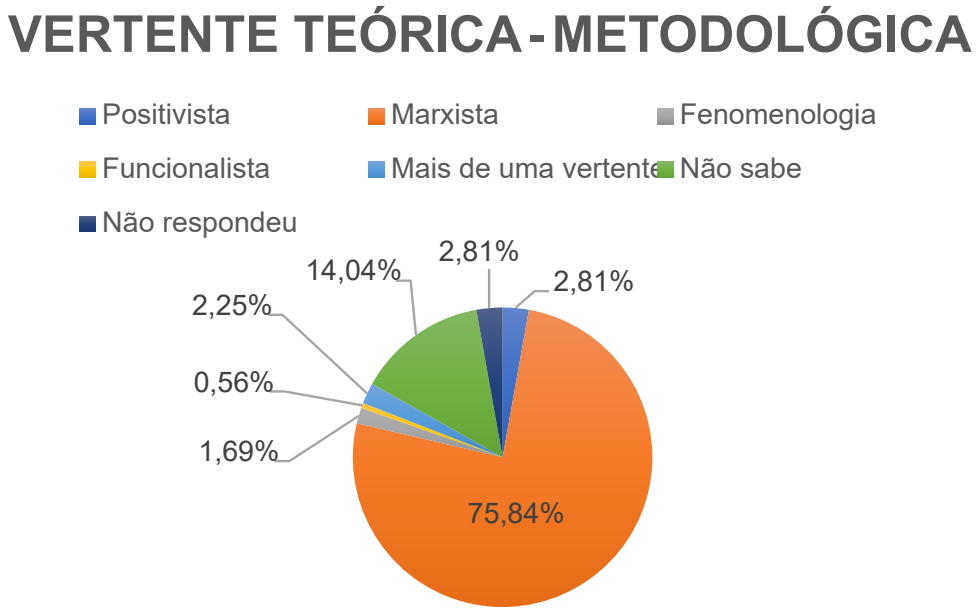


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Com relação aos instrumentais técnico-operativos, o Gráfico 26 aponta que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os que trabalharam no período, 74,85% afirmaram que a vertente teórico-metodológica que orienta o seu trabalho é o marxismo, enquanto 14,4% entrevistadas/os afirmam que desconhecem/ não sabem identificar sua vertente metodológica. Neste sentido, observa-se que grande parte das/os profissionais declaram-se de forma geral

atuantes dentro dos preceitos da teoria social crítica (marxismo, materialismo histórico dialético, crítica dialética, teoria social crítica, etc.), porém, importante atentar para as outras tendências que aparecem na pesquisa como o funcionalismo, positivismo, fenomenologia e ainda as/os profissionais que afirmaram atuar tendo como referência conceitos que não são vertentes teóricas.

Gráfico 26 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a vertente teórico-metodológica que orienta o seu trabalho durante o período de 2020 a 2022.

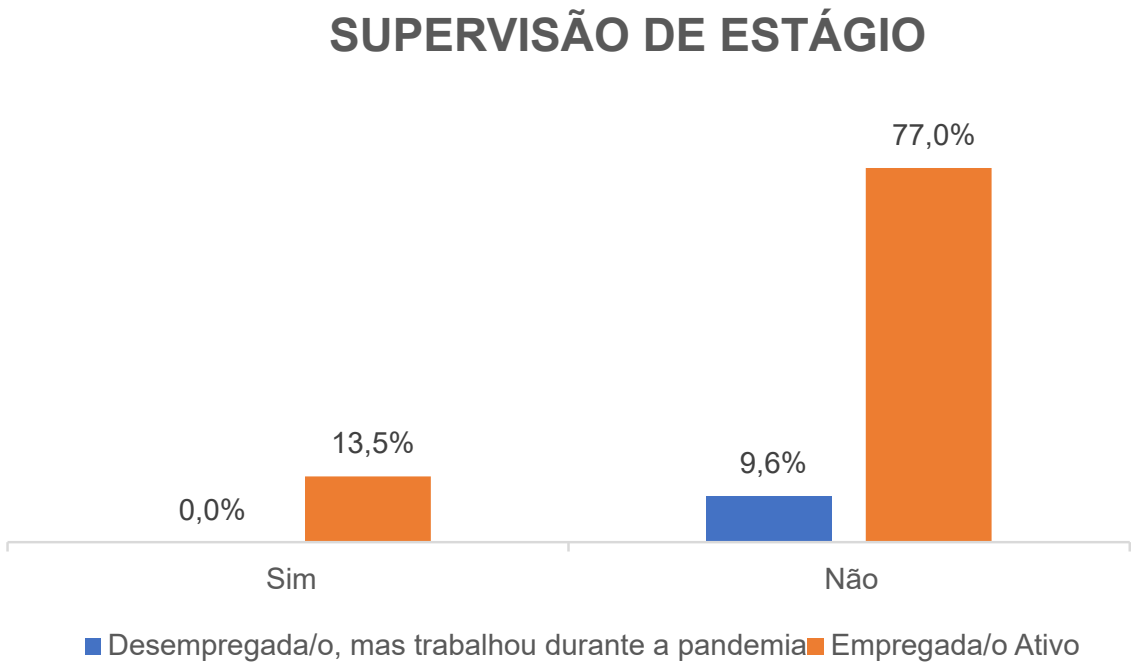


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto aos instrumentais técnico-operativos, observa-se que houve uma grande quantidade de respostas em ambos os grupos, demostrando a grande particularidade e especificidade do trabalho social em cada local e as possibilidades de intervenção a partir da compreensão de autonomia profissional. Neste sentido, destaca-se que, entre os instrumentais técnico-operativos mais citados na pesquisa pelas/os entrevistadas/os observa-se: a) entrevista social; b) visita domiciliar; c) estudo social; d) parecer social; e) relatório social; f) trabalho em grupo; g) acolhimento social; h) reuniões; i) atendimento em grupo e individual; j) perícia social.

Quanto à supervisão de estágio é possível observar, a partir do Gráfico 27, que, entre o grupo de entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 13,5% das/os entrevistadas/os afirmaram estar executando supervisão de estágio no local de trabalho, enquanto 77% afirmaram não executar tal atividade. Entre as/os entrevistadas/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 9,6% afirmaram não executar supervisão de estágio no seu local de trabalho.

Gráfico 27 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de supervisão de estágio executada pela/o entrevistada/o no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

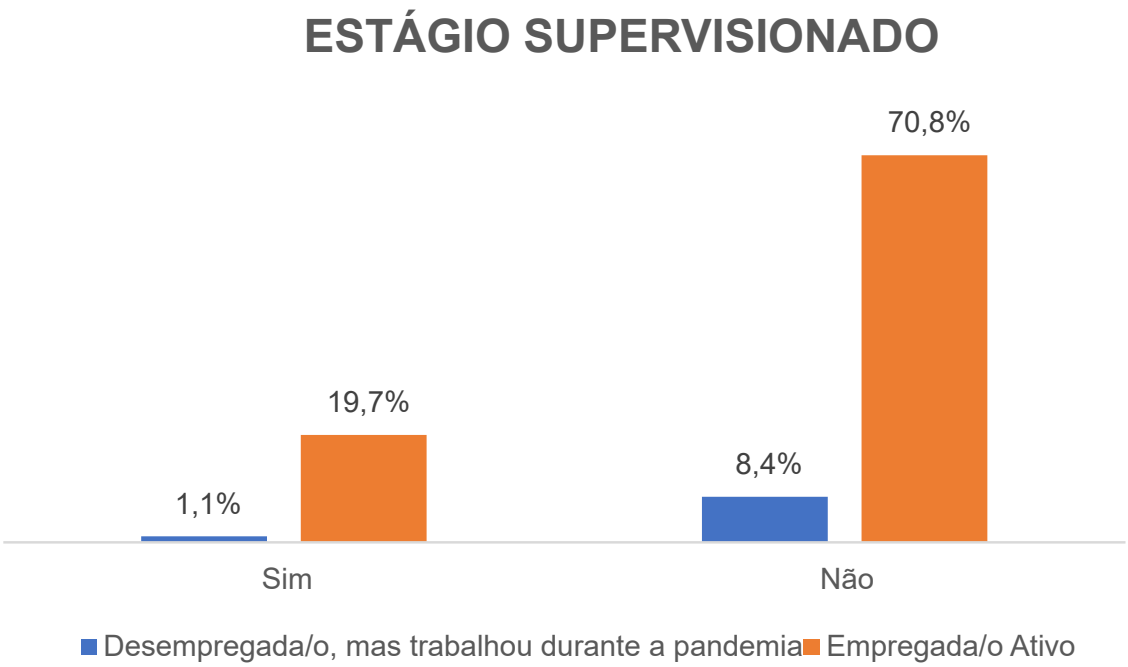


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

O Gráfico 28 aponta que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 19,7% afirmaram que o estágio supervisionado está ocorrendo no seu local de trabalho, enquanto 70,8% das/os entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram que esta modalidade não ocorreu em seu local de trabalho. Entre as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia apenas 1,1% da/os

entrevistadas/os afirmaram que ocorreu estágio supervisionado no seu local de trabalho.

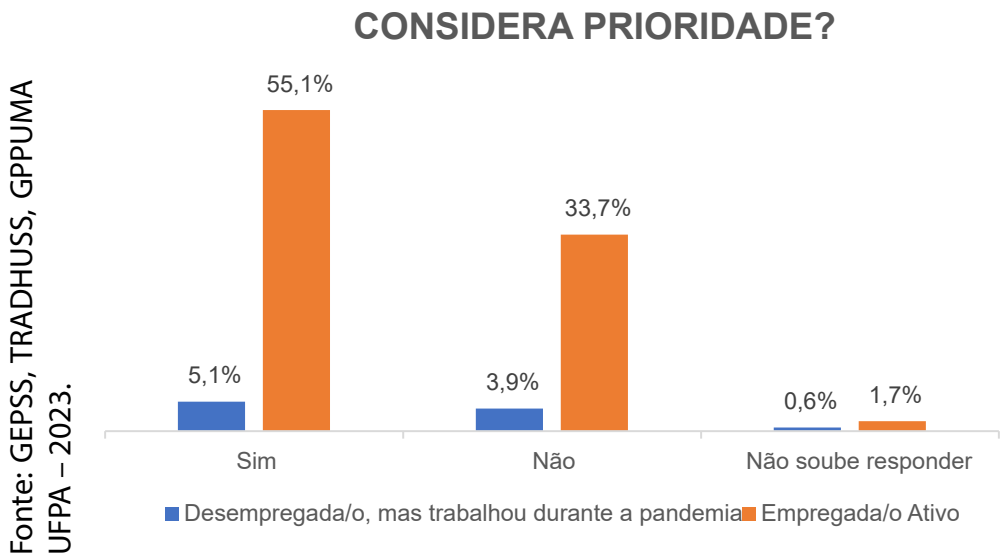
Gráfico 28 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de estágio ocorrendo no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

O Gráfico 29 indica que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 55,1% consideram o estágio prioridade nos locais de trabalho durante a pandemia, enquanto 33,7% das/os entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram que não consideram o estágio uma prioridade neste momento. Entre as respostas negativas as justificativas encontram-se, principalmente, na questão do risco de contaminação individual e dos familiares dessas/es estudantes.

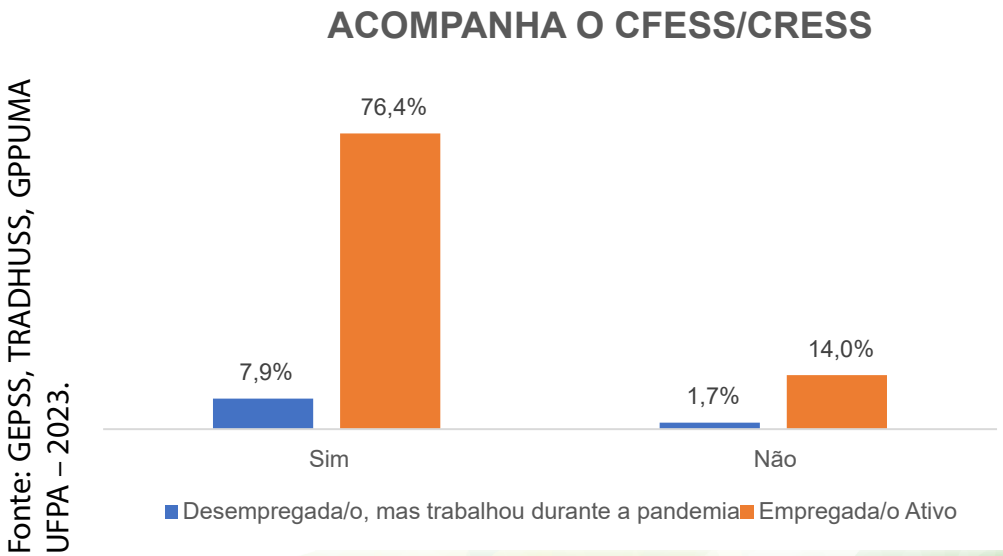
Gráfico 29 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a prioridade de ocorrência de estágio no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao acompanhamento das orientações e notícias veiculadas pelo sistema CFESS/CRESS o gráfico 30 indica que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 76,4% afirmaram acompanhar as orientações e notícias veiculadas pelo conjunto CFESS/CRESS, enquanto 14% das/os entrevistadas/os afirmaram que não acompanharam o sistema durante o período estudado. Entre as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 7,9% afirmaram acompanhar as orientações e notícias veiculadas pelo sistema CFESS/CRESS.

Gráfico 30 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a prática de acompanhamento das notícias do sistema CFESS/CRESS durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Entre as/os profissionais que afirmaram que não acompanharam as publicações, observa-se alguns fatores que contribuíram para que estes não tenham feito as leituras desses documentos e outras divulgações, a exemplo: a) falta de tempo pelo excesso de trabalho; b) cansaço mental, físico e psicológico; c) não ter acesso às publicações; d) necessidade de estudar outras leituras; e) dificuldade no acesso à plataforma; f) dificuldade de dialogar com o CRESS/PA; g) não ter recebido via e-mail. Conforme apresentado no quadro 01.

Quadro 01 – Respostas das/os assistentes sociais que afirmaram não acompanhar as notícias do sistema CFESS/CRESS.

Por qual motivo não tem acompanhado as notícias do CFESS/ CRESS?
Não tenho acompanhado por dificuldade, tempo
Não, devido à falta de tempo
Não, devido ao desemprego voltei a estudar para concurso público
Não, estava sem acesso
Não, estou trabalhando muito sem tempo
Não, falta de tempo
Não, não acesso quase a plataforma. Muitos problemas na veiculação de informação
Não, o site CRESS PA não facilita, no CRESS PA o suporte na pandemia não foi muito m atendimento humanizado e empático, falamos tanto disso, um contrassenso, entendemos as dificuldades mas se estão online deveriam melhorar seu suporte tecnológico para darem celeridade nos processos simples, tive muita dificuldades em ser atendida pelo CRESS PA na pandemia, as dificuldades presenciais se multiplicaram na versão online.
Não, pois não tenho utilizado muito os aplicativos das redes sociais.
Não, por algumas dificuldades
Não, por dificuldade de acesso a internet
Não, por falta de tempo
Não, por não ter acesso
Não, porque não estão enviando nada pelo meu e-mail.
Não, sem justificativa
Não, sem tempo, ganhamos pouco, o que nos obriga a trabalhar em dupla jornada
Não. Às vezes por falta de oportunidade

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

5 - TRABALHO PROFISSIONAL NA PANDEMIA DE COVID-19

A presente seção do relatório refere-se às 34 questões que tratam do trabalho executado, especificamente, durante o período de pandemia da Covid-19, seus rebatimentos e como se deu o enfrentamento cotidiano da crise de saúde no ambiente profissional.

Observa-se que durante a pandemia de Covid-19, houve necessidade de uma nova reorganização do trabalho no que diz respeito as suas condições, como o espaço e meios de trabalho. O trabalho remoto atingiu de forma hegemônica todas as profissões, ao mesmo tempo intensificou-se a precarização do trabalho e indagações sobre as competências e atribuições privativas da/o assistente social.

A partir dos demonstrativos das respostas obtidas no questionário aplicado, evidencia-se entre as principais dificuldades: a) falta ou não uso dos EPIs; b) contato direto com usuários e ou pessoas que contraíram o vírus; c) precarização do trabalho; d) aumento de demandas para o Serviço Social; e) cobrança desacerbada por eficiência e eficácia para demonstração de dados de atendimentos; f) dificuldade em conduzir o trabalho em equipe devido a modalidade de revezamento; g) dificuldades para formar grupos e capacitações online nas quais não foi possível absolver bem as informações; h) falta de entusiasmo e engajamento nos alunos.

Neste sentido, o Gráfico 31 aponta que, entre as/os entrevistadas/os do grupo de empregadas/os ativas/os, 60,11% afirmaram que existiram dificuldades a serem enfrentadas no ambiente de trabalho durante a pandemia, enquanto 30,34% das/os entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram que não enfrentaram dificuldades durante este período. Entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 7,3% afirmaram também que houve dificuldade no período citado.

Gráfico 31 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de dificuldades enfrentadas no ambiente de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

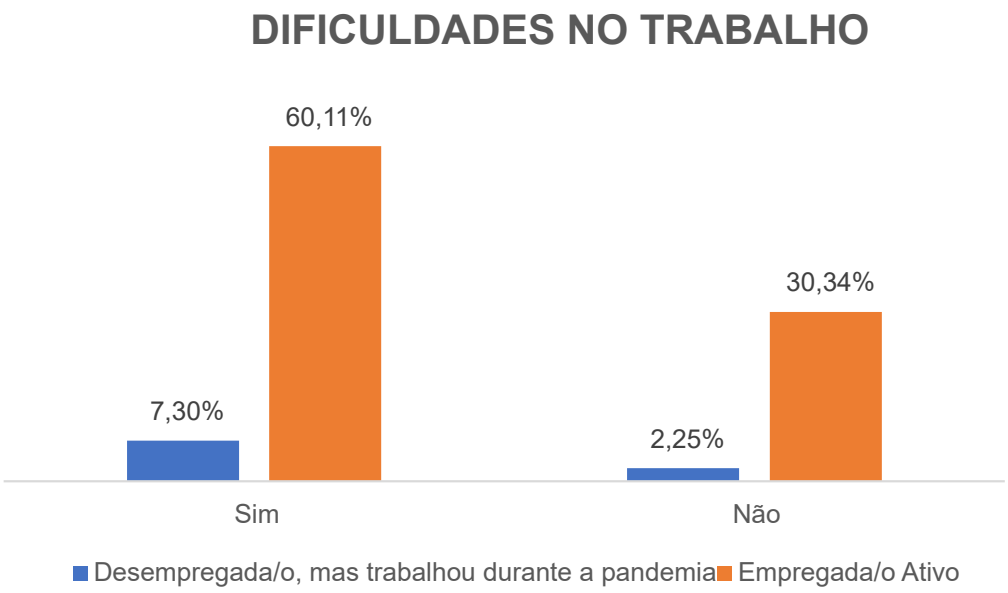
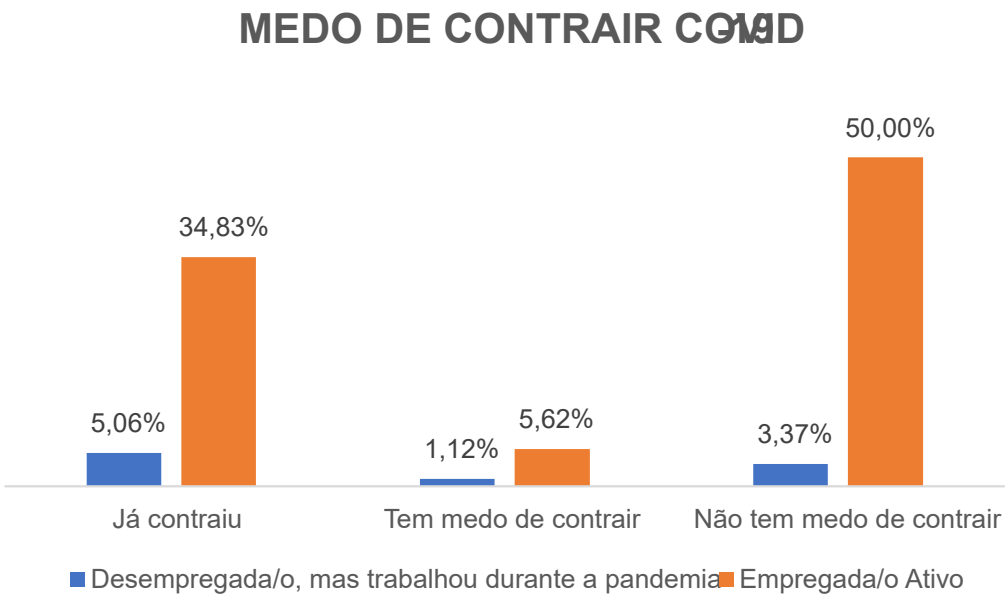


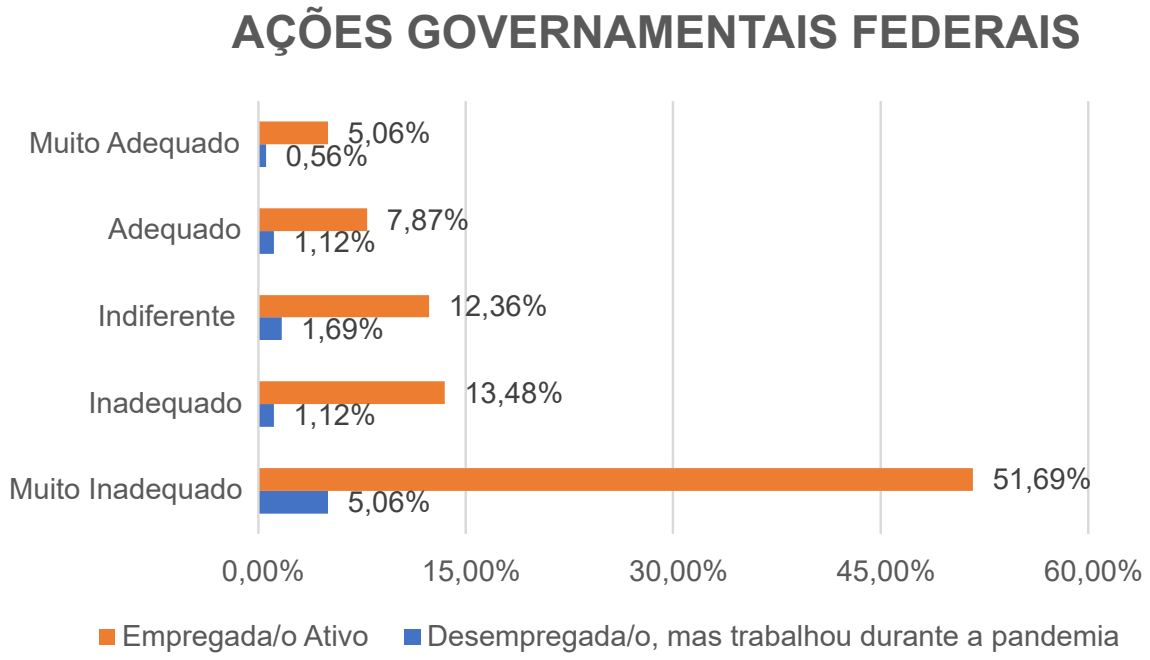
Gráfico 32 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o medo das/os profissionais de contrair Covid-19 no ambiente de trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a percepção das ações governamentais federais no enfrentamento da pandemia, o Gráfico 33 indica que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 51,69% afirmaram que perceberam tais ações como muito inadequadas. O grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 5,06% das/os entrevistadas/os também têm a mesma opinião do grupo citado acima e percebem as ações como muito inadequadas.

Gráfico 33 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais federais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.

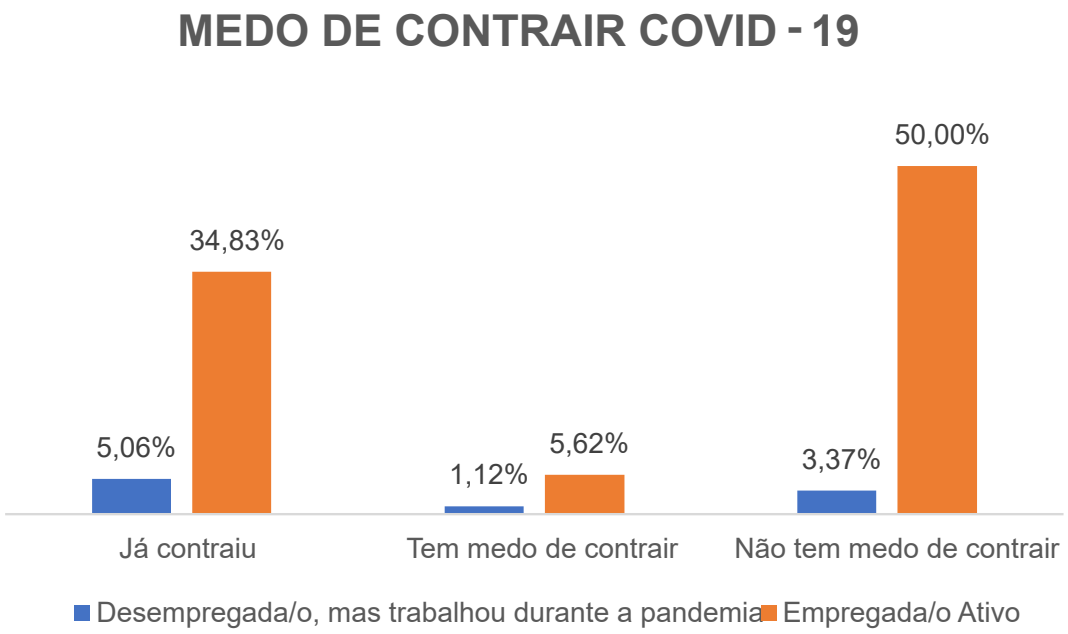


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a percepção das ações governamentais estaduais no enfrentamento da pandemia, o Gráfico 34 indica que 29,21% das/os entrevistadas/os do grupo de empregadas/os ativas/os, e 3,37% das/os entrevistadas/os do grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, perceberam as ações governamentais estaduais como indiferentes. Logo, conclui-se que em

relação as ações governamentais estaduais as/os entrevistadas/os tenderam a não considerar nem muito, nem pouco eficiente, no geral, para as/os entrevistadas/os foi uma atuação mediana.

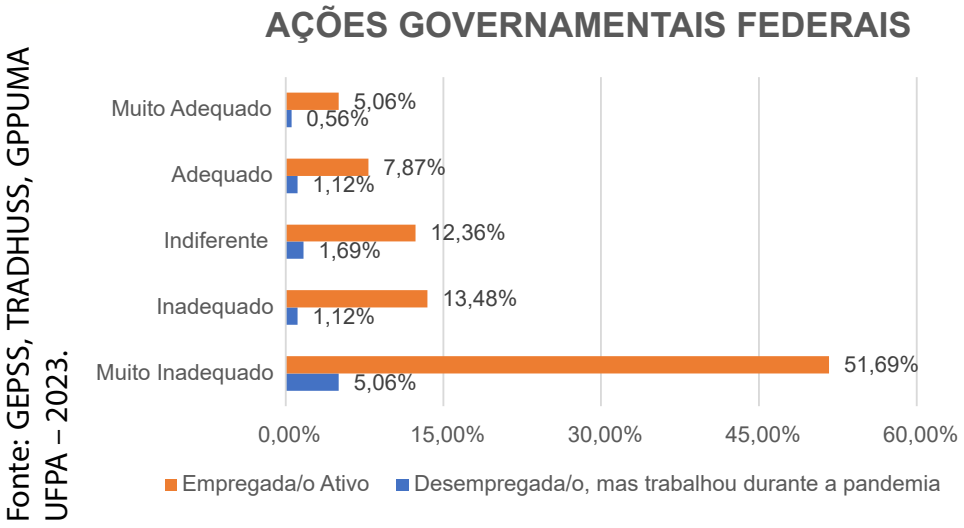
Gráfico 34 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais estaduais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a percepção das ações governamentais federais no enfrentamento da pandemia, o Gráfico 33 indica que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 51,69% afirmaram que perceberam tais ações como muito inadequadas. O grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 5,06% das/os entrevistadas/os também têm a mesma opinião do grupo citado acima e percebem as ações como muito inadequadas.

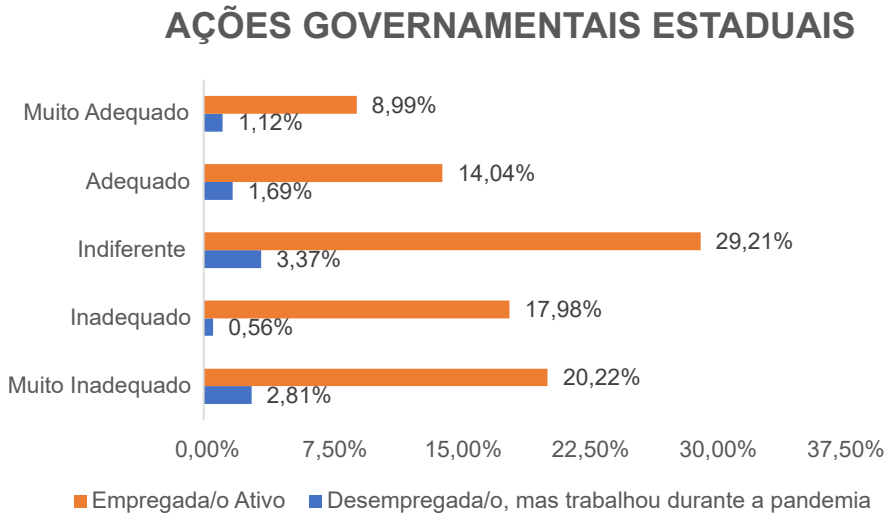
Gráfico 33 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais federais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a percepção das ações governamentais estaduais no enfrentamento da pandemia, o Gráfico 34 indica que 29,21% das/os entrevistadas/os do grupo de empregadas/os ativas/os, e 3,37% das/os entrevistadas/os do grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, perceberam as ações governamentais estaduais como indiferentes. Logo, conclui-se que em relação as ações governamentais estaduais as/os entrevistadas/os tenderam a não considerar nem muito, nem pouco eficiente, no geral, para as/os entrevistadas/os foi uma atuação mediana.

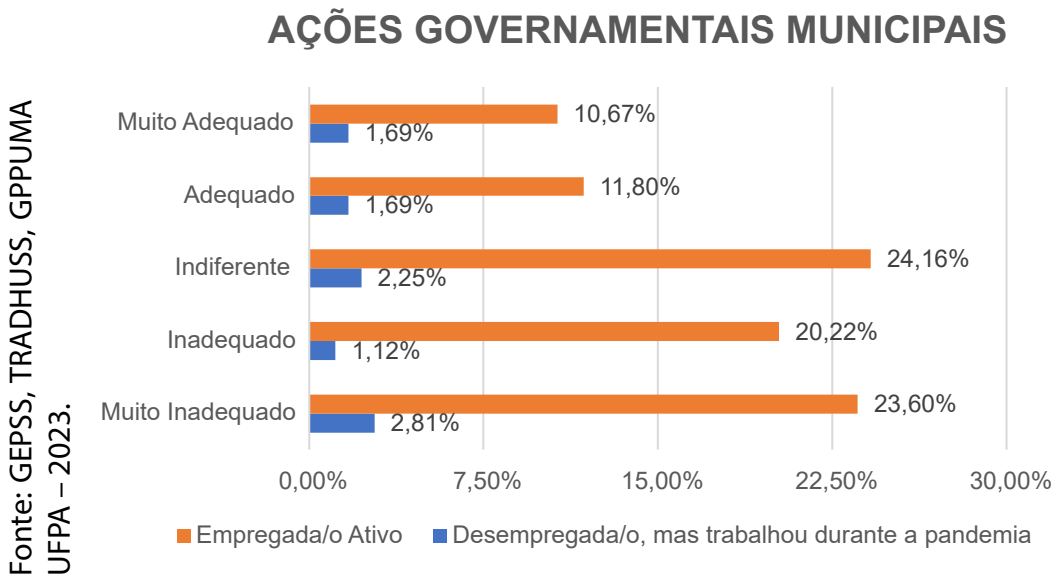
Gráfico 34 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais estaduais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a percepção das ações governamentais municipais no enfrentamento da pandemia, o Gráfico 35 indica que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 24,16% afirmaram perceberem as ações governamentais municipais como indiferentes. Enquanto no grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 2,81% das/os entrevistadas/os perceberam as ações governamentais municipais como muito inadequadas. Logo, pode-se concluir que em relação as ações governamentais municipais, as/os entrevistadas/os tenderam a considerar como uma atuação mediana tendendo para inadequada.

Gráfico 35 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o nível de percepção sobre as ações governamentais municipais no enfrentamento da pandemia durante o período de 2020 a 2022.

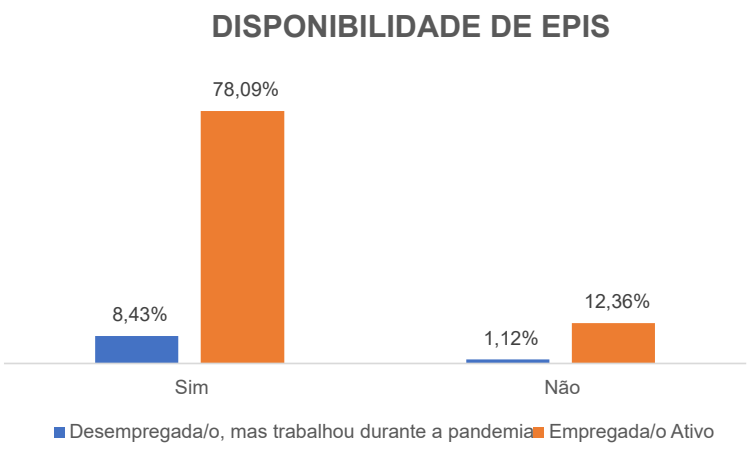


Sobre as medidas tomadas pelas instituições para enfrentamento da pandemia, observa-se que as respostas ao questionamento foram muito individualizadas, contudo é possível destacar entre as respostas que medidas como: afastamento entre pessoas, uso de EPIs, criação de planos de contingência, adoção de medidas para reduzir aglomerados no ambiente de trabalho e afastamento de profissionais infectados, foram medidas constantes nas instituições.

Sobre a disponibilidade de EPIs no espaço sócio-ocupacional durante a pandemia, observa-se a partir do Gráfico 36 que tanto o grupo das/os empregadas/os ativas/os (78,09%) quanto o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (8,43%) afirmaram que havia disponibilidade de

EPIs nos espaços institucionais neste período.

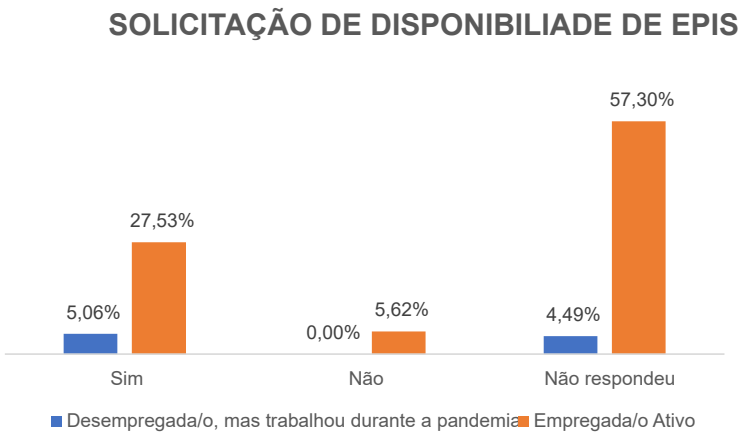
Gráfico 36 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a disponibilidade de EPIs no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a solicitação da gestão para disponibilidade de EPIs no espaço sócio-ocupacional durante a pandemia, o Gráfico 37 aponta que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (27,53%) e entre as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (5,06%), estes afirmaram que na ausência de EPIs houve solicitação da gestão institucional para disponibilidade destes equipamentos no ambiente de trabalho.

Gráfico 37 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a solicitação da gestão para disponibilidade de EPIs no espaço sócio ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

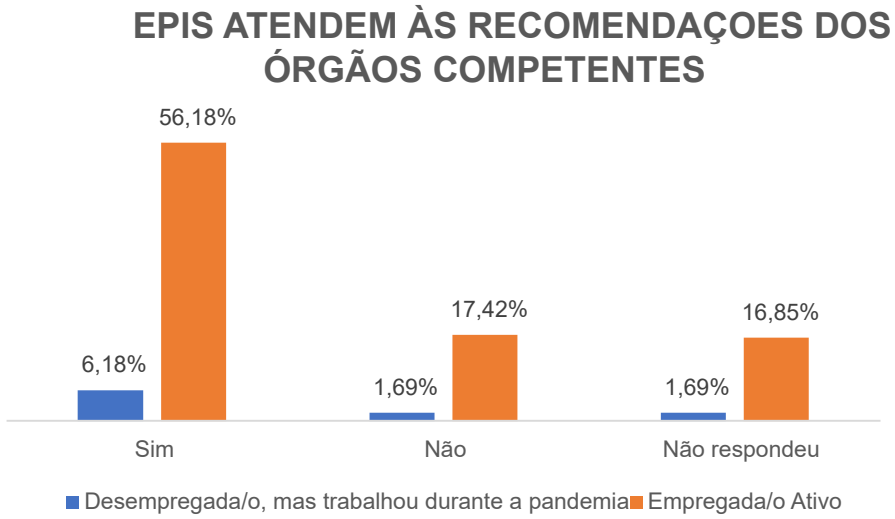


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Neste sentido, observa-se o demonstrativo da relação extensa de EPI's disponibilizados no ambiente de trabalho, a exemplo, máscaras de variados modelos, álcool gel, luvas, protetores faciais, óculos, gorro e/ou touca entre outros.

Quanto a qualidade dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante o período de pandemia, o Gráfico 38 indica que, tanto entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os (56,18%), quanto o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (6,18%), estes afirmaram que os EPIs fornecidos pela gestão estavam em conformidade com as recomendações dos órgãos competentes

Gráfico 38 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a qualidade dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.

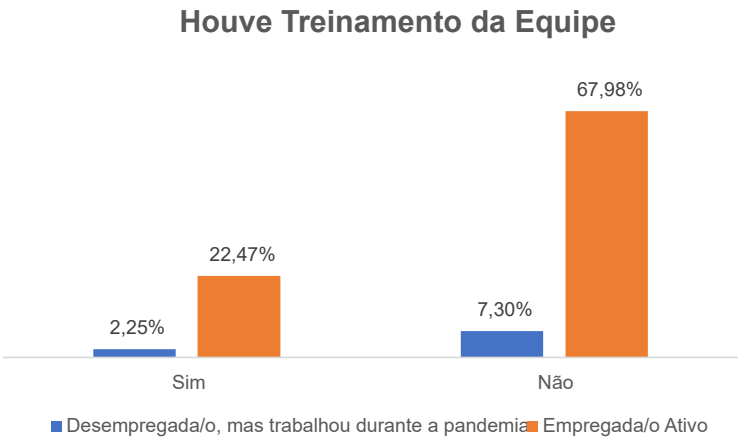


Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre treinamento para uso e descarte correto dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante a pandemia, o Gráfico 39 indica que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os, 67,98% relataram que não houve treinamento, e entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 7,30% afirmaram que não houve treinamento.

Gráfico 39 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a dis-

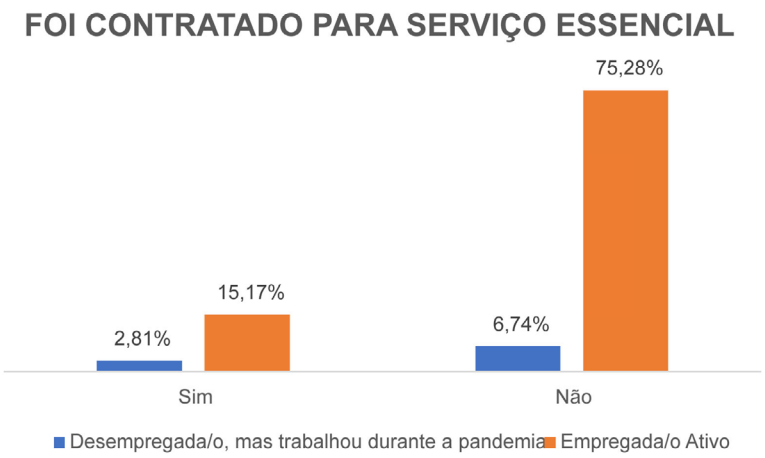
ponibilidade de treinamento para uso e descarte correto dos EPIs disponibilizados no espaço sócio-ocupacional durante o período de 2020 a 2022.citação da gestão para disponibilidade de EPIs no espaço sócio ocupacional durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao contrato de trabalho durante a pandemia da Covid-19 para serviços essenciais, o Gráfico 40 aponta que, entre o grupo das/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os (75,28%) e o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (6,74%), estes afirmaram que não foram contratados para trabalhar em serviço essencial no período citado.

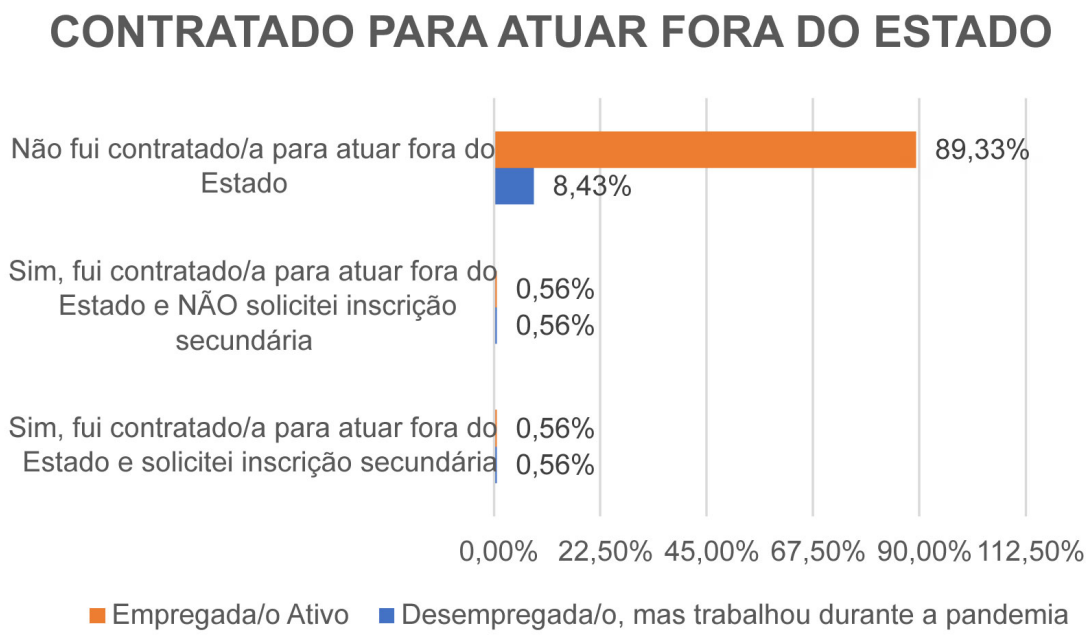
Gráfico 40 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de contratação para trabalho durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à contratação de trabalho para atuar fora do estado de domicílio durante o período de pandemia, o Gráfico 41 indica que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os (89,33%), e as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (8,43%), estes afirmaram que não foram contratadas/os para atuar fora do estado de domicílio.

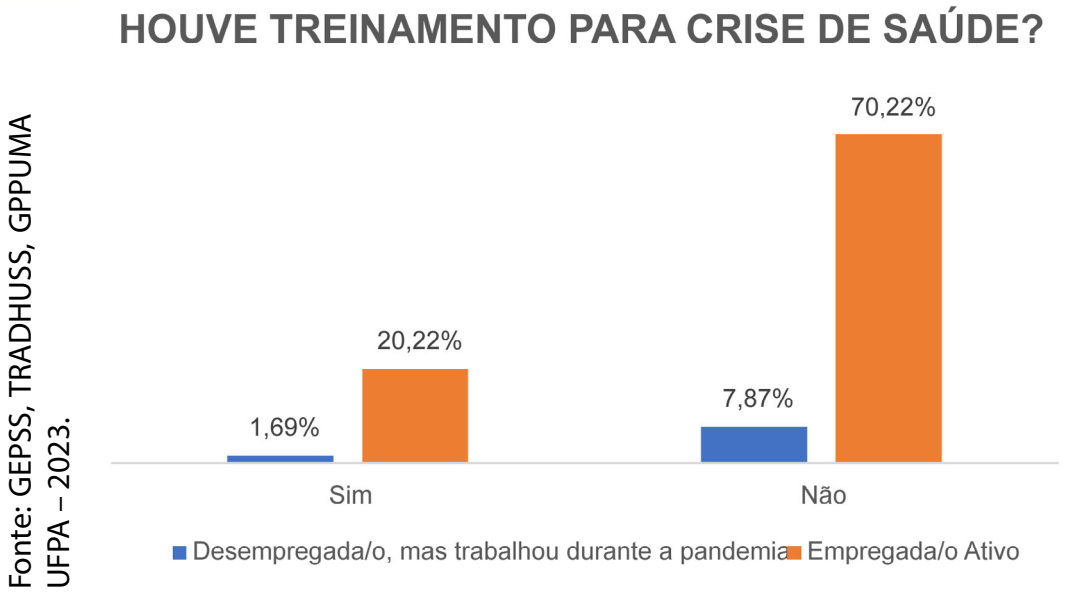
Gráfico 41– Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de contratação para atuar fora do estado de domicílio durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao treinamento da equipe para lidar com crises de saúde durante a pandemia, observa-se a partir do Gráfico 42 que, entre as/os empregadas/os ativas/os (70,22%), e entre as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (7,87%), estes afirmaram não terem recebido treinamento para lidar com crises de saúde durante o período estudado.

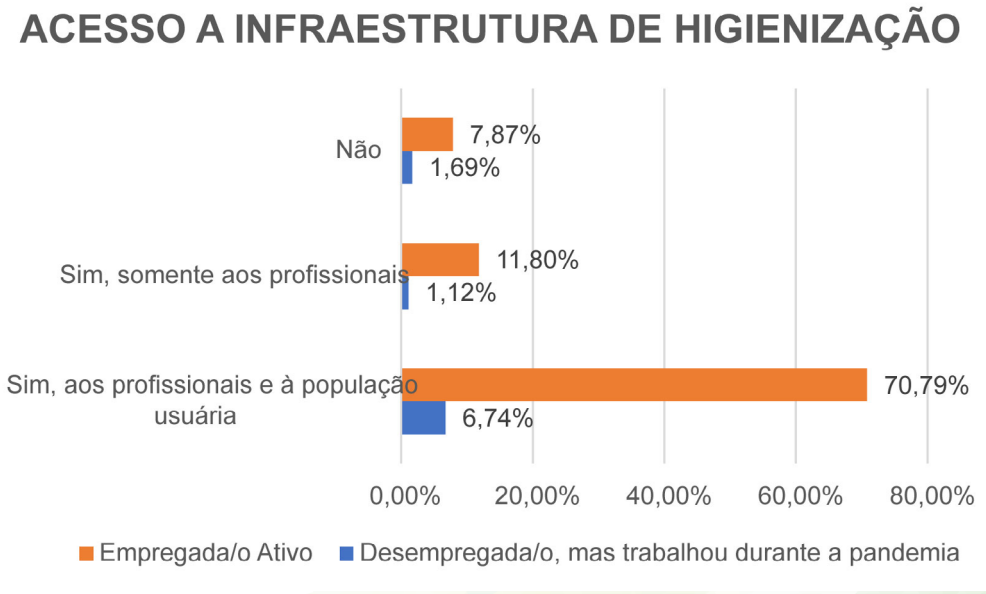
Gráfico 42 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de treinamento da equipe para lidar com crises de saúde durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao acesso à infraestrutura de higienização pelas instituições durante a pandemia de Covid-19, observa-se a partir do Gráfico 43 que, entre as/os entrevistadas/os empregadas/os ativas/os (70,79%), e as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (6,74%), estes afirmaram que a instituição onde trabalham manteve infraestrutura de higiene disponível para profissionais trabalhadoras/es e usuárias/os.

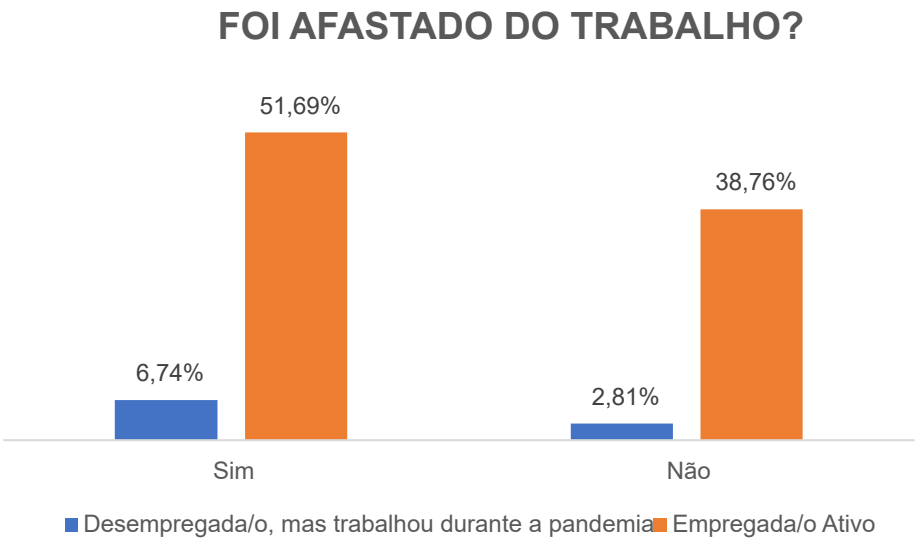
Gráfico 43 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de a instituição manter o acesso à infraestrutura de higienização durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre o afastamento das/os profissionais durante o período de pandemia de Covid-19, o Gráfico 44 aponta que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (51,69%) e o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (6,74%), estes afirmaram que foram afastadas/os do trabalho durante este período.

Gráfico 44 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de afastamento do trabalho pelo profissional durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre o motivo de afastamento do trabalho das/os profissionais, destacam-se os dados da Tabela 06 a qual aponta que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (34) e o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam na pandemia (6), estes afirmaram que o afastamento foi decorrente de suspeita de infecção de Covid-19. Além disso, outros motivos indicados pelas/os entrevistadas/os foi pertencer a um grupo de risco e suspeita de infecção pelo vírus, entre outros.

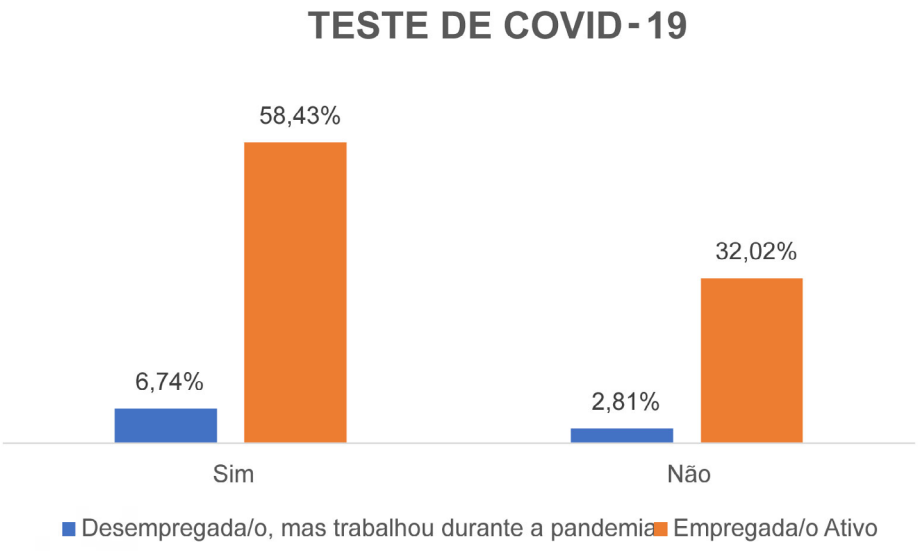
Tabela 06 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo o motivo de afastamento do trabalho pelo profissional durante o período de 2020 a 2022.

Qual o motivo do afastamento do trabalho durante a pandemia?	Desempregada/o, mas trabalhou durante a pandemia	Empregada/o Ativo
Alta de contaminação	-	1
Casos de Covid no trabalho	-	1
Contrato terminado	1	-
Cuidar de familiar com doença crônica	-	1
Decreto governo, portaria institucional	-	1
Desligamento da instituição	1	-
Escala de serviço	-	1
Falta de EPIs e incertezas	1	-
Familiar do grupo de risco	-	1
Familiar do grupo de risco e moro em outro município	-	1
Fiz uma cirurgia	-	1
Grupo de risco	1	20
Grupo de risco e infecção por COVID-19	-	1
Infecção por COVID-19	-	14
Infecção por COVID-19 e ansiedade	-	1
Interromper os atendimentos para evitar a proliferação do contágio	-	1
Licença maternidade	-	1
Lockdown	-	2
Por opção da empresa	1	-
Suspeita de infecção pelo coronavírus	6	34
Suspensão das atividades	-	1
Suspensão das atividades por três semanas	-	1
Trabalho remoto	1	7
Não respondeu	5	70
Total	17	161

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a realização de teste de Covid-9 durante a pandemia, destaca-se a partir do Gráfico 45 que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (58,43%) e entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam na pandemia (6,74%), tais entrevistadas/os afirmaram ter feito o teste de Covid-19 durante o período analisado.

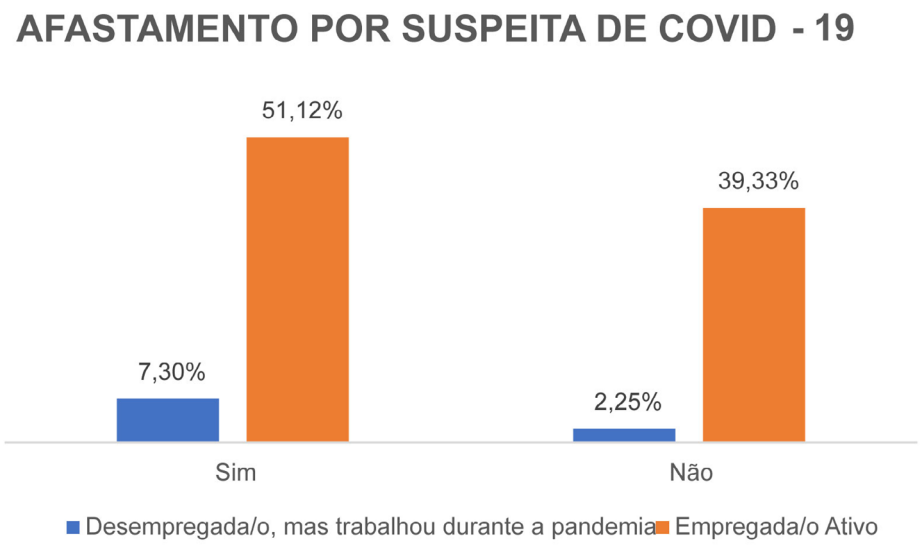
Gráfico 45 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a opção de ter feito teste de covid-19 durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto a ocorrência de afastamento por suspeita de infecção por Covid-19 durante o período de pandemia, observa-se a partir do Gráfico 46 que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (51,12%), e entre o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (7,30%), tais entrevistadas/os afirmaram ter sido afastadas/os do trabalho por suspeita de infecção por Covid-19.

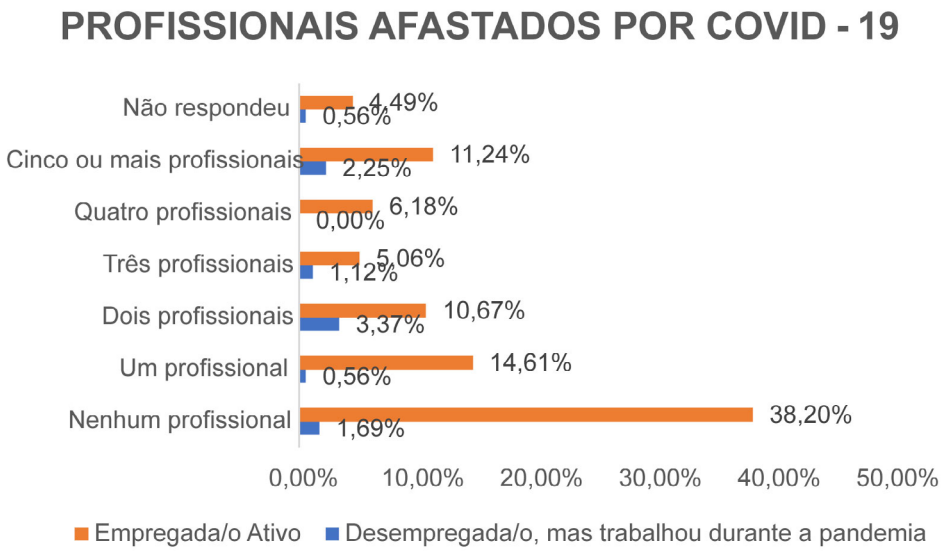
Gráfico 46 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de afastamento por suspeita de infecção por covid-19 durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto a quantidade de profissionais afastadas/os do local de trabalho por suspeita de infecção por Covid-19, observa-se a partir do Gráfico 47 que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os, 14,61% das/os entrevistadas/os afirmaram ter um profissional da área afastado por suspeita de Covid-19 no seu local de trabalho. Enquanto no grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 3,37% das/os entrevistadas/os afirmaram que dois profissionais da área foram afastados pelo mesmo motivo citado anteriormente.

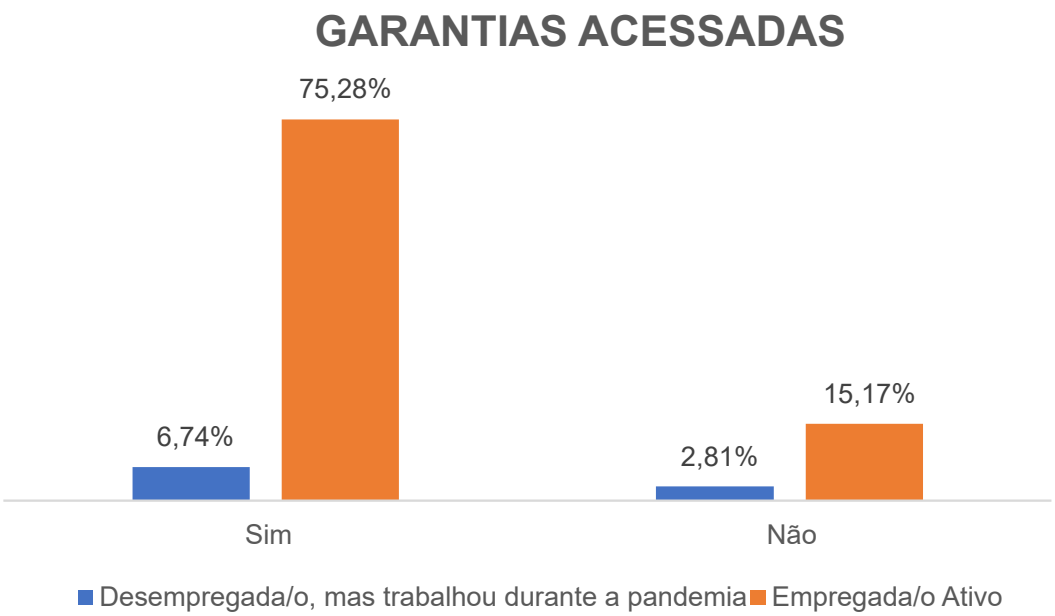
Gráfico 47 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a quantidade de profissionais afastados do local de trabalho por suspeita de infecção por covid-19 durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto à garantia de direitos trabalhistas das/os profissionais afastadas/os por suspeita de infecção por Covid-19 durante o período de pandemia, observa-se segundo o Gráfico 48 que, tanto o grupo das/os empregadas/os ativas/os (75,28%), quanto o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam na pandemia (6,74%), afirmaram que foi possível acessar os direitos trabalhistas durante o afastamento por Covid-19

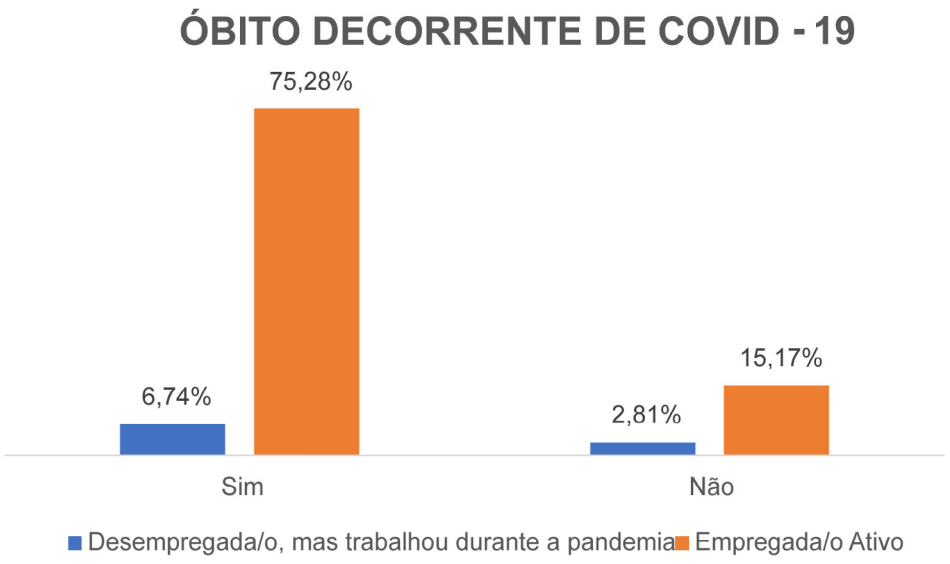
Gráfico 48 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de garantias acessadas pelos profissionais afastados do local de trabalho por suspeita de infecção por covid-19 durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto a ocorrência de óbito em decorrência de Covid-19 durante o período de pandemia, o Gráfico 49 indica que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os (75,28%) e o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (6,74%), tais entrevistadas/os afirmaram ter ocorrências de óbito no local de trabalho devido a pandemia.

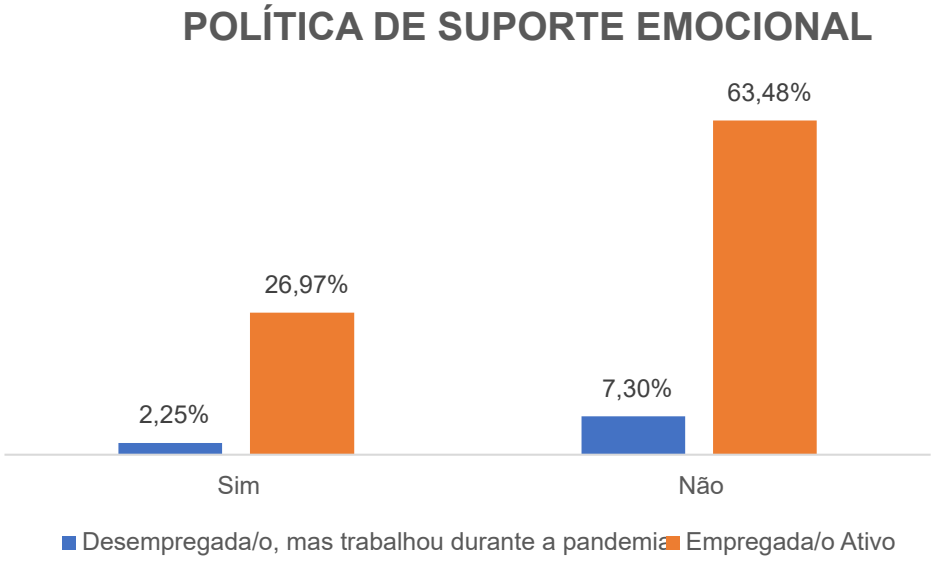
Gráfico 49 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de óbito em decorrência do Covid-19 durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Quanto ao acesso à políticas de suporte emocional ou psicológico dedicado aos profissionais durante o período de pandemia de Covid-19, observa-se a partir do Gráfico 50 que, tanto o grupo das/os empregadas/os ativas/os (63,48%), quanto o grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia (7,30%) afirmaram não ter acesso a políticas de saúde mental durante este período.

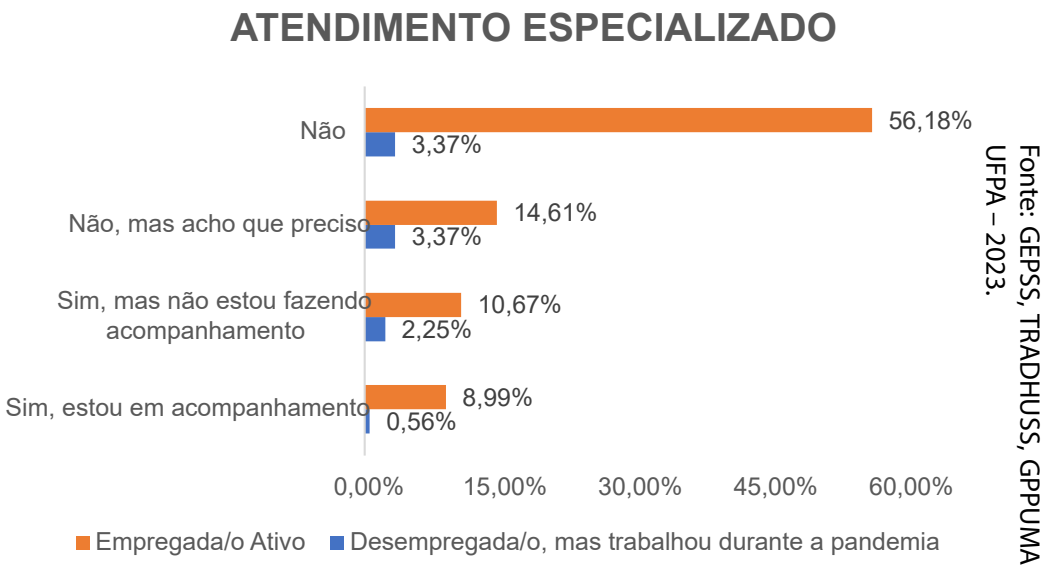
Gráfico 50 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a existência de acesso a políticas de suporte emocional ou psicológico dedicado aos profissionais durante o período de 2020 a 2022.



Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Segundo o Gráfico 51 pode-se apontar que, entre o grupo das/os empregadas/os ativas/os, 10,67% das/os entrevistadas/os afirmaram precisar de acompanhamento especializado decorrente da pandemia, mas não estavam em acompanhamento no período, enquanto 9% das/os entrevistadas/os do mesmo grupo afirmaram ter buscado acompanhamento especializado durante o período citado. No grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 2,25% das/os entrevistadas/os informaram necessitar de acompanhamento especializado, mas não estavam em tratamento.

Gráfico 51– Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a procura à políticas de suporte emocional ou psicológico pelos profissionais durante o período de 2020 a 2022.



Quanto a organização das atividades cotidianas, indica-se que, no grupo das/os empregadas/os ativas/os, parte das/os entrevistadas/os afirmaram que houve reorganização das atividades cotidianas com apoio das/os profissionais de Serviço Social. Destaca-se, no entanto, que mesmo indicando essas mudanças, as/os profissionais citam também uma prevalência de falta de planejamento das ações.

Entre o tipo de atividade desenvolvida pós-organização no local de trabalho, no grupo das/os empregadas/os ativas/os, parte significativa das/os entrevistadas/os afirmaram que o atendimento da população foi executado por meio de teleatendimento/teletrabalho, com suspensão de grupos e de atividades coletivas, suspensão de visitas domiciliares e redução de atendimento presencial.

Importante destacar que algumas das/os entrevistadas/os indicaram que as visitas domiciliares estavam ocorrendo remotamente.

Sobre as requisições indevidas aos profissionais no local de trabalho, houve ocorrência de muitas respostas individualizadas, contudo foi pontuada a ocorrência de requisições que seriam de atribuição de outros profissionais, a exemplo, citam-se requisições na área da saúde (atribuições de enfermeiras/os e psicólogas/os), a exemplo, aferição de saturação de oxigênio e temperatura, apoio psicológico para funcionários, além destes, observa-se o atendimento remoto via sistema online, como se fosse um call center social, no mesmo horário do atendimento presencial, sem sigilo, entre outros.

Quando se pergunta sobre situações adversas no local de trabalho, a Tabela 07 aponta que, no grupo das/os empregadas/os ativas/os, 23 entrevistadas/os registraram a ausência de espaço para atendimento que garantisse o sigilo profissional, enquanto 15 entrevistadas/os do mesmo grupo apresentaram ocorrência de casos de assédio moral no local de trabalho e 09 entrevistas/os expuseram redução de remuneração. No grupo das/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, 8 entrevistadas/os relataram a ocorrência de demissão, entre outros.

Tabela 07 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo a ocorrência de situações adversas no local de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Durante a pandemia passou por quais dessas situações no local de trabalho?	Desempregada/o, mas trabalhou durante a pandemia	Empregada/o Ativo
Assédio moral	1	15
Assédio moral, transferência de setor pós retorno do período de atestado	-	1
Ausência de espaço para sigilo profissional	2	23
Demissão	8	1
Estou afastada por problemas de saúde	-	1
Não recebi o salário de janeiro, mesmo tendo trabalhado, devido o contrato de trabalho ainda não estar pronto	-	1
Obrigatoriedade em trabalhar, estresse emocional	-	1
Perda de cargo comissionado ou chefia	-	1
Redução de remuneração	-	9
Sobrecarga de trabalho e acúmulo de funções.	-	1
Transferência de secretaria	-	1
Não houve ocorrência	6	106
Total	17	161

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre as condições de trabalho durante o período de pandemia de Covid-19, observa-se a partir da Tabela 08 que, no grupo das/os empregadas/os ativas/os e as/os desempregadas/os que trabalharam durante a pandemia, as/os entrevistadas/os afirmaram não possuir espaço adequado para guardar arquivos e materiais de trabalho. Algumas respostas indicam a ausência de sigilo e privacidade para atendimento aos usuários, infraestrutura inadequada para a realização das atividades, entre outros, conforme descrição na tabela abaixo.

Tabela 08 – Distribuição das/os assistentes sociais por grupo estudado segundo condições de trabalho durante o período de 2020 a 2022.

Quais situações ocorreram no seu local de trabalho?	Desempregada/o, mas trabalhou durante a pandemia	Empregada/o Ativo
2 e 4 questão me contemplam	-	1
Espaço adequado	-	5
Espaço adequado ao trabalho profissional	-	1
Espaço adequado, nesse requisito está tudo ok, garantimos o sigilo, temos armários organizando com as documentações, iluminação e ventilação ok	-	1
Espaço grande para reunião com mais de 5 pessoas	-	1
Espaço não adequado à colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado	2	34
Espaço não adequado para a prevenção da Covid-19	-	1
Espaço não adequado para as atividades do assistente social	-	1
Espaço não adequado, estamos há mais de 03 meses sem central de ar na sala do Serviço Social	-	1
Espaço não adequado, infiltrações no prédio todo	-	1
Espaço não adequado, porta fechada com ar condicionado	-	1
Espaço não adequado, pouco espaço entre os profissionais que compartilham o mesmo ambiente.	-	1
Espaço não adequado, sem espaço para atendimento social	-	1

Quais situações ocorreram no seu local de trabalho?	Desempregada/o, mas trabalhou durante a pandemia	Empregada/o Ativo
Fui demitida	1	-
Iluminação não adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional	1	7
Insegurança	-	1
Média estrutura de home office	-	1
Minhas condições éticas estão asseguradas	1	-
Não	2	20
Não adequado ao meu caso	-	1
Não atendo usuários na docência	-	1
Não estou trabalhando na área	1	-
Recursos não garantem a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção	6	22

Fonte: GEPSS, TRADHUSS, GPPUMA UFPA – 2023.

Sobre a melhor forma de contribuição do conjunto CFESS/CRESS à categoria profissional, as/os entrevistadas/os sugerem que em geral a categoria profissional tem a necessidade de maior atuação do conjunto CFESS/CRESS junto as instituições, principalmente no que se refere à fiscalização e ao fomento de cursos e capacitações, entre outros.

6 - CONCLUSÃO

O presente relatório estatístico teve por intuito a sumarização e análise exploratória inicial dos dados reunidos em base virtual, via base de dados EXCEL. Ressalta-se que a amostra indica que o trabalho das/os profissionais de Serviço Social frente a pandemia de Covid-19 apresenta forte precarização, com baixa valorização salarial da categoria e extensa jornada de trabalho, além de apresentar condições de trabalho minimamente adequadas.

Os relatos das/os profissionais presentes nos tópicos 3 e 4 indicam que a atuação das/os profissionais da área é pouco valorizada e/ou compreendida pelas gestões institucionais, principalmente no que se refere as competências e atribuições especificas da profissão.

Em tempos de neoliberalismo, com ataques a classe trabalhadora e, consequentemente, aos profissionais de Serviço Social, essa pesquisa, assim como outras ações, são necessárias para evidenciar a importância e reflexões sobre os desafios históricos do Serviço Social.

Os dados expostos destacam uma pequena porcentagem do quantitativo dos/as trabalhadores/as inscritos no conselho de classe de Serviço Social, e enfatizam o quanto esta categoria, inserida na divisão social e técnica do trabalho, que diante um contexto de crise sanitária, necessita compreender sobre as prerrogativas profissionais estabelecidas nas normativas do conjunto CFESS/CRESS.

Normativas basilares fundamentais para a compreensão das exigências e para o exercício da profissão na contemporaneidade, que garantem o conhecimento teórico-metodológico, o compromisso ético-político e capacidade técnico-operativa, que devem fomentar a construção crítica da/o assistente social.

Ainda é um grande desafio, mas o conjunto CFESS/CRESS lança o convite para que todos/as/es possam unificar na luta pela emancipação humana, e na oposição às contrarreformas do Estado, que materializam a destruição dos direitos sociais e que potencializam a precarização do trabalho e outras formas de opressão contra a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Diálogos do Cotidiano:** Reflexões sobre o trabalho profissional. Brasília: CFESS, 2021.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**: São Paulo: Boitempo, 1999.